

CADETINOS DO NOSSO TEMPO

PANORAMA NACIONAL

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL
SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL
POLÊMICA DO PETRÓLEO
O PAÍS DO COMÉRCIO COM O LESTE
FRUTOS DO TRABALHO EXPORTACIONAL
DO NEGRO E DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

PANORAMA INTERNACIONAL

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS

ARTIGOS

SIGNIFICAÇÃO DO NACIONALISMO
A IDEOLOGIA DA JUVENTUDE DOEE

NOTICIÁRIO DO IBESP

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO

INFORME

ANÁLISE EXISTENCIAL DA REALIDADE BRASILEIRA

BIBLIOTECA

Fundação Getúlio Vargas

10 DE JANEIRO 1955

COMISSÃO EXECUTIVA

M. L. ... Geral ...
 ... Conselho ...

... DO NOSSO TEMPO

... E ESPORTAÇÃO ...

DIREÇÃO

... Eraldo Correia Lima, Redator Chefe
 ... de Andrade, Secretário

CONSELHO DE REDAÇÃO

... Mendes de Almeida, Carlos Lima de Almeida,
 ... Eraldo Correia Lima, ...
 ... Magalhães, José Ribeiro
 ...

... ..

...	...
...	...
...	...
...	...
...	...

Alameda ... Rua ... andar, Tel. 22-6227

... ..

ENDERÇO:

... ..

... ..

CADERNOS DO NOSSO TEMPO

MARCA REGISTRADA NO D.N.P.I., SOB O N.º 151.921

1955	ABRIL-AGOSTO	N.º 4
------	--------------	-------

PANORAMA NACIONAL

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Tentativa e frustração do golpe

O apoio quase unânime da imprensa ao Governo Café Filho, no período que se seguiu a sua investidura, nunca pôde ocultar a fragilidade das bases em que o mesmo assentava. Constituído por um golpe que, em virtude do suicídio do Presidente Vargas e de outras condições (cf. CNT, N.º 3, pág. 20), não puderá ser conduzido a suas últimas conseqüências, o novo Governo teve de enfrentar o restabelecimento da normalidade democrática sem dispor de maioria parlamentar, quer antes, quer depois da renovação do Congresso. Acresce que as forças que se haviam congregado para desfechar o golpe de agosto, além de representarem uma fração minoritária das correntes político-sociais do país, eram extremamente heterogêneas. Daí a triplíce dificuldade com que se defrontaram tais forças, depois de controlar o poder. Dificuldade, em primeiro lugar, para levar a cabo, através do Sr. Café Filho, a tarefa governativa, para a execução da qual lhes faltavam apoio parlamentar e unidade interna. Dificuldade, em segundo lugar, para concorrer às eleições de outubro de 55, dado o fato de serem — e se reconhecerem — correntes minoritárias. Dificuldade, enfim, de entrar em acôrdo quanto ao seu programa para o futuro governo e, sobretudo, quanto ao candidato que salvaguardasse os interesses comuns.

Tanto por esses motivos como pela circunstância de essas forças terem alcançado o poder mediante o golpe e de não haverem, como salientamos, logrado conduzir o golpe às suas últi-

as conseqüências, a única perspectiva que se lhes abria era a realização de um novo golpe, com o qual superassem suas dificuldades e completassem o inacabado propósito de dominação política do país pela via militar.

Para a deflagração do novo golpe, todavia, necessitavam essas forças de restabelecer, em suas linhas principais, as condições que haviam possibilitado o movimento de agosto. Tais condições eram, quanto a essas mesmas forças, o ajustamento de um acordo apto a lhes restituir um mínimo de unidade de ação e de propósitos. Quanto às circunstâncias políticas, a formação de um mínimo de consenso por parte dos setores econômico-sociais de que elas eram ou tenham sido representantes.

O que se refere ao primeiro requisito, tudo indica que a dificuldade residia no fato de que um dos setores do Exército, liderado pelo general Juarez, só parecia aceitar o golpe como meio e não como fim, enquanto o general Teixeira Lott, à frente do Ministério da Guerra, se mostrava infenso a qualquer movimento formal da legalidade. O general Juarez, a julgá-lo pelo que declarou em sua entrevista do dia 18 de maio do corrente, não estaria disposto, naquela fase, a criar um segundo Estado Novo, ou uma simples ditadura moralista, embora, visivelmente, não repelisse o golpe, como meio, para instaurar um Governo de grandes reformas, segundo o modelo da revolução egípcia. Tais projetos, entretanto, não encontravam ressonância nos setores mais conservadores do Exército, nem aproximavam os propósitos da cúpula udenista, que dava o lastro político do Governo Café Filho. Assim sendo, a única fórmula mediante a qual foi possível agremiar essas forças heterogêneas foi a da "União Nacional". Tal fórmula exprimia, em seu conteúdo, o propósito de manutenção, no poder, do grupo que havia controlado com o golpe de agosto, mediante a imposição de uma tutela dessas forças sobre a democracia brasileira, e não do-se, para futura discussão, o programa a ser executado pelas mesmas.

Ocorre, todavia, que o segundo requisito de que dependia a possibilidade de novo golpe — o consenso da burguesia e da classe média — não pôde se realizar. Decorreu tal impossibilidade do fato de a burguesia brasileira só ter logrado sua unidade, a favor do golpe de agosto, porque, como o salientamos nesse número precedente (CNT, N.º 3, págs. 7 e segs.), a ausência do sindicalismo associava, contra Vargas, a indústria brasileira às correntes latifúndio-mercantis. Morto o F. C. Vargas, tornaram-se patentes as divergências entre os

interesses das burguesias industrial e latifúndio-mercantil. Se a esta, bem como aos setores reacionários da classe média, convinha a instauração de um regime de tipo salazarista, a indústria necessitava de uma democracia progressista e organizada para o desenvolvimento econômico, o mesmo ocorrendo com o proletariado e com os quadros técnicos da pequena burguesia.

A conseqüência de todos os fatos foi a impossibilidade, por parte das forças golpistas, de irem além do manifesto dos generais, pregando a união nacional, sob a indireta ameaça do golpe. Jogando com tal ameaça, o Sr. Café Filho, em seu discurso radiofônico de 28 de janeiro do corrente ano, tentou alcançar, mediante a intimação dos adversários, particularmente do Sr. Juscelino Kubitschek — então candidato a candidato — e de seus aderentes, aquêl tipo de democracia tutelada que as forças golpistas não logravam impor abertamente pelas armas.

Era, todavia, um jogo extremamente perigoso, êsse a que se lançou o Presidente da República, pois que, agitando a ameaça do golpe sem dispor das condições para efetivá-lo, estava irremediavelmente condenado à desmoralização política — e eventualmente à perda do poder — se os adversários, resistindo à intimidação, desmascarassem a incapacidade do golpismo para levar a cabo seus propósitos. Tal foi precisamente o que ocorreu, ficando o presidente da República e o udenogolpismo reduzidos à impotência.

Vale dizer, aliás, que as conseqüências dêsse malogrado ensaio de intimidação não foram mais graves, para o Sr. Café Filho, porque as forças contrárias, que dispunham da maioria parlamentar e poderiam votar o impeachment do Presidente da República, preferiram conservá-lo no poder a abrir nova crise de Governo, receiosas de que tal crise fôsse capaz de rearticlar o golpe no momento mesmo em que êle era frustrado.

Divisão de Águas

A partir dêsse momento — e a despeito dos reiterados esforços para a reorganização do golpe — o processo sucessório foi se encaminhando para um equacionamento legal. O Sr. Juscelino Kubitschek, continuando embora a ter de enfrentar o clima golpista e a pusilanimidade, ante tal clima, de alguns de seus correligionários, teve sua candidatura homologada pela totalidade dos votantes da Convenção Nacional do PSD. Entrando em dissidência com a orientação adotada por esta, as seções pessedistas do Rio Grande do Sul, Santa Cata-

riana e Pernambuco se abstiveram de votar e caminharam para uma composição com a UDN.

Por seu lado, o Sr. Café Filho e a UDN, verificando que a sucessão teria de se resolver pelas urnas, procuraram fortalecer sua posição eleitoral. Para esse efeito, o Presidente da República entrou em entendimentos com o governador de São Paulo, visando à formação de uma frente capaz de assegurar a eleição de um candidato comum.

Enquanto se processavam esses entendimentos, que culminariam no acôrdo tornado público em abril do corrente ano, a disputa sucessória entre o juscélinismo e o antijuscélinismo tendia a coincidir, senão a se identificar, com a luta entre o getulismo e antigetulismo.

A identificação entre o juscélinismo e o getulismo, assim como a coincidência do antigetulismo com o antijuscélinismo, decorreu de dois principais motivos. O primeiro e mais importante deles foi o fato de que a luta contra Vargas não tinha, objetiva e socialmente, o caráter que lhe atribuíam os líderes da UDN e do movimento de agosto. Embora a personalidade do Presidente Vargas se os aspectos de seu governo suscetíveis de serem considerados negativos em termos puramente objetivos (corrupção, inépcia, etc.) suscitassem natural oposição em muitos setores da vida brasileira, a razão dessa oposição, considerada em sentido amplo, mergulhava muito mais fundo. A razão dessa oposição era de caráter econômico-social e refletia o fato de o governo Vargas representar interesses e, a despeito de suas incoerências e debilidades, realizar uma política, contrários às correntes latifúndio-mercantis e aos setores parasitários da classe média.

Esse caráter do Governo Vargas e de sua política, todavia, fossem quais fossem as motivações dos protagonistas, não eram arbitrários, mas atendiam à inevitável alternativa ditada pela situação histórico-social do país. Como temos salientado nesta revista e em outras publicações do IBESP, o Brasil se defronta com uma opção fatal: ou completa seu desenvolvimento econômico, ultimando sua industrialização, reformando seu sistema agrícola, comercial e financeiro, e adotando as medidas políticas e administrativas correspondentes, ou retrocede à condição de país colonial e se constitui, definitivamente, em satélite econômico-político dos Estados Unidos. Essa própria alternativa, aliás, já está de certo modo superada pelo crescimento da população, diversificação de seus hábitos e capacidades, e incremento da renda nacional, restando ao Brasil, no fundo, apenas a alternativa entre o desen-

volvimento e o caos econômico-social e político, uma vez que o país não poderia mais, sem conseqüências catastróficas, retrogradar para uma estrutura colonial.

Ante essa alternativa fatal, a Nação se apresenta dividida. As correntes representativas dos interesses que se tornaram dominantes no quadro do subdesenvolvimento e do semicolonialismo brasileiro (burguesia latifúndio-mercantil e classe média parasitária), por isso que dependentes de circunstâncias que se transformarão com o desenvolvimento, tendem, conscientemente ou não, a se opor às medidas que conduzam à superação do subdesenvolvimento e do semicolonialismo. Era o fato de o governo Vargas, a despeito de tudo, representar um esforço de desenvolvimento e de emancipação econômico-social que movia contra ele as forças latifúndio-mercantis. Mas é justamente porque tais forças combatiam menos a Vargas (que já haviam apoiado na fase do Estado Novo) do que sua política de desenvolvimento econômico, e é justamente porque a alternativa desenvolvimento-colonialismo decorre objetiva e inelutavelmente da situação histórico-social em que se encontra o Brasil que, morto o Presidente Vargas, persiste a luta entre os interesses favoráveis e contrários ao desenvolvimento, luta que se traduz, praticamente, no conflito entre o getulismo e o antigetulismo.

Adotando, franca e sistematicamente, uma posição favorável ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social do País e fazendo desses objetivos o seu próprio programa de governo, o Sr. Juscelino Kubitschek tinha de levantar contra si as mesmas forças que haviam lutado contra Vargas, atraindo, naturalmente, o apoio das correntes getulistas. É certo que a coincidência das posições, embora tendendo a enquadrar o juscélinismo na linha do getulismo e o antijuscélinismo na do antigetulismo, não implicava, necessariamente, na identificação de tais linhas, que poderiam se aproximar ou superpor sem se confundir. Verificou-se, todavia, uma crescente identificação entre as mesmas, fenômeno esse que só não atingiu a completa identidade por causa da ocorrência de eventos imprevistos, como é sobretudo o caso da candidatura Juarez.

A identificação entre o juscélinismo e o getulismo, além do motivo já apontado, se tornou efetiva pelo fato de o Sr. Kubitschek não ter conseguido dar uma formulação suficientemente diferenciada da getuliana ao seu programa de desenvolvimento. Na verdade, tal diferenciação foi por ele manifestada, particularmente na conferência que pronunciou na Federação das Indústrias de São Paulo, em fins do ano transato, bem como,

no curso deste ano, em outros pronunciamentos. A principal característica dessa diferenciação é o fato de seu programa de desenvolvimento se apoiar mais na atuação do empresário brasileiro, devidamente assistido pelo Estado, do que na intervenção direta deste. Paralelamente, o programa social anunciado pelo Sr. Kubitschek, diversamente da linha getuliana, se funda mais na elevação do padrão de vida do proletariado, pelo aumento da produtividade do trabalho e das oportunidades de qualificação, do que no assistencialismo paternalista. Deu-se todavia, que o Sr. Kubitschek não logrou desenvolver suficientemente, até a aceitação, pelo PSD, da candidatura Goulart à Vice-Presidência, o que havia de original e específico em seu programa de desenvolvimento. E por não ter assim agido, não conseguiu diferenciá-lo suficientemente da linha getuliana, que, por ser mais antiga e marcada, tendia, normalmente, a prevalecer. A candidatura do Sr. Goulart à Vice-Presidência, em chapa conjunta com o Sr. Kubitschek, selou, definitivamente, o caráter getulista da candidatura deste último.

Por tais motivos, a sucessão presidencial ficou marcada pela luta entre o getulismo e o antigetulismo, voltando-se, em suas linhas mestras, ao quadro político-social que caracterizava o Governo Vargas.

O fenômeno Juarez

Somente nas suas linhas mestras, todavia, é que se restabeleceu o quadro político-social anterior ao golpe de agosto. As situações históricas, genericamente falando, são sempre irrepetíveis. E no caso brasileiro verificaram-se acontecimentos que não podiam deixar de impor uma profunda diferenciação aos fatos subsequentes.

Assim é que o antigetulismo, que se beneficiara, inicialmente, dos antagonismos que suscitava a personalidade ou a conduta do Presidente Vargas e que atingira ao seu clímax com a repulsa provocada na opinião pública pelo atentado da Rua Toneleros e pela revelação dos escândalos praticados pelos chefes da guarda pessoal de Vargas, não pôde mais, depois do suicídio do Presidente, ser alimentado por fatos e circunstâncias de tal natureza. Morto Vargas, o debate entre o getulismo e o antigetulismo teve de se transferir para o terreno ideológico e programático. E nesse plano, afastados os aspectos casuísticos e personalistas que turvavam a disputa, o País teve de situar-se diante dela em função das idéias e dos

interesses em jogo, o que conduziu as diversas correntes a uma tomada de posição muito mais consciente e lúcida.

É nessas circunstâncias que se desenhou a oportunidade, até agora insuficientemente aproveitada pelo Sr. Kubitschek, de guiar a burguesia para a posição que historicamente lhe compete, levando-a à formação de uma frente comum, com o proletariado e os quadros técnicos da pequena-burguesia, na luta pelo desenvolvimento e pela emancipação econômico-social. E foi nessas condições, por outra parte, que surgiu a possibilidade de se deslocar a classe média da subordinação ideológica em que se encontrava para com a burguesia latifúndio-mercantil, conduzindo-a a uma linha mais independente e menos comprometida com a reação e os interesses anti-nacionais.

É esta última possibilidade que explica o surgimento da candidatura Juarez. Como já fora antecipado por alguns e como veio a confirmá-lo o general Juarez Tavora, em sua entrevista de 18 de maio do corrente ano, o lançamento da candidatura Etelvino, depois do famoso caso da "barganha" entre os Srs. Café Filho e Jânio Quadros, ocultava uma habilidosa manobra tendente a liquidar as possibilidades eleitorais do general Juarez.

Por diversas razões, o general Juarez era quem dispunha de melhores condições para reunir, em torno do seu nome, a mais importante parcela das correntes antijuscelinistas. Apesar disso, todavia, o general Juarez não se ajustava plenamente a tal função. No que lhe dizia respeito, porque, sendo o antigetulismo a essência do antijuscelinismo, o general, sem embargo do fato de haver sido um dos principais líderes do golpe de agosto, senão o principal, não era nem é, propriamente, um antigetulista ideológico e sim o que se poderia chamar de antigetulista histórico. Em outras palavras, o antagonismo de Juarez para com Vargas, dentro da ambiguidade que caracteriza sua posição, estava mais dirigido contra a pessoa de Vargas e aquelas circunstâncias negativas que marcaram o governo Vargas, do que contra a linha profunda da política de Vargas, voltada para o desenvolvimento e para a emancipação econômico-social do Brasil. No que dizia respeito às correntes antigetulistas, agremiadas sob a bandeira da presumida União Nacional, o general Juarez, embora sendo, entre seus candidatos potenciais, o que se achava dotado de melhores perspectivas eleitorais, não correspondia aos interesses mais diretos do círculo íntimo que dirigia tal movimento.

O trágico suicídio de Vargas e o processo de depuração ideológica e programática a que foi submetida a disputa entre

o getulismo e o antigetulismo, depois da morte do Presidente, devem ter contribuído para o esclarecimento intelectual do próprio general Juarez. É provável que somente então o general tenha sentido a diferença entre seu antigetulismo e o antigetulismo da UDN e, através desta, das forças latifúndio-mercantis. É possível que somente na eventualidade de vir a ler este comentário logre o general Juarez a compreender, ele mesmo, em categorias suficientemente nítidas, os fenômenos que se procura aqui analisar.

O fato é que as tendências políticas do general Juarez dão um típico porta-voz da revolução pequeno-burguesa, hoje como em 22 ou 30. É por isso mesmo que tal é sua posição, não se enquadra o general Juarez na linha essencialmente reacionária em que resvalou a classe média, sob a liderança ideológica do latifúndio-mercantilismo, representado pela UDN e pela grande imprensa. As tendências do general Juarez, diversamente, conduzem-no, dentro da indecisão peculiar ao idealismo da classe média, a um reformismo progressista e autoritarista do tipo Naguib-Nasser — o general Juarez é um Naguib que é o Nasser de si próprio — e são reacionárias principalmente na medida em que tal consequência decorre do autoritarismo pequeno-burguês. Tal orientação, ao tempo em que vivia o Presidente Vargas, não encontrava condições para se definir, autonomamente, porque a luta contra Vargas era liderada pelo latifúndio-mercantilismo e a classe média, confundindo a condenação (justa ou injusta, não importa para o caso) à pessoa e à conduta de Vargas com a condenação global e sistêmica de sua política, era conduzida a um antigetulismo simplista. Um antigetulismo que se articulava sob o pretexto de defesa da moralidade pública e de luta contra a inépcia e a corrupção do governo, mas que de fato servia de arma de oposição ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social do país. É justamente pelo fato de ser hoje possível um reagrupamento mais progressista da classe média que o general Juarez se sentiu convocado a participar das eleições.

As forças residuais

Embora as candidaturas Juscelino e Juarez tendam a exprimir as principais correntes político-sociais em que se divide o país — o mesmo se dando enquanto subsistia, com a candidatura Etelvino — à margem dessas candidaturas existem forças residuais que não se ajustaram às mesmas, ou porque ainda não tenham definido, suficientemente, suas próprias ten-

dências, ou porque constituam manifestações de caráter sectário ou personalista, dificilmente redutíveis aos grandes denominadores comuns da opinião pública. Essas forças residuais são constituídas, principalmente, pelo PSP, pelos dissidentes udeno-petebistas e pelo PRP, devendo nelas ser incluído, embora em sentido algo diverso, o PCB na ilegalidade.

1. — Situação do PSP

O Partido Social Progressista, sob a liderança de um homem dotado de grande capacidade de comando e de notável apelo popular, constitui a mais importante dessas forças residuais. Para se compreender a posição e a tendência dessa agremiação política, no entanto, é necessário se distinguir o ademarismo, em particular, do Partido Social Progressista, em geral, por muito que aquele seja o conteúdo mais visível e até agora mais importante deste.

Já tivemos a ocasião (CNT, N.º 2, "que é o ademarismo", pág. 139 e segs.) de analisar o ademarismo e tornar patente o fato de que ele representa uma forma popular da reação. Observamos, então, que "o populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psico-social do homem-massa" (pág. 143).

Dadas essas características, o êxito do ademarismo sempre se encontrou na dependência do processo de massificação, entendido em seu preciso sentido. Isto significa que o ademarismo, em primeiro lugar, depende da decomposição das velhas estruturas agrárias, de caráter patriarcal, com a consequente proletarianização objetiva das camadas assalariadas da população. E, em segundo lugar, depende de essa proletarianização objetiva não se encaminhar no sentido de os trabalhadores adquirirem consciência de classe e atuarem, político-socialmente, como tal. Muito ao contrário, as possibilidades de expansão do ademarismo estão ligadas à conversão desse proletariado em massa, através da atomização de seus membros e da obrutificação de sua consciência de classe. Como esclarecemos no estudo supra-referido, essa massificação do proletariado induz uma segunda massificação, de caráter superestruturário, que afeta os estratos superiores da sociedade e os uniformiza, psicológica e moralmente, no tipo psico-social do homem-massa. Desencadeada, no Brasil, essa dupla massificação, o populismo — se-

ja o ademarismo, seja outro qualquer — tenderia inevitavelmente a se tornar a maior força política do País, assumindo o poder.

Até o golpe de agosto, não era possível prever-se o rumo que tomaria o processo de proletarização. Tanto se definiam tendências para a formação de uma consciência operária, cuja decorrência política seria o fortalecimento dos movimentos ideológicos de esquerda, como se manifestavam tendências para a massificação primária e superestruturária, cuja decorrência política seria o fortalecimento do populismo, isto é, dos movimentos de massa marcados, na forma, pela vulgaridade e pelo primarismo e, no conteúdo, por uma orientação reacionária, conducente do mercantilismo e do satelitismo.

O impacto provocado pelo suicídio do Presidente Vargas e pelos esclarecimentos ideológicos e programáticos trazidos por sua carta-testamento, desequilibraram o balanço das tendências a favor da linha de consciência de classe e de orientação ideológica. Tal impacto produziu seus maiores efeitos, como não podia deixar de ocorrer, nos setores proletários que se achavam vinculados ao PSP, pois que era através desse partido que se desenvolvia politicamente a tendência de massificação, ou seja, o populismo. Reagindo, positivamente, à mensagem de Vargas e do significado de seu suicídio, os líderes proletários mais esclarecidos do PSP, bem como os dirigentes daquele partido mais sensíveis aos fenômenos sociais, compreenderam que o proletariado precisava sustentar a batalha do nacionalismo e do trabalhismo, defendendo o legado político de Vargas e prosseguindo em sua luta. Assim sendo, entraram em choque com a orientação reacionária do Sr. Ademar de Barros e de seu grupo, voltada para o entreguismo das riquezas naturais do País e para o favorecimento do capital colonizador. E com isto se formou uma cisão ideológica dentro do PSP, que opõe, ao ademarismo, a ala nacionalista e esquerdista do Sr. Lino de Matos. Para esse resultado — é preciso levar em conta — muito contribuiu a interferência do PCB, ora na ilegalidade, quer através de comunistas infiltrados no PSP, quer através da ação do PCB junto aos sindicatos e setores proletários sob seu comando, quer ainda, mediante a repercussão pública de slogans e palavras de ordem divulgadas pelos comunistas.

A cisão a que nos referimos ainda não se tornou patente e, possivelmente, dela ainda não têm consciência muitos dos protagonistas. A razão desse fato se encontra, em parte, na circunstância de o PSP ter sido organizado e funcionar como simples instrumento do caudilhismo populista do Sr. Ademar

de Barros, que assim dispõe de um grande controle sobre o partido e que é o único dos dirigentes pessepeistas amplamente conhecido no país. Ademais, dá-se que num partido como o PSP, onde a mistificação do eleitorado e o aventureirismo dos propósitos são mais acentuados do que em qualquer outro e quase abertamente admitidos pelos dirigentes, a impostura das posições ideológicas e programáticas oficiais permite a convivência das teses mais contraditórias, uma vez que é da regra interna do jogo que nada seja realmente levado a sério e que tudo se justifique pelo fim de participar do poder a qualquer preço.

Dá-se, entretanto, a despeito da má fé fundamental dos propósitos que comandam o PSP, que o fato de o partido ter mobilizado um apreciável contingente eleitoral, especialmente em São Paulo, bem como a mencionada influência do PCB, o submetem, a despeito do cinismo de quase todos os seus dirigentes, aos movimentos efetivos da sociedade. De tudo isso resulta que, embora a atuação do partido, até às próximas eleições, deva se processar na linha do ademarismo, a cisão ideológica a que nos referimos acabará, em um prazo não longo, produzindo suas conseqüências. Por tal motivo, o partido tende a se desmembrar em duas alas: a populista, que continuará se utilizando, aventureiristicamente e com sentido reacionário, do fenômeno da massificação, e a nacional-esquerdista, que reunirá, possivelmente sob a liderança do Sr. Lino de Matos, os homens de mais representatividade político-social do partido.

Esta última ala terá que optar entre a fusão com o PTB ou a adoção de uma linha própria, mais acentuadamente esquerdista, caso em que, se não levar consigo a legenda ao partido, será forçada a constituir uma nova agremiação partidária. A segunda alternativa tem sido fortemente estimulada pelo PCB, que se esforça para conseguir uma legenda partidária, e se julga em condições de poder assumir o controle de tais forças, tão cedo as mesmas se desliguem do Sr. Ademar de Barros.

Até às próximas eleições, no entanto, não é provável venha a se verificar qualquer cisão dentro do PSP. Somente o Sr. Ademar de Barros, atualmente, pode dar ao partido sua máxima rentabilidade política. E nenhuma hesitação demonstra o velho candidato populista em aceitar, para fins propagandísticos, as teses nacional-esquerdistas do Sr. Lino de Matos e da linha auxiliar do comunismo, na convicção, em que se encontra, de que os círculos dirigentes das forças mercantilistas e colonialistas, que ele representa, não se deixarão impressionar por meros slogans eleitorais.

2. — Situação dos udeno-petebistas

A segunda das correntes residuais, formada pelos dissidentes udeno-petebistas, agremia, até certo ponto, os udenistas da esquerda e os petebistas da direita. Tal é o caso, no setor udenista, de homens como o Sr. Juracy Magalhães e, no petebista, dos Srs. Alberto Pasqualini e Lúcio Bittencourt. Ademais, integram-se nesses grupos políticos que aspiravam a exercer um papel de primeira grandeza, sem ter logrado condições para tal, como é o caso do Sr. Oswaldo Aranha, ou que se acham incompatibilizados com uma das grandes correntes políticas, por motivos personalistas, como é o caso do Sr. Lourival Fontes, em virtude de sua hostilidade para com a família do Presidente Vargas.

A falta de homogeneidade desse grupo, sua carência de qualquer representatividade política, bem como a natureza eventual de sua presente orientação, indicam que tal grupo não chegará a constituir um movimento político próprio. Seus integrantes tenderão, depois das eleições de Outubro, a se reclassificar de acordo com os resultados da mesma. É provável, todavia, que a posição udeno-petebista, formalmente, venha a subsistir, como um espaço de indefinição ocupado, de cada vez, pelos marginais da esquerda udenista e da direita petebista, atuando, na cúpula dos movimentos políticos, ora num sentido, ora em outro, como uma pura força satélite das tendências mais importantes.

3. — Situação do PRP

Resta a considerar, nesta sucinta análise das forças marginais, a posição do Sr. Plínio Salgado e do PRP.

Originariamente, como salientamos, o PRP representa um sebastianismo do integralismo. No curso de sua existência política, tal linha tendeu a perder ênfase, à medida em que a restauração do integralismo se evidenciava cada vez mais impossível e em que, em compensação, se formava uma nova tendência direitista, dentro da classe média, orientada para uma fórmula brasileira do salazarismo.

O salazarismo brasileiro, todavia, encontrava maiores facilidades para se formar e expandir no âmbito da UDN, através da influente ala lacerdistas desse Partido. É de crer-se que se o Sr. Carlos Lacerda, em lugar de se manter fiel à corrente latifúndio-mercantilista da UDN e ao seu candidato natural, Sr. Etelvino Lins, houvesse optado pela linha especificamente

pequeno-burguesa, seguindo os rumos do Sr. Juarez Távora, e de crer-se que o Sr. Plínio Salgado fosse levado a um movimento paralelo, aderindo à candidatura Juarez.

A candidatura Juarez, de qualquer modo, representa, nas atuais condições brasileiras, a única forma viável de salazarismo. Tudo indica, ademais, que o general Távora, ainda no caso de perder as eleições, continuará mais apto a liderar o salazarismo brasileiro que o Sr. Plínio Salgado, da mesma forma que o PDC continuará, provavelmente, sendo mais adequado que o PRP para figurar como a legenda partidária sob a qual ainda que provisoriamente, se possa constituir o nosso salazarismo.

Assim sendo, o Sr. Plínio Salgado se defronta com um dilema fatal: ou ganha substância política perdendo a liderança partidária, no caso de aderir à candidatura Juarez ou, posteriormente às eleições, ao juarezismo, ou conserva a liderança partidária perdendo, definitivamente, a margem de substância política que logrou penosamente recuperar, através do PRP, depois da liquidação do integralismo. No primeiro caso, dar-se-á um apreciável reforçamento do salazarismo brasileiro, que assumirá a roupagem ideológica da democracia-cristã. No segundo caso, o PRP ficará reduzido ao puro e declinante conteúdo de um sebastianismo integralista, reduzindo-se às proporções de uma seita e terminando por perder a própria qualidade de partido, ante a incapacidade de manter-se no nível mínimo de expressão política determinado pela legislação eleitoral.

Tendências e perspectivas

A apreciação das tendências próprias a cada uma das candidaturas e das perspectivas eleitorais com que se deparam exige se recorde o quadro delineado anteriormente.

Como salientamos, o panorama político brasileiro ficou marcado, basicamente, pela luta entre as correntes getulistas e antigetulistas, com aquelas se identificando o juscelinismo e, com estas, o antigetulismo. O antigetulismo, por sua vez, após a morte do Presidente Vargas, tendeu a se diferenciar em duas linhas: a do antigetulismo ideológico, e a do antigetulismo histórico.

Enquanto a UDN e a dissidência pessedista, sob a liderança do Sr. Carlos Lacerda, se fixaram na primeira linha, o Sr. Juarez Távora, encarnando uma posição mais consentânea com as inclinações da classe média, assumiu a linha do antigetulis-

mo histórico, com a implícita tendência a se recompor, especialmente por motivos de estratégia, com o getulismo ideológico. Fora desse esquema, permaneceram as forças residuais do PSP, dos comunistas, dos dissidentes udeno-petebistas e do PRP, cujas tendências, no item precedente, já tivemos a ocasião de analisar.

Sem desenvolver mais essa questão, saliente-se apenas, que, da análise destas últimas forças resulta, em primeiro lugar, a inviabilidade da eleição do Sr. Plínio Salgado, bem como de qualquer candidato que eventualmente viesse a ser lançado pelos dissidentes petebistas, ou pelos comunistas, como ou sem o apoio de outras forças.

1. — Perspectivas do PSP

No tocante ao PSP, dividido, latentemente, entre o populismo do Sr. Ademar de Barros e o nacional esquerdismo do Sr. Lino de Mattos, verifica-se, como já o observamos, que o partido tende a conservar sua unidade até as próximas eleições, dificilmente podendo mantê-la depois das mesmas. A despeito dessa unidade, de natureza puramente tática, são reduzidas as possibilidades eleitorais do PSP, para o pleito de outubro. Embora o sr. Ademar de Barros, cuja candidatura foi homologada pela convenção do partido de 11 de junho do corrente tenha, a despeito de suas dificuldades nos processos que lhe move, a Justiça Paulista, maiores possibilidades eleitorais do que qualquer outro candidato que pudesse ser apresentado pelo PSP, essas suas possibilidades se apresentam também insuficientes.

De fato, na medida em que o ex-governador de São Paulo, cuja popularidade foi conquistada na linha do populismo, tentar se valer em sua campanha, nessa mesma medida alienará o apoio de um importante contingente de seu eleitorado potencial, constituído por aqueles setores do proletariado a que o suicídio e a carta-testamento do Presidente Vargas deram consciência ideológica, e que por isso se radicalizaram numa posição nacional-trabalhista. Na medida em que o Sr. Ademar de Barros, consciente desse fato, tentar assumir uma posição nacional-trabalhista, negando, por conveniência eleitoral, suas próprias tendências — nessa mesma medida, alienará o apoio dos setores reacionários de que é representante — solapando suas bases materiais — e entrará em competição com o PTB, levando a desvantagem de este já estar consolidado nessa linha. Assim é que a cisão profunda que divide, latentemente, o PSP,

tenderá, com relação à candidatura Ademar, a produzir seus efeitos, cerceando-lhe as possibilidades eleitorais. Tal cerceamento, na prática, favorecerá a candidatura Juarez Tavora, sendo o eleitorado potencial do PSP parcialmente coincidente com o do Sr. Juscelino Kubitschek e suficientemente diferenciado do eleitorado potencial do Sr. Juarez Tavora, será mais às expensas, daquele, do que deste, que se desviarão os votos dados ao Sr. Ademar de Barros. Importa levar em conta, no entanto, que o processo de politização ideológica do proletariado, ainda incipiente, só se revelará fatal para o Sr. Ademar de Barros se seus adversários, particularmente as correntes juscelinistas, souberem empreender uma ampla campanha de esclarecimento do sentido reacionário e entreguista do ademarismo.

2. — Perspectivas da UDN

No que tange ao Sr. Etelvino Lins e ao final malogro de sua candidatura, depois do lançamento da do Sr. Juarez Tavora, a compreensão de tal análise exige que se leve em conta as circunstâncias em razão das quais surgiu a indicação de seu nome.

Como tivemos o ensejo de salientar, precedentemente, a candidatura do Sr. Etelvino Lins deveu sua origem à necessidade, a que se viram compelidas as forças golpistas, de participar do pleito sucessório, ao verem frustradas suas tentativas para deflagrar um novo golpe. Não podendo mais contar com uma solução militar, essas forças tentaram arremeter, sob seu comando, todas as correntes anti-juscelinistas. Para tal dispunham, inicialmente, dos quadros da UDN e da dissidência pessedista. Ademais, julgavam poder valer-se do apoio conjugado dos governos federal e paulista, tendo, para esse fim, procedido, em nome de uma futura chapa Juarez-Munhoz, à articulação de uma barganha política entre o Sr. Jânio Quadros, inclinado a favorecer o general Juarez, e o Sr. Café Filho, desejoso de proteger o Sr. Munhoz da Rocha. O fato de que, após o acôrdo, a chapa Juarez-Munhoz tenha sido aliçada, surgindo, em seu lugar, a candidatura do Sr. Etelvino Lins, parece haver decorrido, dentro da manobra geral da barganha, de uma submanobra do Sr. Etelvino Lins e da cúpula udenista, convencidos, aquele e esta, de que os compromissos assumidos pelos governos federal e paulista não seriam retratáveis e que as forças resultantes seriam, em proveito do círculo mais íntimo, transferíveis para o ex-governador de Pernambuco e suficientes para lhe dar as necessárias possibilidades de vitória.

Desde logo, porém, verificou-se não serem promissoras as perspectivas eleitorais do Sr. Etelvino Lins. Conforme já assinalamos, a morte do Presidente Vargas e os esclarecimentos ideológicos e programáticos trazidos por sua carta-testamento, deixaram a nu a falta, por parte da UDN, de qualquer conteúdo positivo. Morto Vargas, o apêlo do antigetulismo teve de se afirmar em termos ideológicos, desta forma desmascarando seu sentido reacionário. E por mais que o Sr. Carlos Lacerda, que tinha consciência desse risco, procurasse manter, artificialmente, o clima do antigetulismo histórico, agitando o mito-espantelho dos "gregórios", o curso do tempo implacavelmente, produziu seus efeitos depuradores, reduzindo o antigetulismo militante à única forma em que podia subsistir — a do antegetulismo ideológico — com a decorrente evidenciação do caráter reacionário de tal posição. Acrescente-se que, além de prejudicada, em seu alcance político, pelo sentido reacionário que fora compelido a exibir, a candidatura Etelvino despertou, nos quadros de base da UDN, uma viva oposição, dado o fato de o ex-governador de Pernambuco sempre ter sido um dos mais acirrados inimigos do partido.

Foi nessa circunstância — e por causa delas — que surgiu a candidatura do Sr. Juarez Távora, que nem desconhecia o fato de haver sido vítima de uma manobra, por parte do Sr. Etelvino Lins e da cúpula udenista, no sentido de ser prejudicada a indicação de seu nome pela UDN, nem desejava ingressar no pleito sucessório por iniciativa daquele partido. O resultado do lançamento de sua candidatura, como já o observamos anteriormente, foi o definitivo esvaziamento de qualquer conteúdo eleitoral da candidatura do Sr. Etelvino Lins.

Ante esse fato, que levou a sua culminação todo o processo de desmantelamento político da UDN, ficou este partido colocado diante de um dilema fatal. Se, para recuperar suas bases políticas, a UDN decidia abandonar a candidatura Etelvino Lins e adotar a do general Juarez Távora, deva-se, em primeiro lugar, que aquela agremiação perdia sua autonomia partidária, transformando-se em satélite das forças que dirigem o movimento juarezista e, em segundo lugar, que a corrente latifúndio-mercantil que dirige, no fundo, a UDN, marcharia para um rumo incompatível com seus interesses. Se para salvaguardar a autoridade de seus dirigentes e sua própria autonomia partidária, bem como os interesses econômico-sociais que representa, a UDN persistisse na linha Etelvino, resultaria que o partido iria abdicar, de uma vez por todas, da possibilidade de se manter no nível das grandes agremia-

ções políticas do país e ficaria reduzido a um grupo de pressão cuja interferência não se poderiam mais fazer mediante a conquista do poder, ou a participação no poder, mas apenas através das técnicas próprias aos grupos de pressão.

Situada ante esse dilema implacável, a primeira reação da UDN foi a de procurar contornar o problema, reincidindo, com multiplicado esforço, nas tentativas de deflagrar o golpe ou de impor uma candidatura única. Tais tentativas, no entanto, depois de haverem malogrado em condições muito favoráveis, estavam irremediavelmente condenadas a abortar. Assim sendo, o dilema persistiu, e o partido depois de muitas indecisões, foi, obrigado, afinal, a optar por sua sobrevivência política, aderindo à candidatura Juarez e assumindo na pessoa do sr. Milton Campos, a candidatura à Vice-Presidência.

3. — Perspectiva do General Juarez

No que diz respeito ao Sr. Juarez Távora, as tendências que exprime, já analisadas no item que dedicamos ao seu estudo, podem ser resumidas em três notas: a do heroísmo caudilhesco, a do misticismo agrário de tipo nordestino, e a do reformismo católico-pequeno-burguês. É a conjugação dessas três notas que, nas condições brasileiras, dá ao movimento político encarnado pelo general Juarez um alcance e uma profundidade que transcendem a simples conjuntura eleitoral, emprestando-lhe um poderoso apêlo para a classe média e para certos setores do proletariado e do campesinato.

Como temos assinalado, a luta contra Vargas, nas condições que se formaram após o descrédito do fascismo, conduziu a pequena-burguesia brasileira a submeter-se à liderança das forças latifúndio-mercantis. Essa etapa de nossa vida política, que vai de 1945 até o suicídio e à carta-testamento do Presidente Vargas, correspondeu ao enquadramento da classe média na UDN. Esgotadas, com a morte de Vargas, as possibilidades de mobilização da classe média pelo antigetulismo ideológico, cujo caráter reacionário não se podia mais ocultar sob as críticas à conduta e à personalidade do extinto Presidente, a UDN entrou em colapso, deixando politicamente sem liderança as massas pequeno-burguesas.

Para essas massas, o reformismo cristão do general Juarez, bem como seu heroísmo caudilhesco, constituem, ao mesmo tempo, a perspectiva de um rumo novo e uma motivação psicológica extremamente apta a mobilizar seu entusiástico apoio.

Um novo rumo, porque, contrariamente à UDN, cuja mensagem se esgotava no moralismo — moralismo que a pequena-burguesia exige com o requisito preliminar da vida pública mas que, no mérito, atende sobretudo à defesa dos interesses constituídos — o reformismo católico do general Juarez se propõe a modificar o regime de distribuição da riqueza, assim abrindo para a classe média perspectivas, que já lhe pareciam cerradas, de um melhor padrão de vida e de mais fácil e rápido acesso aos níveis superiores da sociedade. É uma motivação psico-social extremamente eficaz porque, dirigindo-se ao pequeno-burguês médio como indivíduo-tipo, dá-lhe uma oportunidade de se desrecalcar de todas as suas pequenas humilhações e limitações quotidianas, mediante a transferência sublimada de seus frustrados desejos de independência e de combatividade para a personalidade do herói caudilhesco — forte e destemido, mas bom e piedoso — que enfrenta vitoriosamente os poderosos da terra, na luta do bem contra o mal, e ao fazê-lo leva o pequeno-burguês médio a participar, simbolicamente, de seus triunfos.

Se essas duas notas da personalidade política do general Juarez tendem a fazer dele o líder da pequena-burguesia brasileira, a sua linha mística lhe proporciona, nos meios rurais, especialmente do Nordeste, uma grande capacidade de penetração, por colocá-lo na tradição dos movimentos místico-revolucionários do tipo Antônio Conselheiro e Padre Cícero. E nos próprios meios proletários, a despeito das resistências e apreensões que suscita o seu caudilhismo pequeno-burguês, no qual a classe operária pressente o autoritarismo reacionário de tipo fascista, o programa de participação dos lucros, bem como, em geral, o reformismo católico do general Juarez tendem a lhe grangear ponderável apoio.

É excelente, por isso, a situação potencial da candidatura Juarez. E se é certo que a intensificação da consciência ideológica causada pelo suicídio e pela carta-testamento do Presidente Vargas constitui um obstáculo à expansão do juarezismo, não é menos verdade que tal efeito se fez ainda pouco sentir no âmbito da classe média, dada a incapacidade que têm revelado os legatários da mensagem de Vargas de orientar politicamente a pequena-burguesia em função das diretrizes contidas em tal mensagem.

Cabe, por isso, distinguir dois fatores limitativos da ação do general Juarez. A prazo longo e, potencialmente, de uma forma mais profunda e ampla, o salazarismo do general Juarez tende a ser obstaculizado pela politização ideológica da classe

média, do campesinato e do operariado, esta última já se encontrando em fase mais adiantada. A prazo curto, e em termos sobretudo operativos, o que dificultará a vitória eleitoral da candidatura Juarez é a inferioridade de sua máquina eleitoral, em relação à do PSD-PTB.

4. — Perspectivas do Sr. Kubitschek

Reunindo, a despeito das dissidências, as duas maiores forças político-eleitorais do país — o PSD e o PTB — e podendo mobilizar a seu favor tanto a política de clientela como a ideologia getulista, o Sr. Juscelino Kubitschek é o candidato que dispõe de melhores perspectivas para vencer as eleições de outubro próximo.

Se, a prazo médio, como vimos, o eleitorado potencial do Sr. Juarez Távora poderia assumir proporções semelhantes às do eleitorado do Sr. Kubitschek, tal possibilidade dificilmente poderá se realizar até outubro próximo, desde que o ex-governador de Minas saiba desempenhar adequadamente o seu papel. Acrescente-se que, a prazo longo, observada a mesma ressalva quanto à linha de atuação do Sr. Kubitschek, este também tenderá, às expensas do juarezismo, a conquistar o maior apoio ideológico da população.

Nas condições presentes, a candidatura Kubitschek conta, na linha ideológica, com o apoio potencial da burguesia industrial, de ponderável parcela dos quadros técnicos da classe média, e do proletariado, este último estimulado pela adesão do PCB a essa candidatura. A esse apoio se acresceu, por regionalismo, a adesão, em princípio, de grande maioria da população mineira e, por causa da poderosa máquina clientelística do PSD, o provável sufrágio da maior parcela do eleitorado rural. Superados, a esta altura da campanha sucessória, os perigos do golpe militar — a despeito da atuação subversiva de chefes militares como o general Canrobert — e das manobras parlamentares tendentes a modificar o regime (parlamentarismo), ou o sistema de proclamação dos resultados da eleição (tese da maioria absoluta), ou visando a embarçar a ação e a atingir a honrabilidade do candidato (comissão de inquérito), a vitória eleitoral do Sr. Juscelino Kubitschek passou a ficar na dependência, sobretudo, da boa repercussão ideológica de sua campanha e da manutenção da coesão e da fidelidade da coligação partidária que o apoia. Em outras palavras, a eleição do ex-governador de Minas estará assegurada se ele conseguir mobilizar, coordenada e eficazmente, através do PSD, as clientelas

rurais que aquele partido manipula e, mediante a conjugação de seus próprios esforços com os do PTB e do PCB, o eleitorado urbano de tendência getulista.

Observando-se a ação empreendida e os resultados colhidos, até agora, pelo Sr. Juscelino Kubitschek, verifica-se que não têm sido atendidas, com igual margem de êxito, essas duas condições de que depende sua eleição. Enquanto a mobilização das clientelas rurais tem sido levada a cabo, vigorosamente, pelo ex-governador de Minas, com a paralelo efeito de manter e consolidar a unidade do PSD ortodoxo, sua atuação nos meios urbanos, até a convenção do partido que homologou a candidatura Goulart à vice-presidência (10 de junho do corrente) foi nitidamente insuficiente. Ora, passada a fase mais aguda das tentativas de golpe, durante a qual o Sr. Kubitschek desfrutou de notável popularidade urbana, pelo fato de resistir corajosamente a todas as pressões, suas possibilidades eleitorais nas grandes cidades se enfraqueceram sensivelmente. Marcado pela legenda getulista, o Sr. Kubitschek se defronta com a hostilidade da grande maioria da classe média, cujas inclinações, como vimos, a conduzem a apoiar o Sr. Jurez Távora. Restava-lhe — como ainda lhe resta — a possibilidade de atrair para si as massas proletárias e os setores getulistas da classe média, tendentes, desde o início da campanha sucessória, a acompanhar o Sr. Kubitschek. E este é exatamente o eleitorado urbano que, somado às clientelas rurais, lhe assegura a maioria necessária para vencer as eleições. Não basta, entretanto, para o Sr. Kubitschek conquistar todo esse eleitorado, que sua candidatura exprime a linha getulista, e que o Sr. João Goulart figure como candidato à vice-presidência pela mesma legenda e faça, nos meios operários, juntamente com o PCB, a propaganda do Sr. Kubitschek. A propensão para votar no Sr. Juscelino Kubitschek, por parte dessas camadas da população que constituem o seu eleitorado potencial, e que se inclinam para sufragá-lo, ou por causa de sua legenda getulista, ou por causa da hostilidade que lhes despertam os adversários do ex-governador mineiro, acarretará, para este, sem dúvida, ainda que nada faça ativar sua legenda, uma votação apreciável. Sua eleição, porém, nas circunstâncias atuais, só pode ser considerada garantida se a grande maioria de seu eleitorado potencial comparecer às urnas para sufragá-lo. E para isso, especialmente em face da candidatura Ademar, não basta a simples legenda getulista do Sr. Kubitschek, nem se deve esperar grande resultado da campanha que em seu favor desenvolve o Sr. João Goulart. O voto ideológico não é facilmente transferível e o papel do PTB e do Sr. Goulart,

com relação à candidatura Kubitschek, é mais o de avaliar, perante as correntes getulistas, a idoneidade do getulismo do ex-governador de Minas do que o de transferir-lhe uma votação que ele próprio não haja conquistado. O mesmo, até certo ponto, se pode dizer do PCB.

Assim sendo, o desvio de votos que pode ser acarretado pelo Sr. Ademar de Barros, bem como o apoio que o Sr. Juárez Távora vier a obter nos meios proletários podem revelar-se fatais para o ex-governador de Minas, desequilibrando em seu detrimento, o cômputo final dos sufrágios.

Na verdade, o fato de o Sr. Juscelino Kubitschek, até uma avançada etapa de sua campanha, não ter procurado ativar o apoio de seu eleitorado potencial, nos centros urbanos, deve-se, principalmente, às contradições que afetam as correntes que o apoiam. A primeira e mais importante dessas contradições, porque fundada em antagonismo reais, é a que opõe, no âmbito das forças burguesas que acompanham o Sr. Kubitschek, o setor industrial ao latifúndio-mercantil. Embora a candidatura Juscelino corresponda, sobretudo, ao interesses da indústria nacional, e embora a UDN seja o partido mais representativo dos interesses latifúndio-mercantilistas, ocorre que toda uma ala de PSP também é representativa de tais interesses. A cisão inicial, que deslocou para a dissidência as seções gaúchas, catarinenses e pernambucana do partido, teve o mérito de afastar deste os grupos mais reacionários e mais comprometidos com o latifúndio-mercantilismo. Dá-se, porém, que as alas progressistas e reacionárias do PSD não se diferenciam unicamente segundo os Estados. De um modo geral, todo o PSD está marcado por essa contradição, ainda que, exceto nas seções dissidentes, nas demais a liderança local tenda a refletir a linha industrialista.

A segunda das grandes contradições que afetam as forças juscelinistas é a que decorre da incompreensão, por parte da maioria dos representantes da burguesia industrial — quer se trate dos políticos integrantes da ala progressista do PSD, quer dos próprios empresários e dirigentes de órgãos de classe da indústria — na medida em que seus interesses são dialéticamente solidários com os do proletariado e dos setores técnicos da classe média e, por tal motivo, comportam e exigem uma fórmula comum, que é a do nacionalismo trabalhista. A lógica objetiva de seus interesses força esses representantes de nossa burguesia industrial a adotar, diante dos casos concretos, uma posição solidária com o proletariado, sempre que se trate de levar

adiante o processo de desenvolvimento econômico ou de enfrentar a pressão do imperialismo e do capital colonizador. Mas, a despeito disto e apesar dos ensinamentos trazidos com o golpe de agosto, o suicídio de Vargas e fatos decorrentes — ensinamentos esses que conduziram a maior parte da burguesia industrial a apoiar a candidatura Kubitschek, ainda que com a presença do Sr. João Goulart na vice-presidência da chapa — a despeito e apesar disto, os representantes de nossa burguesia industrial ainda se sentem vinculados às fórmulas tradicionais e conservadoras e, na sua maioria, repelem as soluções orientadas para o nacionalismo trabalhista.

Ante essas duas contradições, o Sr. Juscelino Kubitschek se defronta com um dilema: ou, para não exacerbá-los, foge a definições claras a respeito dos problemas econômico-sociais do País com isto sacrificando sua posição ideológica e o poder eleitoral dela decorrente, ou, para salvaguardar tal posição e suas conseqüências eleitorais, enfrenta as contradições em aprêço, definindo-se na linha das soluções de vanguarda, caso em que consolida sua posição ideológica e decorrente força eleitoral, mas põe em risco a unidade do PSD e o apoio dos setores mais reacionários do jusecelinismo.

Até o presente, o Sr. Kubitschek tem procurado contornar esse dilema, tomando a seu cargo a mobilização das clientelas rurais e deixando para mais tarde e, quanto possível, a cargo do Sr. João Goulart e do PTB, a ativação do eleitorado urbano. Essa tática, todavia, não pode produzir efeito até o final da campanha sucessória. Como já se vem fazendo notar, a partir de algum tempo se o Sr. Kubitschek persistir nessa posição, na verdade estará resolvendo o dilema, acima referido, a favor da primeira alternativa, ou seja, defendendo a unidade do PSD e o apoio dos conservadores em detrimento de sua legenda ideológica. Ocorre, todavia, que essa é a pior solução que poderia adotar o ex-governador de Minas. Do ponto de vista eleitoral, porque os ônus em que pode incorrer a sua candidatura, em virtude da legenda getulista, já incidiram sobre ela, sem que de contrapartida, o Sr. Kubitschek tenha recolhido tôdas as vantagens dessa posição. Do ponto de vista político, porque, na hipótese de ser eleito sem haver mobilizado ativamente todo o apoio popular de que poderia dispor, o Sr. Kubitschek terá as maiores dificuldades, no Governo, para realizar o seu programa, e se verá obrigado, ou a renunciar às medidas mais inovadoras, por falta de base política para empreendê-las, ou a arriscar sua estabilidade política, ao executá-la sem contar, para tal, com o ativo e organizado apoio das forças progressistas.

Diversamente, se o Sr. Juscelino Kubitschek, em tempo ainda oportuno, se resolver, corajosamente, a enfrentar a ala reacionária do PSD e a orientar a burguesia industrial para a posição de vanguarda que lhe compete assumir, em aliança com o proletariado e os quadros técnicos da classe média, sua campanha adquirirá uma repercussão que nenhum outro candidato está em condições de atingir e, com mínimos prejuízos no setor clientelístico, conquistará uma votação massiva nos centros urbanos, assegurando sua eleição e, ao mesmo tempo, as bases político-sociais de seu futuro Governo.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

E' da maior importância, ao se empreender a análise da situação econômica do país, ter sempre em mente que estamos atravessando uma fase de transição. Se se esquece, por um momento que seja, esta circunstância, arrisca-se a chegar a conclusões excessivamente pessimistas e que não têm razão de ser porque não condizem com a realidade.

Dentre os problemas que enfrenta a economia brasileira presentemente sobressaem aquêles relacionados com o comércio exterior e câmbio, de um lado, e o da inflação, de outro. São êstes problemas que ocupam mais freqüentemente a atenção de todos, fato que pode ser atribuído não só à sua relevância para a economia nacional, mas também à circunstância de afetarem de uma maneira mais direta os homens de negócio e a população em geral. Vamos, pois, embora sem o intuito de esgotar o assunto ou dar-lhe qualquer interpretação nova, abordar os dois momentosos problemas tentando, apenas, chamar a atenção para alguns dos seus aspectos que consideramos de suma relevância para mais bem compreendê-los e interpretá-los.

Procuraremos dizer alguma coisa também sobre a situação do café, não só em virtude da atenção que êste assunto desperta, mas também da sua grande importância no quadro geral da economia brasileira.

Câmbio e comércio exterior

A situação cambial vem, nos últimos anos, ocupando posição proeminente no panorama econômico nacional, o que é mais do que natural em virtude das rápidas modificações que se têm verificado neste setor.

Para a melhor compreensão da situação atual no que se refere ao câmbio e ao comércio exterior faz-se necessário uma re-

pitulação, ainda que ligeira, de seus antecedentes. Não é demais, pois, recordar que a partir do fim da guerra a taxa de câmbio foi fixada em Cr\$ 18,50 por dólar americano, continuando no mesmo nível até 1953. A paridade oficial do cruzeiro declarada ao Fundo Monetário Internacional continua até hoje a ser de Cr\$ 18,50 por dólar, porém, a taxa de câmbio efetiva, pela qual estão sendo realizadas as transações internacionais é, presentemente, de Cr\$ 40,00 por dólar, aproximadamente, para a exportação. Acontece, porém, que, durante o período, devido ao alto ritmo de inflação que a economia brasileira experimentou, os preços e custos internos subiram muito mais rapidamente do que os do mercado internacional. Nesse ínterim, acompanhando a desvalorização da libra esterlina em 1949, quase tôdas as moedas foram desvalorizadas de 30% em relação ao dólar. Enquanto isso, a paridade do cruzeiro, que estava certamente mais apreciado do que muitas das moedas que foram desvalorizadas, continuou a mesma. A ação da inflação interna, ao aumentar os custos de produção e os preços no mercado nacional enquanto a taxa cambial permanecia fixa, foi tornando cada vez mais difícil a exportação porque ia diminuindo cada vez mais o poder competitivo dos produtos brasileiros no mercado internacional. Concomitantemente, e pelo mesmo motivo, aumentava a propensão a importar, o incentivo a consumir ou empregar produtos estrangeiros uma vez que as mercadorias importadas iam se tornando cada vez mais baratas, relativamente. Eram, por conseguinte, duas fôrças — desincentivo à produção para a exportação, de um lado, e incentivo à importação, de outro — agindo no mesmo sentido: desequilíbrio nas transações internacionais do país.

Êste desequilíbrio manifestou-se já em 1947, quando foi necessária a imposição do contrôle quantitativo da importação. Graças a êste contrôle, à utilização das reservas de divisas acumuladas durante a guerra, ao aumento do nível de preços do café a partir de fins de 1949 e, finalmente, à grande entrada de capitais estrangeiros representada pela acumulação de atrasados comerciais ocorrida em 1951 e 1952, foi possível manter o statu quo no que se refere à taxa de câmbio praticamente até fins de 1953, apesar de o desequilíbrio ir se tornando cada vez mais profundo.

Foi só em 1952, quando a crise já se havia tornado aguda, que as autoridades se decidiram a tomar uma providência efetiva para corrigir o desequilíbrio; as medidas postas em prática até então — contrôle quantitativo das importações e comércio de compensação

— não objetivaram a correção do desequilíbrio, mas apenas a atenuação dos seus efeitos, pois ninguém havia ainda ousado mexer na taxa de câmbio.

O primeiro passo para a modificação do sistema cambial foi dado com a lei 1.807, de 7 de janeiro de 1953, que resultou de projeto do Executivo enviado ao Congresso em 1952, a qual, entre outras providências, criou um mercado de câmbio livre ao lado do oficial. Se mesmo quando foi proposta ao Congresso as alterações introduzidas no sistema cambial já eram insuficientes em relação à gravidade do desequilíbrio, quando a lei de 1807 entrou em vigor, já era totalmente inoperante, uma vez que a situação havia evoluído para pior. Faziam-se necessárias, então, medidas muito mais drásticas. Parece oportuno assinalar, de passagem, a inconveniência absoluta da legislação sobre matéria cambial pelo Congresso. O câmbio é um assunto que exige decisões rápidas e sigilosas que são incompatíveis com as normas de trabalho do Congresso.

A lei 1807 mostrou-se, assim, completamente incapaz de corrigir o desequilíbrio e, ainda em 1953, pouco mais de 6 meses após sua entrada em vigor, foi necessário tomar nova medida, esta de caráter mais drástico — a instrução n.º 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito, de outubro de 1953, cuja estruturação foi, em dezembro do mesmo ano, confirmada pela Lei 2.145 (Lei da CACEX).

A instrução n.º 70, ao estabelecer um sistema de taxas múltiplas, representou uma revolução no sistema cambial e uma desvalorização efetiva do cruzeiro, embora não tenha sido modificada formalmente a paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional.

Depois do Instrução n.º 70 vieram as Instruções ns. 99 (agosto de 1954), 112 (janeiro de 1955), 114 (fevereiro) e 115 (maio) etc. que, ao aumentarem as bonificações à exportação, promoveram na realidade, uma desvalorização progressiva do cruzeiro. Atualmente a taxa média de câmbio para a exportação é de cerca de Cr\$ 40,00 por dólar norte-americano. Assim sendo, em dois anos, o cruzeiro perdeu, aproximadamente, 55% do seu valor. Em princípios de 1952, mil cruzeiros, à taxa de câmbio de Cr\$ 18,50 por dólar, compravam cerca de 54 dólares; presentemente, à taxa de câmbio média para a exportação, que deve andar em torno de Cr\$ 40,00, mil cruzeiros adquire, apenas, 25 dólares.

O fato de a moeda nacional ter perdido, em apenas dois anos, 55% do seu valor em relação às moedas estrangeiras, pode, à pri-

meira vista, constituir motivo para alarme. Tendo-se, porém, em mente que a taxa de câmbio do cruzeiro vinha, desde longa data, se tornando cada vez mais irrealística, seja no que concerne à paridade do seu poder aquisitivo, seja em relação à estrutura do balanço de pagamentos do país, não se pode fugir à conclusão de que o fato não tem nada de grave; pelo contrário, a desvalorização do cruzeiro correspondeu a um reajustamento da taxa cambial que a economia do país estava a exigir para poder reequilibrar suas transações com o mundo exterior. Dêste ponto de vista, talvez se possa dizer que o mal é que o reajustamento tenha vindo tão tarde, depois que o desequilíbrio se tornara tão agudo.

Por outro lado, o fato de o cruzeiro ter se desvalorizado em 55% nos últimos dois anos não quer, em absoluto, dizer que nos dois próximos anos êle vá sofrer desvalorização da mesma ordem. Conquanto seja certo que a taxa média de câmbio ora vigente para as exportações ainda seja um tanto ou quanto inferior à chamada taxa de equilíbrio, parece bastante provável que não estejamos longe de alcançá-la, malgrado as suas características de difícil avaliação na prática. Tudo indica que, na conjuntura atual, para que a economia brasileira consiga um equilíbrio em relação ao mundo exterior, a desvalorização do cruzeiro que se fará necessária será, do lado da exportação no máximo igual a 30% em relação ao câmbio médio vigente para exportação. Na verdade, êste pequeno reajustamento que ainda se faz necessário, pelo menos quanto à importação, não terá grandes repercussões porque, praticamente, tôdas as mercadorias cuja importação está sujeita à licitação de câmbio, já estão sendo importadas a uma taxa igual ou superior a Cr\$ 60,00 por dólar, que consideramos a taxa mínima a que deverá cair o cruzeiro para que se obtenha um incentivo substancial à exportação. Desta maneira, apenas os preços de alguns produtos, cuja importação atualmente é subsidiada, como o papel de jornal e o trigo e, em menor escala, óleos "diesel" e combustível, experimentarão aumento em consequência do reajustamento que ainda terá de sofrer a taxa cambial. Aliás, o preço dêstes produtos — papel de jornal e trigo — terá de aumentar de qualquer maneira, pois o subsídio indireto que lhes é dado atualmente através de uma taxa de câmbio favorável (Cr\$ 18,82 para o papel de jornal e Cr\$ 25,82 para o trigo) só poderá continuar enquanto o saldo dos ágios proporcionar recursos para isso. Para se ter idéia do subsídio indireto que recebem as importações de papel de jornal e de trigo, basta dizer que, para 1955; se o valor em dólar da importação desses produtos igualar ao de 1954 (25 milhões e 126 milhões, respectivamente), o subsídio indireto através da taxa cambial inferior ao custo do câmbio se eleva-

rá a mais de 500 milhões de cruzeiros, no caso do papel de jornal, e a quase 2 bilhões, no caso do trigo.

Para sintetizar e em decorrência do que foi exposto acima, parece lícito concluir (a) que o desequilíbrio do balanço de pagamentos do país se prende, em parte, à política de estabilidade da taxa cambial seguida a partir do fim da guerra e (b) que as recentes desvalorizações do cruzeiro não encerram, em si mesmas, nada de grave, uma vez que correspondem, simplesmente, a um reajustamento da taxa cambial que se fazia cada vez mais necessário.

O caráter perverso do nosso balanço de pagamentos

Não obstante a veracidade da conclusão de que o agudo desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos se deve à política de estabilidade da taxa cambial, parece da maior conveniência introduzir aqui certas qualificações ao problema para evitar que se possa tazar de completamente inepta a política seguida. É preciso, inicialmente, não perder de vista o caráter perverso do balanço de pagamentos do Brasil, isto é, a sua pouca reação às medidas tradicionais para correção do desequilíbrio. A desvalorização da moeda que constitui a medida fundamental, no caso brasileiro, pouco efeito pode exercer no sentido do equilíbrio. De fato, esta medida, do lado da importação, ao tornar os produtos importados mais caros em termos de moeda nacional, tende a fazer diminuir a importação. No nosso caso, porém, sendo grande a participação de matérias primas, combustíveis e alimentos essenciais no total da importação, o aumento dos preços destes produtos em cruzeiros não tenderia a ocasionar uma diminuição substancial das quantidades importadas, uma vez que se trata de produtos de procura rígida, a falta dos quais provocaria necessariamente sérios distúrbios no funcionamento da economia. Se é certo que o aumento dos preços desses produtos em moeda nacional tenderia a incentivar a produção interna substitutiva, também é certo que, na maioria dos casos, um aumento substancial da produção só poderia ser conseguido a médio ou longo prazo e com a agravante representada pela necessidade de importação dos equipamentos indispensáveis. Assim, praticamente, o único item substancial da pauta de importações que poderia experimentar uma redução ponderável com a desvalorização da taxa cambial seria o de equipamentos, uma vez que os bens de consumo não essenciais constituem uma parcela mínima das importações. Nestas condições, a redução da importação de equipamentos representaria, sobre o total das importações, uma diminuição muito pequena e seria de ordem a prejudicar seriamente o desenvolvimento econômico do país.

Se do lado da importação nos defrontamos com esta rigidez, quando se analisa a exportação o fenômeno se apresenta muito mais acentuado. Efetivamente, à inelasticidade-preço e renda da procura internacional pela maioria dos produtos exportados pelo Brasil, alia-se a inelasticidade da oferta brasileira para os dois principais produtos de exportação — café e cacau. Representando esses dois produtos mais de 50% e até 80% do valor das exportações brasileiras e sendo a sua oferta inelástica a curto prazo, em virtude do período de 4 a 5 anos que medeia entre o plantio e o início da produção, a depreciação do cruzeiro só exerce influência sobre os outros produtos, isto é, sobre uma parcela relativamente pequena das exportações, de modo que o incremento total que se pode conseguir a curto ou médio prazo, se torna insignificante quando considerado em relação à exportação total.

Esta é, em síntese, a situação a curto e médio prazo: ineficiência da depreciação como instrumento de promoção do aumento da exportação em virtude da impossibilidade prática de aumentar a produção dos dois principais produtos de exportação. A longo prazo (5 anos ou mais), é perfeitamente possível aumentar a produção e, por conseguinte, as quantidades desses dois produtos disponíveis para exportação, o que faz entrever a possibilidade de se fazer uma política de longo alcance, adotando medidas que, conquanto de efeito imediato limitado, poderão contribuir para aliviar a pressão sobre o balanço de pagamentos no futuro. Ai, porém, mais uma vez nos defrontamos com o caráter perverso do nosso balanço de pagamentos. Efetivamente, em virtude da relativa inelasticidade-preço da demanda internacional pelos dois produtos em causa, o aumento das quantidades disponíveis para exportação pode causar uma baixa de preços de ordem a anular completamente o incremento da quantidade exportada, podendo mesmo acontecer que uma quantidade exportada maior proporcione uma receita total menor, dependendo da intensidade com que os preços baixarem em virtude do aumento da oferta.

Vê-se, assim, que não se pode incriminar a política de estabilidade da taxa cambial como única responsável pelo desequilíbrio das nossas transações internacionais. Na verdade éle decorre também de outros fatores, como a rigidez estrutural do nosso comércio exterior e alto ritmo de crescimento experimentado pela economia nos últimos tempos. Se a taxa cambial tivesse sido ajustada, digamos, para levar em conta a disparidade entre a evolução do nível geral de preços interno e externo, isto provavelmente não teria sido suficiente para evitar ou corrigir o desequilíbrio, mas teria, sem dúvida, contribuído para torná-lo menos profundo. Daí não se pode, entretanto, concluir que não haja uma taxa cambial capaz de equi-

librar o nosso balanço de pagamentos. Evidentemente, essa taxa existe, mas devido à rigidez das importações e à relativa inelasticidade da demanda internacional para nossos produtos de exportação e à inelasticidade da oferta de café e cacau, ela deve se situar num nível muito mais elevado do que o da paridade do poder aquisitivo.

Além disso, o reajustamento da taxa cambial sempre encontrou opositores por causa do problema do café. Temia-se que a depreciação do cruzeiro provocasse uma baixa do preço café no mercado internacional, o que ocasionaria um declínio nas relações de troca com o exterior e, portanto, uma perda de substância. E, na hipótese de o preço internacional se manter, o aumento do preço em cruzeiros resultante da depreciação cambial, provocaria uma redistribuição de renda em favor dos cafeicultores, chamando para este grupo de produtores uma massa considerável de poder aquisitivo, o que, dadas as condições vigentes, tenderia a provocar um recrudescimento da inflação.

A política de estabilidade da taxa cambial adotada no período de 1946/53, conquanto tenha contribuído para agravar progressivamente o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, não deixou de ter certos efeitos benéficos sobre o desenvolvimento econômico do país. Efetivamente, o baixo preço em cruzeiros do equipamento importado aliado ao controle quantitativo da importação, que funcionou como instrumento altamente protecionista, possibilitou e incentivou um surto de desenvolvimento industrial que, de outra maneira, não teria sido possível, pelo menos no mesmo grau de intensidade. Como, porém, a restrição quantitativa da importação era aplicada com mais rigor contra os produtos chamados não essenciais, o incentivo ao desenvolvimento industrial se fez sentir, principalmente, nos ramos produtores destas mercadorias. A indústria produtora de matérias primas básicas e de equipamentos não teve ambiente para se desenvolver uma vez que esses artigos eram importados com relativa facilidade. Este fato, sem dúvida, provocou uma certa distorsão na estrutura industrial que agora se procura corrigir.

Café e Balanço de Pagamentos

O problema do equilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil não pode ser pôsto nos termos clássicos em virtude de, em média, 2/3 do valor de nossas exportações serem representadas pelo café e das características especiais da oferta e demanda deste produto. De fato, uma política de incentivo à exportação através de taxa cambial favorável, como foi visto anteriormente, não contribui para

aumentar substancialmente as exportações porque não atua sobre a oferta a curto prazo do café. Não obstante, age no sentido de incentivar novas plantações do produto. Dada, porém, a inelasticidade de sua demanda, no futuro, quando a produção aumentar com a entrada em produção das novas plantações, há o perigo de ocorrer um excedente que, além de não poder ser vendido, influenciará negativamente os preços. O resultado final, neste caso, pode perfeitamente ser uma receita total, isto é, uma entrada de divisas menor, quando o objetivo colimado era o seu aumento.

Se o café é, de um lado, uma ótima fonte de divisas para a economia do país, do outro é um óbice à maximização das receitas cambiais e, conseqüentemente, um sério empecilho a uma política progressista tendente a equilibrar o balanço de pagamentos. Medidas que para os outros produtos têm um efeito positivo, para o café resultam negativas ou, na melhor das hipóteses, neutras.

Levando na devida conta as características especiais da oferta e da procura do café e, também, a posição dominante do país no mercado internacional do produto, a solução para o problema parece estar na separação definitiva, para fins cambiais, do café dos demais produtos. Ter-se-ia uma taxa de câmbio para todos os outros produtos e uma taxa especial para o café, a qual flutuaria num sentido inversamente proporcional às variações do preço do produto no mercado internacional. Desta maneira, o preço do mercado interno seria independente do preço do mercado internacional. Dentro deste esquema deveria ficar assegurado ao produtor nacional um preço que, embora remunerador, não constituísse um incentivo a plantar em excesso. Os produtores só teriam a lucrar com isso, pois teriam assegurada a estabilidade do seu negócio e o país poderia maximizar suas receitas cambiais e, quando não resolver, pelo menos aliviar o seu problema de balanço de pagamentos. Só assim seria possível conciliar os interesses dos produtores, que é a maximização do preço em moeda nacional, com os do país, que é a maximização das receitas cambiais.

Dada a importância do café para a economia nacional faz-se necessário encontrar uma política cafeeira de longo prazo que melhor se ajuste aos interesses do país. O problema é de longo prazo e as soluções imediatistas podem, muitas vezes, dar resultados negativos a longo prazo.

Presentemente, impõe-se a necessidade de se chegar a um acordo com os outros países produtores para o controle da oferta, sem o que, com o aumento de produção que se espera para os próximos

anos, os preços do produto cairão a níveis irrisórios. Os outros países produtores que já se acostumaram, desde longa data, com a situação cômoda em que apenas o Brasil arca com os ônus da defesa dos preços, certamente relutarão em firmar um acôrdo para a distribuição equitativa desses ônus na esperança de que o Brasil, no final das contas, não terá outra alternativa. E' necessário, pois, fazer ver aos nossos concorrentes que, embora com prejuízo a curto prazo, o Brasil não incidirá mais no erro de defender os preços do café enquanto seus competidores agravam a posição do produto expandindo sua produção.

Taxas Múltiplas

Dadas as características especialmente perversas, conforme se viu acima, do balanço de pagamentos do Brasil, o regime de taxas múltiplas seria, evidentemente, o ideal para a obtenção dos melhores resultados na política do comércio exterior. A aplicação criteriosa do regime é, entretanto, bastante difícil por causa da pressão dos grupos interessados.

De qualquer maneira, é indispensável, no que se refere à exportação, adotar, no mínimo, duas taxas de câmbio, uma para o café e outra para os demais produtos. Sem isso, é impossível levar a bom termo uma política que objective, concomitantemente, aumentar as receitas em divisas da exportação de café e dos demais produtos.

Por outro lado, sendo a propensão a importar, ou melhor, a elasticidade-renda das importações brasileiras alta, enquanto a demanda internacional por produtos brasileiros é, de um modo geral, inelástica tanto com relação ao preço como à renda, a posição ótima do país nas suas transações com o exterior é dada quando a taxa cambial para a importação fôr mais alta do que para a exportação. Em outras palavras, a uma taxa de câmbio dada haverá sempre uma tendência a se importar mais do que a exportação que ela permite. O recurso é tornar as importações mais caras através de uma taxa de câmbio desfavorável, fazendo, assim, com que a propensão a importar iguale a receita proporcionada pela exportação.

Esta redução da propensão a importar pode ser feita também através de tarifas aduaneiras. As taxas de câmbio diferenciais se têm sobre as tarifas a vantagem de ser mais flexíveis, apresentam, por isso mesmo, a desvantagem de deixar as autoridades sujeitas às pressões de grupos, prejudicando sua aplicação criteriosa.

Inflação

Històricamente a economia brasileira foi sempre dominada por um processo inflacionário que se tornava mais forte ou mais suave, conforme a conjuntura da época. Salvo esporadicamente, e em períodos relativamente curtos, esta inflação secular se manifestava por uma alta de preços relativamente lenta e quase se imperceptível a curto prazo. Justamente por isso, o que nos preocupa aqui não é esta inflação secular, mas sim o processo inflacionário interno que começou logo no início da Segunda Guerra Mundial e que até hoje, já decorridos 15 anos, não pôde ser dominado.

A inflação, de um modo geral, é um sintoma de vitalidade econômica. Resultando, em última análise, de uma pressão convergente sobre os recursos por parte dos consumidores e das empresas, ela denota uma ânsia de prosperar.

O efeito da inflação sobre o organismo econômico ainda constitui ponto controvertido da economia política. Porém, mesmo aí, há certos pontos pacíficos. Todos concordam, por exemplo, que um processo inflacionário lento, com os preços subindo, moderada e imperceptivelmente, é salutar porque possibilita o emprêgo mais intensivo dos fatores de produção e, mantendo uma perspectiva de negócios favorável, anima os empresários a se aventurarem em novos empreendimentos, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico.

Quando, porém, a alta de preços é mais rápida, podendo ser sentida sem auxílio de índices de preços, então o processo inflacionário começa a prejudicar o funcionamento da economia porque a defesa dos fundos contra a desvalorização da moeda passa a constituir preocupação geral. A comunidade é, então, levada a concentrar as inversões naqueles setores onde, através da valorização constante, o poder aquisitivo de suas poupanças possa ser conservado mais facilmente. Assim, as inversões, que pela atuação das forças do mercado tenderiam a ser feitas de modo a produzir um benefício máximo, são distorcidas pelo fenômeno inflacionário, dando origem a uma diminuição de produtividade do capital.

Além disso, no campo da empresa, ao possibilitar a formação de lucros economicamente fictícios, a inflação aberta dá origem à proliferação de empreendimentos ineficientes e desestimula o aumento da produtividade através do melhoramento da técnica e da organização da produção.

A inflação que vimos sofrendo no Brasil, se, de um lado, é sintoma de prosperidade da nossa economia, vem, de outro, solapando seus alicerces, diminuindo suas possibilidades de desenvolvimento no futuro. Para se ter uma idéia da intensidade do processo infla-

cionário que nos aflige, basta considerar que, entre 1939 e 1954, os preços aumentaram de 700%, isto é, a uma taxa geométrica de 15% por ano. Entre 1939 e 1948, essa taxa foi de 14%, agravando-se o processo no período mais recente, pois, entre 1948 e 1954, ela aumentou para 16,5%. Assim o cruzeiro de 1954 compra apenas 1/8 do que comprava o milréis de 1939. O fato de a nossa moeda ter se desvalorizado, no período, a uma taxa geométrica de 15% por ano não pode, evidentemente, deixar de constituir motivo de preocupação.

Esta preocupação mais se acentua quando se consideram, devidamente, os obstáculos que se antepõem a uma ação eficaz no sentido de controlar a inflação no Brasil. A insuficiência do mecanismo de controle do crédito é, sem dúvida, uma das principais causas do insucesso das tentativas de combate à inflação já levada a efeito.

Enquanto o Banco do Brasil continuar exercendo ao mesmo tempo as funções de Banco Central e de Banco Comercial, ou enquanto não se fizer, dentro do próprio Banco do Brasil, uma separação nítida e definitiva destas duas funções em dois departamentos estanques, será uma tarefa muito árdua, e talvez mesmo impossível, o controle da inflação no Brasil. Isto porque, para ser bem sucedida, a política anti-inflacionária exigiria a ação conjugada da SUMOC, do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, coisa que dificilmente se poderá conseguir, conforme demonstra a experiência.

Não há mais dúvida quanto à necessidade inadiável de pôr um freio ao processo inflacionário no Brasil. Mesmo se se aceita o argumento de que a inflação é benéfica para o desenvolvimento porque contribui para aumentar o volume das poupanças, não se pode deixar de admitir que uma inflação controlada e dirigida seria imensamente mais eficaz que a inflação desordenada que vimos experimentando.

POLÍTICA DO PETRÓLEO

Indeterminação política

A promulgação da lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, deveria, a rigor, marcar o encerramento definitivo do ciclo de estudos e discussões em torno do problema da exploração das fontes nacionais de petróleo e o advento de uma nova fase de intensas realizações concretas nesse campo. Resultante de debate amplo e demorado, aquela lei, com efeito, dotou o país de um instrumento — a empresa de economia mista, Petróbrás — considerado pela opinião pública eficaz para a solução do problema.

Com essa recente definição, deveria suceder agora à denominada "política do petróleo" um "programa nacional do petróleo", no sentido de que a matéria deixara de constituir-se problema de Estado para reduzir-se a tema de preocupação de uma empresa específica e, pois, suscetível de submeter-se a uma programação industrial, idêntica a de qualquer outra atividade produtiva.

Acontece, todavia, que, aliadas às peculiaridades da indústria do petróleo, as circunstâncias internacionais e as condições prevalentes no país concorrem para manter a questão sempre em aberto, passível de interpretações e sujeita a depoimentos opinativos, exigindo freqüentes pronunciamentos políticos.

Vários fatores, de natureza técnica, econômica e política, agem como elementos de indeterminação, retirando ao problema do petróleo a possibilidade de ser equacionado como uma simples programação industrial e emprestando-lhe o tom emocional e algo indefinido, característico das discussões atuais.

Fatores de indeterminação

A elaboração de um programa nacional do petróleo está condicionada, em primeiro lugar, ao fator de imprevisão geo-

lógica, que confere um certo grau de aleatoriedade aos cálculos e estimativas, tornando discutíveis tôdas as metas e resultados previsíveis. Dos quatro setores principais, que compõem uma indústria integrada de petróleo — produção, refinação, transporte e distribuição — com exceção da primeira, tôdas as atividades são suscetíveis tènicamente de uma programação a longo prazo, com fixação de metas e prazos, tal como em outros setores produtivos. Mas, a incerteza que rodeia as atividades básicas de produção primária de óleo cru, da qual dependem as outras fases da indústria, desvanece a precisão de qualquer programa. Apesar do progresso tecnológico verificado nos métodos de exploração ou pesquisa e de desenvolvimento de estruturas petrolíferas, essa primeira fase está ainda sujeita a uma grande margem de imprevisão. No caso do Brasil, especialmente, dado que a produção de óleo cru ainda é, relativamente, diminuta e que das áreas produtivas prováveis apenas 0,25% encontra-se em produção efetiva, não se poderá afirmar ainda com segurança a evolução das quantidades prováveis de produção de petróleo bruto, nos próximos anos, embora seja ponto pacífico a ocorrência de óleo na bacia do Recôncavo baiano e na imensa área sedimentar da Amazônia.

Em segundo lugar, como consequência do fato antes mencionado, os objetivos da política ou do programa do petróleo não têm sido postulados com precisão. A lei n. 2.004, por motivos óbvios, não estabeleceu metas nem prazos para a execução do programa; apenas armou um mecanismo, provendo-o de recursos financeiros especiais, através do qual tivesse o problema um encaminhamento de solução. A Petrobrás, funcionando com a flexibilidade de uma empresa privada, mediante autofinanciamento, poderá evoluir, lenta ou aceleradamente, no sentido de atenuar ou superar a gravidade do problema.

A questão da colaboração do capital estrangeiro, em terceiro lugar, contribui com maior responsabilidade para perturbar o entendimento do problema. A ignorância quanto às intenções dos capitais internacionais em relação a essa matéria tem dado margem às mais variadas suposições, não se podendo contar, pois, como dados seguros, o grau e modalidades de cooperação que poderiam prestar à solução do problema nacional do petróleo.

Assim, qualquer que seja o aspecto examinado numa programação de petróleo, estão sempre implícitas apenas suposi-

ções em relação àqueles três elementos de indeterminação. Todos os cálculos e previsões de resultados, deve ressaltar-se desde logo, representam somente especulações programáticas, que poderão ser confirmadas ou não segundo o grau de acuracidade das suposições adotadas. Nos próximos três anos, quando a Petrobrás houver adquirido mais experiência e as possibilidades produtivas da Bacia Amazônica ou outras estiverem melhor delineadas, será então factível um programa de investimentos estritamente industrial, com metas e prazos bem definidos. Por enquanto, as análises tal como a que realizaremos em seguida têm o mérito de avaliar apenas a ordem de grandeza do problema, em termos econômicos, de modo a situar as possibilidades técnicas e financeiras do país para enfrentá-lo.

Custo de um programa

Antes da promulgação da lei n. 2.004, que criou a Petrobrás, foram realizados estudos com o fim de planejar os recursos que se fariam necessários a um amplo programa nacional do petróleo. O resultado desse trabalho foi divulgado sob o título *Fundamentos da Petrobrás*.

Imaginou-se, preliminarmente, elaborar um programa quinquenal, cobrindo os anos 1952-1956, com o objetivo de tornar o país auto-suficiente no abastecimento de combustíveis líquidos nesse prazo. Estimou-se, com os dados da época, que o capital necessário para cumprir tal objetivo somaria Cr\$ 25 bilhões ou o equivalente a US\$ 1.250 milhões. Deduzindo-se os investimentos já então existentes, da ordem de Cr\$ 6 bilhões ou US\$ 300 milhões, o referido plano quinquenal exigiria um investimento global de Cr\$ 19 bilhões ou US\$ 950 milhões, o que daria investimentos parciais numa média de Cr\$ 3,8 bilhões anuais. Em face da magnitude desses algarismos pareceu mais conveniente aos planejadores, na ocasião, fixar objetivos mais modestos, condizentes com as possibilidades financeiras imediatas do país. Assim, os recursos que vieram a ser estipulados para a Petrobrás, na lei n. 2.004, cujas estimativas indicavam a soma de 8,5 bilhões, que, acrescida às reinversões de lucros da própria empresa e aos eventuais financiamentos que a mesma pudesse negociar, habilitariam o país a

um programa de inversões num total de Cr\$ 12 bilhões ou US\$ 600 milhões, numa base anual média de Cr\$ 2,4 bilhões. Tais disponibilidades seriam suficientes para, adicionada aos investimentos já realizados, atingir ao fim do período a posição seguinte:

	<i>Milhões</i>	
	US\$	Cr\$
1) <i>Pesquisa e lavra (exploração e produção)</i>		
Produção: 180.000 barris/dia		
Custo unitário US\$ 2.500 por barril/dia	450	9.000
2) <i>Refino</i>		
Capacidade: 180.000 barril/dia		
Custo unitário US\$ 1.000 por barril/dia	180	3.600
3) <i>Transporte, distribuição, etc.</i>		
180.000 barris/dia		
Custo US\$ 1.500 por barril/dia.....	270	5.400
Total.....	900	18.000

Com estes resultados, se cumprido integralmente o programa, disporia o país de fontes de abastecimento interno para 85% do seu consumo, em 1956; poder-se-ia afirmar, então, que o Brasil alcançara virtualmente, a sua auto-suficiência em petróleo e seus derivados.

A demora, todavia, nos estudos e debates sobre a matéria, através dos órgãos do Executivo e no Parlamento, durante mais de 2 anos, embora justificável, retardou sensivelmente o início do programa. Promulgada que foi a lei em fins de 1953, com o ano de 1954 dedicado quase exclusivamente às providências imediatas indispensáveis à adaptação das atividades petrolíferas a um novo regime, somente a partir do ano corrente, portanto com um atraso de 3 anos, é que se poderá imprimir uma feição programática às atividades da indústria nacional do petróleo. Cumpre, agora, traçar um novo plano quinquenal, de 1955 a 1959, partindo de bases diferentes e com objetivos modificados, de vez que tanto as estimativas de arrecadação de recursos como os coeficientes de custo então utilizados e vários outros estão agora obsoletos.

A esta altura, o método de planejamento deve ser justamente o inverso do que foi utilizado em 1951; antes, tratava-se de estimar os recursos necessários para um programa dado;

no momento, já que os recursos estão definidos e podem ser previstos, importa estabelecer uma escala de prioridade para as aplicações de capital, com vistas a obter o máximo rendimento, conciliando o ponto de vista econômico geral do país, que requer, de início, grandes doses de inversões em setores de retribuição lenta e incerta, com o da Petrobrás, como empresa, que necessita de altos índices de rentabilidade imediata para seus empreendimentos.

A previsão da procura de combustíveis líquidos no país, em face do seu crescimento acelerado nos últimos anos, indica um consumo de 294.000 barris diários de equivalentes em óleo cru, ao fim do programa quinquenal, em 1959. Se o objetivo fôsse o de alcançar a auto-suficiência no abastecimento de petróleo até aquele ano, o capital necessário, aos custos atuais, seria da ordem de US\$ 1.854 milhões; deduzindo-se desta soma um montante de US\$ 410 milhões de investimentos até aqui já realizados, a escolha de objetivo tão ambicioso imporia um programa de investimentos anuais em petróleo, em todos os seus setores, equivalente a US\$ 289 milhões ou US\$ 1,4 bilhões no período de 5 anos.

Fixação de metas

O sentimento geral da opinião pública em relação ao problema do petróleo, em face da dramaticidade que, de boa ou má fé, tem-lhe sido conferida, requer a auto-suficiência do país em combustíveis líquidos, no mais curto prazo possível, de modo a liberar o balanço de pagamento do pesado e crescente ônus com as importações desses produtos.

Embora justificável, como atitude nacional, tal ponto de vista, que se generaliza, não interpreta fielmente os termos do problema. Se bem que desejável, tal situação de independência em relação ao petróleo importado, não deve, entretanto, constituir uma intenção política e muito menos um objetivo de curto prazo. A posição de desequilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil não deriva, nem direta nem exclusivamente, da dependência de importações de petróleo; muitos outros fatores há que condicionam o equilíbrio cambial desejado. Mesmo que, em futuro próximo, possamos nos liberar dessas importações, isto não significará necessariamente a solução do problema do balanço de pagamentos. O México, por exemplo, é um país auto-suficiente e até exportador em grande

escala de produtos petrolíferos e, não obstante, como as condições estruturais de sua economia são similares às vigentes no Brasil, sofre aquele país, também, de dificuldades cambiais, que determinam freqüentes revisões em sua política de câmbio. Por outro lado, os Estados Unidos e o Canadá, inversamente, gozam de estabilidade e liberdade cambial em suas transações externas, apesar de serem importadores de grandes quantidades de óleo cru e de derivados: em 1954, as importações de petróleo nos Estados Unidos alcançaram cerca de 1 milhão de barris por dia, perfazendo um gasto em dólares de 1 bilhão por ano; no Canadá, a despeito dos maciços investimentos anuais ali efetuados, seus campos de petróleo suprem apenas 45% do consumo nacional.

Em termos realísticos, com base em raciocínios estritamente econômicos, cabe eleger, entre várias metas alternativas, aquela que se situa dentro das possibilidades técnicas e financeiras de um programa imediato de curto prazo, com vistas especialmente ao problema cambial, isto é, encarando as atividades petrolíferas pelo seu caráter de indústria substitutiva de importação. Até 1959, como vimos, o consumo de petróleo e derivados deverá alcançar a média de 294.000 barris por dia em equivalente de óleo cru; em termos de moeda americana, tal procura significará um gasto bruto anual de US\$ 500 milhões, isto é, quase o dobro do gasto atual. Poderíamos, então, para efeito de comparação, relacionar pela ordem decrescente, das mais ambiciosas para as mais modestas, as metas de produção nacional de petróleo e derivados em 1959, como segue:

- 1) — atingir a auto-suficiência: produção nacional US\$ 500 milhões por ano;
- 2) — obter que a importação, naquele ano, não ultrapasse de 1/3 do consumo, significando: produção nacional de US\$ 330 milhões por ano;
- 3) — estabilizar os gastos externos com o petróleo nos níveis atuais de US\$ 260 milhões por ano: produção nacional US\$ 240 milhões;
- 4) — manter o crescimento das importações de petróleo num ritmo compatível com os aumentos da capacidade para importar do país, ou seja: produção nacional US\$ 206 milhões;
- 5) — atenuar o ritmo de crescimento das importações pelo menos à metade da taxa atual, sig-

nificando: produção nacional US\$ 168 milhões por ano.

Recursos disponíveis

Dada a escala de objetivos desejáveis, encerrando todos eles, afinal de contas, resultados ponderáveis em relação à magnitude do problema e às possibilidades técnicas e financeiras do país, cumpre verificar até que ponto, naquela escala, os recursos proporcionados ao monopólio estatal poderão levar a Petrobrás.

As estimativas até agora realizadas em relação aos recursos que serão dispensados ao programa nos próximos cinco anos, inclusive reinversões de saldos de operação e financiamentos eventuais externos e internos, indicam uma cifra de Cr\$ 17 bilhões; acrescidos a essa soma Cr\$ 3 bilhões provenientes de capitais particulares para aplicações em setores do petróleo onde não se exerce o monopólio da Petrobrás os recursos totais podem ser calculados em, aproximadamente, Cr\$ 20 bilhões para esse programa.

Tendo em vista que os custos reais, mesmo nos mercados externos, foram bastante majorados, cabendo levar em conta que o custo médio de câmbio não é mais de Cr\$ 20,00 por dólar, mas Cr\$ 45,00, não se justifica apurar ao programa da Petrobrás o planejamento realizado em 1951, por ocasião dos estudos preliminares de constituição da empresa. Em equivalência de moedas estrangeiras, as disponibilidades para reinversões não são mais de US\$ 600 milhões, mas apenas US\$ 440 milhões. Houve, pois, uma redução, em termos reais, de 40% nos recursos programados para o financiamento das atividades da Petrobrás. Obviamente, não podera aquela empresa alcançar os resultados, previstos anteriormente, de abastecer 85% do mercado nacional. Os recursos disponíveis poderao cobrir, agora, tão somente, 34% do capital necessário a auto-suficiência do país em matéria de combustíveis líquidos.

Ressalvada, repetimos, a validade apenas teórica dos cálculos, a Petrobrás provavelmente poderá cumprir, com os meios de financiamento que lhe foram proporcionados, incluindo os investimentos privados em setores que não constituem monopólio, como distribuição e indústrias petroquímicas, oleodutos em São Paulo etc. o programa abaixo:

<i>Produção de óleo cru</i>		<i>Milhões</i>	
		US\$	Cr\$
1)	Já existente 5.000 bb/dia		
	Programa 85.000 bb/dia	267	12.000
	Total 90.000 bb/dia		
2)	<i>Refino</i>		
	Já existente 95.000 bb/dia		
	Programa 80.000 bb/dia	98	4.400
	Total 175.000 bb/dia		
3)	<i>Outros setores</i>		
	(Transportes, distribuição, etc.)		
	Já investidos US\$ 250 milhões		
	Programa . . US\$ 80 milhões	80	3.600
	Total 330 milhões		
		445	20.000

Esse programa hipotético, que se apoia em supostos prudentes não está capacitado, como se vê, a alcançar, as metas mais ambiciosas escalonadas previamente, mas apenas a 3.^a meta, isto é, a estabilizar os gastos com as importações de combustíveis, nos próximos anos, aos níveis atuais. Com efeito, o programa representaria, aproximadamente, uma produção nacional de US\$ 240 milhões por ano; em relação a um consumo estimado em US\$ 500 milhões, restando uma demanda a ser satisfeita pelas importações equivalentes a US\$ 260 milhões. O incremento dos gastos externos com combustíveis líquidos será nulo. Sabendo-se que as exportações brasileiras obedecem a uma tendência de crescimento, a longo prazo, de 2,5% ao ano, a influência das importações de petróleo para o desequilíbrio no balanço de pagamentos, estaria mais do que anulada.

Em termos reais, aqueles resultados significam que, em 1959, o óleo bruto produzido pelos campos brasileiros abastecerá 1/3 do equivalente em petróleo bruto do consumo no país; tal produção será suficiente para fornecer cerca de 60% das quantidades de óleo utilizadas pelas refinarias nacionais; e estas oferecerão derivados bastantes para suprir cerca de 55% do consumo nacional. Além dessas atividades básicas, poderá contar a indústria nacional com vários outros empreendimentos de alta relevância econômica e economizadores de divisas, tais como uma frota de petroleiros ampliada, novos oleodutos, terminais oceânicos, indústrias petroquímicas, etc.

Todos os cálculos aqui apresentados seguem a linha de raciocínio adotada pelos planejadores dos recursos para a Petrobrás, isto é, tomando por base as médias de custos verificados na indústria de petróleo nos Estados Unidos, que são os mais elevados do mundo. Se adotássemos as médias venezuelanas, onde os custos de exploração e produção são, aproximadamente, 60% mais reduzidos que os norte-americanos, a avaliação do programa forneceria resultados sensivelmente melhorados. Em outras palavras, se destinarmos a mesma soma de US\$ 267 milhões para a pesquisa e lavra, e os custos nacionais forem equivalentes aos da Venezuela, então, resultaria uma produção, em 1959 da ordem de 225.000 barris por dia, isto é, muito além do dobro do que foi programado. Alternativamente, para guardar equilíbrio entre os vários setores, seria possível distrair maior soma de recursos para o setor de refinação, mantendo-se para a pesquisa a lavra apenas a soma de US\$ 200 milhões. Mesmo assim, teríamos uma produção diária de 175.000 barris de óleo bruto e uma capacidade de refino ampliada para 220.000 barris diários. Entretanto, de modo a evitar surpresas, preferimos raciocinar com a hipótese limite, bem mais pessimista, com os dados norte-americanos, mesmo porque, a despeito disso, com os resultados visualizados, o problema nacional do petróleo terá, como veremos, um encaminhamento adequado. (*)

E' necessário lembrar, entretanto, que o programa nacional do petróleo, como antes resumido, não se esgotaria ao fim do quinquênio estudado. Pelo processo de autofinanciamento, sem contar com novos recursos oficiais, poderá, talvez, manter uma taxa líquida de capitalização de pelo menos 10%, ou seja um mínimo de reinversão equivalente a US\$ 70 milhões por ano. Em relação ao ritmo anterior, durante a execução do programa quinquenal com recursos extraordinários, a segunda fase, contando apenas com o autofinanciamento da empresa, terá uma redução de 23% na intensidade da capitalização. Esse grau de acumulação de capitais, entretanto, será

(*) Outro critério, talvez o mais adequado, seria o de procurar um meio termo entre aqueles dois coeficientes — o norte-americano e o venezuelano. A Standard Oil Co. of California, cujo balanço de 1954 foi publicado recentemente, oferece uma boa média de custos, para os fins que temos em vista; isto é, essa companhia opera em várias áreas do mundo, de produtividades diversas, fornecendo deste modo um coeficiente razoável, qual seja US\$ 1.982 por barril/dia de produção de óleo bruto e US\$ 588 por barril/dia de capacidade de refino.

bastante para manter, após o plano quinquenal, a posição relativa da produção interna face ao consumo nacional, ou mesmo aumentá-lo gradualmente, se admitirmos, como parece lógico, que, em face do rendimento crescente dos gastos totais, especialmente no setor de exploração ou pesquisa, a relação produto/capital, isto é, os resultados produtivos por cada unidade de capital investido, melhorará sensivelmente. Verificamos que para um investimento global de US\$ 685 milhões obteríamos uma produção bruta de US\$ 240 milhões, ou seja um coeficiente de 0,35. Uma inversão anual de ordem de US 70 milhões, em seguida ao programa inicial, com uma relação capital/produto igual a 0,4, por exemplo, determinaria um incremento de produção para US\$ 300 milhões, configurando um ritmo de crescimento da produção interna de US\$ 60 milhões, superior, portanto, à taxa de crescimento vegetativo do consumo que, naquela altura, deverá andar em torno US\$ 50 milhões ou pouco mais.

Financiamento do Programa

Os recursos originalmente destinados à Petrobrás, para realização de suas atividades, como vimos, sofreram uma sensível redução, devendo-se o fato a um defeito no planejamento das fontes. Com efeito, as fontes tributáveis foram estabelecidas numa base específica e não *ad-valorem*, resultando uma gradual perda de substância em termos reais, em face da progressiva depreciação do poder de compra da moeda. Para citar, apenas, um exemplo: o preço da gasolina no Distrito Federal, até o início deste ano, foi de Cr\$ 3,06 por litro, depois de sucessivos reajustamentos trimestrais. Dêsse preço constitui parcela do imposto único cerca de Cr\$ 1,20, cabendo à Petrobrás uma quota de 25% ou Cr\$ 0,30 por litro, aproximadamente, ou seja 10% do preço do varejo, e que constitui a sua principal fonte de financiamento. O preço vigente para aquele combustível é agora de Cr\$ 4,72, mantendo-se para a Petrobrás a mesma parcela de Cr\$ 0,30 ou 6%, de vez que o imposto é fixado pelo peso e não pelo valor.

Caberia, pois, se alguma providência devesse ser adotada para melhorar a situação atual, garantir à Petrobrás os recursos reais que lhes foram originariamente destinados. Uma revisão tendente a recuperar a perda de poder aquisitivo importaria em dotar a empresa de, aproximadamente, mais US\$ 150 milhões para realização do programa quinquenal. Na

mesma ordem de idéias, essa reposição e não propriamente complementação, teria como efeito óbvio permitir que, neste primeiro esforço, dos próximos 5 anos, fossem atingidos resultados mais substanciais. Isto é, mantendo-se a mesma relação produto/capital de 0,35, resultante das estimativas anteriores, essa soma garantiria uma produção, em 1959, não mais de US\$ 240 milhões, mas de US\$ 292 milhões, ao ano.

Este resultado, relembrando as metas escalonadas anteriormente, permitiria atingir gradativamente uma posição sempre além da 3.^a meta, que seria a da estabilização dos gastos externos com combustíveis líquidos. Com efeito, as importações em 1959 seria da ordem de US\$ 208 milhões, inferiores, portanto, à cifra atual de US\$ 260 milhões. O que é mais importante, todavia, é que, em virtude de uma capitalização mais intensa no período inicial, a Petrobrás poderá, na fase ulterior, mediante autofinanciamento, incrementar a produção nacional num ritmo bem superior ao incremento do consumo.

Verifica-se, pois, singelamente, com hipóteses prudentes, sem qualquer otimismo ou pessimismo deliberado, que o esquema adotado pelo Brasil, através da lei n. 2.004, é de molde a encaminhar uma solução adequada ao problema do petróleo.

Resta esclarecer que, na estimativa dos recursos, foram consideradas as hipóteses de lucros da Petrobrás, que serão tanto maiores quanto mais avultados os recursos destinados às atividades diretamente produtivas, e uma participação relativamente pequena, menor que 1/3, de capitais estrangeiros, sob a forma de financiamentos. Estes poderão ser mais substanciais na medida em que se fortalecer o capital da empresa, e, principalmente, do prestígio que a Petrobrás desfrutar no cenário nacional, em manifestações inequívocas de que a orientação atual não será revista de maneira alguma enquanto o programa quinquenal estiver em execução.

Aceita a hipótese de que as autoridades nacionais adotarão providências no sentido de recobrar para a Petrobrás os recursos perdidos pela desvalorização monetária, o esforço nacional para resolver o problema do petróleo importará em desviar para este setor fatores de produção equivalentes, num quinquênio, a Cr\$ 18 bilhões, sendo que a conversão para gastos no exterior será da ordem de US\$ 225 milhões, ou sejam US\$ 45 milhões anuais, para compra de equipamentos e pagamentos de serviços. A avaliação dêsse esforço poderá ser efetuada com relativa facilidade.

Os estudos realizados no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, por um grupo misto que inclui peritos da Comissão Econômica para a América Latina, devidamente ajustados, prevêem que os investimentos líquidos globais, acumulados em cinco anos, no Brasil, serão de ordem de Cr\$ 350 bilhões; assim, observa-se que os fundos investimentos a serem encaminhados para uma indústria básica como a do petróleo, à qual se procura emprestar tanta dramaticidade, a ponto de haverem sido votados recursos ditos excepcionais, não ultrapassará a percentagem de 6% da capacidade de inversão futura do país.

O esforço nacional exigido, nesta primeira etapa, para superar a carência de fontes internas de suprimento de combustíveis líquidos é, pois, bastante modesto em relação às possibilidades financeiras internas do país. Enquanto isto, nos Estados Unidos, onde há atualmente (*Platt's Oilgram News Service* — May, 9 — 1955) uma reserva de capacidade produtiva real não utilizada de 2.089.000 barris por dia de petróleo bruto, a indústria do petróleo ali planeja uma inversão líquida global de US\$ 4,9 bilhões em um ano, equivalente a mais de 10% dos investimentos novos anuais na economia norte-americana. Extrai-se, deste simples confronto, a conclusão de que há ainda, embora se procure negar a evidência, uma capacidade de investimento ou uma reserva de esforço nacional a ser orientada para o problema do petróleo muito superior, até mesmo o dobro, à que atualmente tem sido programada. Depende a mobilização desse esforço adicional, se necessário ou recomendável, do grau de prioridade que a nação entender conferir a essa indústria básica, vital para o seu desenvolvimento econômico.

A determinação nacional, no seu intuito de encaminhar uma solução ao problema em causa, mais se faz necessária quando se trata do rateio de divisas para as importações e pagamentos no exterior com o fim de implantar as atividades desejadas. Alega-se que as necessidades de cambiais da Petrobrás provocarão peso demasiado no balanço de pagamentos. Mesmo deste ponto de vista, o esforço exigido do país é bastante modesto. Qualquer atividade substitutiva de importações requer, na sua fase de implantação, um gasto de divisas elevado sem contrapartida; na fase de operação, entretanto, aquele esforço inicial será mais que compensado durante longo prazo ou mesmo indefinidamente. O mesmo terá que acontecer com o petróleo, encarado como uma indústria similar a qualquer outra; o que acontece, neste particular, é o receio

de que esses gastos sejam em pura perda ou que a compensação seja excessivamente demorada. Como vimos, entretanto, o prazo de maturação desses investimentos não é superior em média à maioria dos projetos industriais substitutivos de importações.

Na verdade, em 5 anos, poderemos atingir gradativamente a uma economia de divisas da ordem de US\$ 290 milhões, ocasião em que os gastos cambiais da Petrobrás, de cerca de US\$ 45 milhões anuais, estarão mais que compensados. Aliás, a fase de *deficit* no cômputo dos efeitos das transações de câmbio da Petrobrás já foi superada. Mesmo neste ano de 1955, sem contar com eventuais êxitos nos próximos meses, a indústria nacional do petróleo, em consequência principalmente da nova capacidade de refino instalada, propiciará uma economia de divisas equivalente a mais de US\$ 40 milhões, enquanto que o programa deste ano de gastos no exterior não será muito superior a US\$ 30 milhões.

O único argumento que se poderia invocar é que tais atividades não proporcionarão equilíbrio no balanço de pagamentos, uma vez que seus efeitos indiretos, dada a propensão a importar, serão tendentes a provocar desequilíbrio; o argumento, todavia, aplica-se a qualquer investimento, em qualquer setor da economia nacional, e não apenas ao setor específico do petróleo, como, aliás, já foi afirmado anteriormente nesta revista (*CNT*, n. 2, pág. 160 e segs.), dado que o desequilíbrio do balanço de pagamentos tem caráter estrutural e só poderá ser superado a longo prazo, seja pela diversificação das exportações de manufaturas e semimanufaturas, seja pela superação da carência de indústrias e serviços básicos, inclusive petróleo, que sustentem toda a superestrutura produtiva do país. A Petrobrás, ou melhor, o programa de petróleo, não utilizará, em ocasião alguma, mais que 5% da receita cambial do país; o seu peso relativo não deve ser exagerado, principalmente se levamos em conta a importância da indústria para o desenvolvimento econômico nacional.

A colaboração do capital estrangeiro

Apesar da solução do problema petrolífero estar ao alcance do esforço nacional, como ficou evidenciado nos cálculos anteriores, não deve ser menosprezado o concurso ou colaboração do capital estrangeiro, nos devidos limites em que se

definiu a orientação geral da política consubstanciada na lei n. 2.004.

Há bastante confusão nesta matéria, em grande parte por um equívoco de interpretação quanto ao conceito de capital estrangeiro. Como capital estrangeiro não consideramos apenas o poder aquisitivo, o dinheiro em caixa, ou os haveres de uma entidade, mas também um conjunto de bens e direitos, que poderiam ser agrupados em três principais rubricas: a) — o *know-how*, ou a manipulação de técnicas e processos de produção, patenteados ou não; b) — a organização, no sentido mais amplo, abrangendo todos os direitos, acordos, combinações e outros expedientes e artifícios que garantem à empresa o controle sobre uma clientela ou a previsão de situações para tirar o proveito ou lucro procurado; c) — o dinheiro em caixa, os créditos e os bens que constituem o ativo líquido da empresa.

Em matéria de petróleo só possuem, englobadamente, os três requisitos acima, para aventurar uma exploração petrolífera no Brasil. As cinco grandes empresas internacionais que, mediante combinações entre elas, exercem o controle monopolístico da oferta e da procura mundial de óleo. Cremos que este fato já é ponto pacífico, bastando, se provas forem necessárias ainda, consultar o relatório, publicado em 1952, intitulado *The International Petroleum Cartel*, elaborado pela Federal Trade Commission, instituição oficial do governo norte-americano e, portanto, insuspeita para tratar do assunto.

Evidentemente, o Brasil dispensa, por desnecessário, o concurso indiscriminado desses capitais, quando mais não seja — e para não falar nos importantes motivos de segurança nacional — pela simples razão de que tem pressa na solução do problema e aqueles consórcios, como é notório, e veremos adiante, não estão possuídos da mesma ânsia em aumentar as fontes internacionais de suprimento de óleo cru. O programa nacional do petróleo necessita, não obstante, de outros dois elementos constitutivos do capital estrangeiro, isto é, financiamentos em moeda estrangeira, para diminuir o impacto inicial do programa sobre o balanço de pagamentos e, sobretudo, do *know-how*, ambos, a despeito das pressões que se fazem sentir, independentes dos trusts internacionais. O Conselho Nacional do Petróleo, anteriormente, e a Petrobrás, agora, têm tirado proveito da colaboração desses capitais alienígenas, mediante contratos de financiamentos dos próprios fornecedores de materiais e equipamentos e contratos de serviços, graças aos quais o *know-how* é gradualmente nacionalizado. A Pe-

trobrás, pela maneira como foi estruturada e com o volume de recursos de que dispõe, está melhor capacitada para dar intensidade a essa cooperação e estreitar cada vez mais seus laços de interesses com esses grupos científicos, técnicos e financeiros, em proveito da aceleração do seu programa de realizações. O presidente daquela Companhia, por mais de uma vez, teve oportunidade de revelar a existência de dezenas de propostas vantajosas de colaboração no sentido delineado.

O México é um exemplo concreto de que pode haver progresso na indústria do petróleo, independente do auxílio dos grandes consórcios internacionais, mas com a cooperação da técnica de firmas especializadas e dos recursos financeiros de fornecedores independentes de materiais. Sem assistência alguma quando da desapropriação da indústria, em 1938 e sofrendo o boicote internacional, aquele país experimentou, nos primeiros anos subseqüentes, uma debacle em suas atividades petrolíferas, mas com o monopólio da Pemex recuperou gradativamente suas atividades. Embora não haja atingido o volume de produção anterior à desapropriação, pelos mesmos motivos, aliás, pelos quais os Estados Unidos estão com sua produção estagnada, sua produção cresce e também suas exportações. Os últimos dados disponíveis, no período de após-guerra, oferecem o quadro seguinte:

Anos	Produção		Exportação	
	Mil/barris		Mil/barris	
1948	58.508	100	13.000	100
1949	60.910		13.500	
1950	72.443		22.000	
1951	77.312		21.000	
1952	77.275		16.000	
1953	71.366		15.000	
1954	85.000	145	23.000	177

O regime de concessões, por melhores que sejam as suas cláusulas e por mais vantagens que aparentem, significará a implantação de uma organização, cujas metas diferem radicalmente das que foram postuladas para uma organização nacional. Num regime misto, de concessões a capitais privados conjuntamente com a Petrobrás, não será muito difícil prever as dificuldades que se ofereceriam a esta última. É que, embora possa haver os recursos financeiros e a técnica, os fatores reais de produção, sobretudo os fatores mais especializados, não são abundantes no país; deste modo, além de não poder

contar com todos esses fatores disponíveis, não teria acesso livre e incondicional às fontes de conhecimentos técnicos e de financiamentos externos, porque as grandes companhias que também operem na mesma base de aluguel da técnica e do dinheiro, ganhariam, sem dúvida, na competição com a Petrobrás, em detrimento pois do programa nacional.

Mas, o que é mais importante e deve ser ressaltado, é que nenhum regime, em princípio, pode apresentar maior rendimento do que o da concentração de recursos, técnicos e financeiros, e de unidade de orientação, mui especialmente em matéria de exploração petrolífera; daí a tendência à concentração monopolística nesse setor. Ninguém, dos que defendem a livre concorrência, poderá provar que a dispersão de recursos e a pluralidade de orientação seja a maneira mais econômica de realizar qualquer empreendimento, mormente no petróleo. A maior vantagem, justamente, no esquema que resulta da exploração em caráter monopolístico pela Petrobrás, é que, embora exija um esforço maior de início, assegura à empresa a possibilidade de seleção de áreas sem delimitações no território nacional, contribuindo, esta faculdade, para diminuir o risco ou a natureza aleatória tão decantada na pesquisa do petróleo.

As bacias de rochas sedimentares no Brasil, com probabilidades de conter estruturas favoráveis à acumulação de óleo, cobrem uma área no território nacional de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo a mais extensa a da Amazônia, com aproximadamente 1,8 milhões. Dessas imensas áreas devem ser selecionadas zonas, num total de 1,5 milhões Km², que as pesquisas geológicas e geofísicas, já realizadas, apontam como mais interessantes. Se bem que reduzida a área global, devemos levar em conta, louvados na experiência internacional, que são somente 1 a 2% dessas áreas contêm estruturas suscetíveis de oferecer petróleo em condições comerciais. Assim, dessa área selecionada para um programa preliminar de pesquisa intensiva, cerca de 30.000 Km² resultarão provavelmente em províncias produtoras; ainda, dessas províncias produtivas, umas há que, pela sua localização, próxima a centros consumidores ou acessível a vias de transportes já existentes, e pelas suas características quanto a profundidade das estruturas, reservas acumuladas, pressão no fundo dos poços e outras, oferecem condições mais rentáveis para aproveitamento comercial imediato do que outras. Ora, a seleção das áreas de maior rendimento, com a aplicação de métodos científicos, pressupõe uma pesquisa inicialmente extensa e sem delimitações sobre o território nacional e da possibilidade de estudos comparativos

de resultados em várias áreas. A divisão do trabalho pelas várias bacias sedimentares em pesquisas simultâneas justifica-se para maior rapidez de resultados, mas a sua separação arbitrária em lotes estanques, por interesses financeiros de várias companhias competitivas, alheios, portanto, ao interesse científico, é contrária ao interesse econômico nacional, qual seja o de obter o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio de recursos.

Os partidários da livre concorrência na exploração do petróleo nacional nunca puderam demonstrar que as suas esperanças na colaboração do capital estrangeiro, isto é, dos grandes consórcios internacionais de óleo, tinham bases seguras e não apenas suposições vagas. Os defensores da tese do monopólio nacional, que levaram de vencida, por expressiva maioria no Parlamento, a solução ora em vigor, muito ao contrário, dispunham de fatos decisivos que militam contra aquelas suposições e fortalecem, cada vez mais, a convicção de que não teríamos petróleo nacional tão cedo se continuássemos hesitantes na expectativa de que os outros resolveriam nossos problemas.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o Brasil é encarado pelos consórcios como uma área promissora como mercado consumidor, o Brasil exhibe uma das taxas mais elevadas de crescimento da demanda nos últimos anos; enquanto seu consumo cresce a 12% por ano, a média mundial não passa de 5% de incremento anual. Encarado como uma provável fonte supridora, na perspectiva das grandes companhias, seu relativo desinteresse se evidencia se tivermos em vista os dados seguintes: em primeiro lugar, as reservas provadas mundiais de petróleo bruto, recuperáveis em bases comerciais, que constituem a oferta mundial de óleo, têm aumentado numa média anual de 16%, para uma procura que cresce apenas 5% anualmente; em segundo lugar, a área sedimentar mundial suscetível de oferecer petróleo em condições comerciais, sem contar com a plataforma marítima que a ampliou substancialmente, atinge a 76.800.000 acres; a acumulação de óleo provável nessas áreas, segundo cálculos realizados em 1948, por L. G. Weeks, deve ser de 610 bilhões de barris. Ora, até agora, apenas a área de 7.570.000 acres, 9,8% do total, constituem campos provados, tendo fornecido ao consumo mundial 80 bilhões de barris, restando, pois, a explorar e produzir, aproximadamente, 87% da reserva potencial do mundo. Enquanto o Brasil, neste particular, constitui ainda uma incógnita, pois suas potencialidades são apenas agora entrevistadas, outras regiões de mais fácil acesso às grandes companhias, no Oriente Médio, nos

Estados Unidos e mesmo em outros países da América Latina, onde já contam com elevados investimentos realizados, devem mui naturalmente atrair mais o interesse desses capitais.

A política dos grandes consórcios não coincide necessariamente com os interesses das nações onde, eventualmente, eles efetuam os investimentos. Ultimamente, por exemplo, a ênfase da exploração e produção de petróleo recai no Canadá e no Oriente Médio; os Estados Unidos e a Venezuela foram relegados para segundo plano. Há no mundo um excesso de capacidade produtiva sobre a produção efetiva da ordem de 3,3 milhões de barris por dia, sendo de 2,6 milhões, ou 80%, o excedente naqueles dois últimos países, onde a produção nos anos recentes não tem mantido os seus incrementos anteriores. Alegam-se razões estratégicas para essa política dos trustes, mas na realidade, baseia-se tal orientação em prosaicos motivos econômicos, isto é, apresenta-se mais rendoso produzir no Canadá e no Oriente Médio e remeter o petróleo aos Estados Unidos do que produzir ali mesmo ou na Venezuela. Com efeito, a produtividade dos campos do Oriente Médio é tal que permite levar o óleo aos Estados Unidos a um custo real CIF menor que US\$ 1,50, por barril, inclusive impôsto, enquanto que as fontes tradicionais só podem fornecer a uma média de US\$ 2,80; embora a produtividade do óleo do Canadá seja menor do que a da Venezuela, goza aquêlê país da proximidade de um mercado do norte e oeste dos Estados Unidos.

Produção Média diária por Poço

Oriente Médio	16.800 barris
Venezuela	210 "
México	149 "
Canadá	32 "
Peru	15 "
Estados Unidos	13 "

Ninguém pôde provar ainda, por outro lado, que a liberdade de exploração fôsse a solução mais rápida. Supõem os partidários da política de concessões que as grandes companhias estão dispostas a investir vultosas somas. Os fatos porém, não autorizam tal suposição. O contrato recente da Standard Oil Company of Califórnia com o governo da Argentina, para exploração de óleo na província de Santa Cruz, na Patagônia, estipula um investimento global de US\$ 13,5 milhões em

quatro anos; isto é, uma soma inferior ao gasto semestral da Petrobrás, no Brasil. Outros exemplos históricos corroboram a presunção de que apenas na fase de produção, propriamente, quando há interesse, é que as grandes Companhias aplicam altas doses de capital. Uma publicação oficial norte-americana, *American Petroleum Interests in Foreign Countries*, de 1946, referindo-se a depoimentos no Senado dos Estados Unidos, indica alguns exemplos a respeito do lapso de tempo entre o primeiro investimento em uma área e a sua primeira produção comercial, com os respectivos gastos. Abaixo transcrevemos uma seleção dos principais e mais dispendiosos:

Campo	Tempo Anos	Gastos	Investimento
		Totais no Período US\$	Média anual US\$
Canadá — Turner Valley	12	1,997,413	166,000
Venezuela - Creole Petroleum Co.	10	48,335,063	4,834,000
Colômbia — Concessão de Mares International Petroleum Co..	10	48,600,000	4,860,000
Iraque — Campo Kirkuk — Iraq Petroleum Co.	9	14,720,000	1,636,000

Afinal, o argumento supremo dos liberais, no sentido de que a exploração do petróleo nacional pelos capitais estrangeiros eximiria a economia nacional dos ônus dos investimentos realizados, não passa também de uma falácia. Já vimos que o esforço nacional para superar o problema é bastante modesto em relação à importância e à dramaticidade com que se procura situar o problema; os investimentos a serem realizados não violentarão a produtividade nacional nem agravarão o seu desequilíbrio no balanço de pagamentos. Contrariamente, a "colaboração" daqueles capitais, a julgar pelo exemplo da Venezuela, não é de molde a entusiasmar aquêles que se mostram tão zelosos pelo desenvolvimento econômico do país. Alguns fatos, simples mas comprováveis, demonstram que, a longo prazo, a participação desses capitais, mediante concessões, não obviará as dificuldades cambiais do país, mesmo na hipótese de que eles estivessem de fato interessados em transferir recursos, e omitidos os sérios problemas relacionados com a segurança nacional e a preservação da soberania.

No caso da Venezuela, realmente, cabe destacar, em primeiro lugar, o divórcio entre os objetivos econômicos nacionais da Venezuela e os das grandes companhias que controlam

a indústria do petróleo naquele país. O monopólio ali existente submeteu as exportações venezuelanas de óleo a uma virtual estagnação, a despeito das potencialidades, ainda por aproveitar, das suas reservas petrolíferas. Tendo em vista a sua intenção de desviar o eixo da produção mundial para o Oriente Médio, houve uma simulação de independência do governo venezuelano ao suspender, desde 1947, novas concessões de áreas, com o propósito provável de impedir a concorrência de empresas menores, principalmente norte-americanas, tais como a Tide Water Co., a Sinclair, a Cities Service Inc. e outras, que se candidataram a várias áreas para pesquisas. O desenvolvimento econômico desse país, apoiado exclusivamente na indústria do petróleo, está totalmente dependente da política das companhias petrolíferas principais.

Em segundo lugar, se tais empresas trouxeram no princípio, e trazem ainda, embora em pequenas doses, recursos em moedas estrangeiras, em equipamentos e em serviços técnicos, necessitam ainda levantar recursos em moeda local para suas atividades, desviando-nos de outros empreendimentos. Além do mais, tal contribuição inicial e imediata, do ponto de vista cambial, é cobrada a preços sem medida, pois que aproximadamente 2/3 dos capitais investidos na indústria do petróleo na Venezuela nada mais significam que reinversões de lucros ali mesmo auferidos. Resulta dessa situação que as remessas de rendimentos das empresas de petróleo foram em 1958 quase o triplo das de 1946; em seis anos tais remessas subiram de US\$ 143 milhões para US\$ 410 milhões, crescimento este que deriva, primordialmente, da reinversão do próprio capital nacional. Comparando êsses resultados com o Brasil, verifica-se que, enquanto aqui os encargos em divisas com importações de petróleo tendem a dobrar num período de 6 anos, a ponto de alarmar sobremaneira os impávidos defensores do capital estrangeiro, naquele país, paraíso de prosperidade, em período igual de seis anos, êsses mesmos encargos de divisas, sob o título diferente de remessas de lucros e dividendos de empresas de petróleo, tendem quase a triplicar, numa fase em que as exportações dessas mesmas empresas tendem a estagnar. Em outras palavras, o ônus cambial do petróleo na Venezuela é de 45% em relação à sua receita de exportações tendendo a aumentar; no Brasil, é de 15%, com menor tendência de aumento.

Para completar este quadro e situarmos a economia venezuelana em relação ao petróleo, basta referir que aquelas remessas para o exterior equivalem a 1,36 bilhões de bolívares,

ou seja, 15% da renda nacional, estimada em 9,16 bilhões de bolívares. Significa esta relação que toda a capacidade de capitalização do país, estando adstrita às atividades petrolíferas, se esvai anualmente, retirando à Venezuela qualquer probabilidade de desenvolvimento econômico que não seja a proveniente das empresas, apenas 4, que controlam suas riquezas de combustíveis líquidos.

Conclusões

Resumindo as considerações expendidas, verificamos que:

1) — Três fatores de indeterminação — imprevisão geológica, indefinição de objetivos e desconhecimento das intenções dos capitais estrangeiros — impedem a previsão segura de resultados para um programa do petróleo nacional;

2) — Não obstante, o esquema de recursos da Petrobrás é de molde a encaminhar uma solução satisfatória ao problema; mesmo na hipótese limite de coeficientes de custos equívales aos norte-americanos, os mais elevados do mundo;

3) — Em virtude de defeitos das fontes de arrecadação; estipulados numa base específica e não *ad-valorem*, os recursos estão sujeitos a uma gradual perda em seu poder de compra, na medida da desvalorização da moeda, atingindo a esta altura a 40% a perda em relação ao que foi programado;

4) — Se as autoridades públicas adotarem providências para a recuperação do valor real daqueles recursos, o programa a realizar será, em conjunto, nos próximos cinco anos de US\$ 600 milhões, inclusive reinversões de lucros e financiamentos internos e externos, com gastos no exterior estimados em US\$ 225 milhões;

5) — Tais somas permitirão atingir, em 1959, a uma produção interna anual de US\$ 290 milhões ou seja 60% do consumo na ocasião, restando uma necessidade de importação da ordem de US\$ 210 milhões, inferior à cifra atual, a despeito do crescimento acelerado do consumo;

6) — Os reinvestimentos posteriores da Petrobrás poderão garantir não apenas a manutenção dessa relação, mas ainda um aumento progressivo da participação da produção interna no suprimento de combustíveis líquidos ao mercado nacional;

7) — A participação do capital estrangeiro no programa é desejável, nos limites definidos pela lei que criou a Petro-

brás, isto é, mediante prestação de serviços técnicos e financiamentos;

8) — A participação sob o regime de concessões, a julgar por fatos abundantes, é danosa aos interesses nacionais, porque, mesmo na hipótese discutível de que os grandes consórcios internacionais tenham interesse efetivo na exploração de fontes nacionais, essa participação não eximiria um esforço nacional equivalente ao que se realizará com a Petrobrás, exigindo uma retribuição indefinida, que virá onerar o balanço de pagamentos, no futuro, mais do que as importações de petróleo oneram agora.

PROBLEMAS DO COMÉRCIO COM O LESTE

O problema do comércio entre os “dois mercados mundiais”, na expressão de Stalin, não é puramente econômico. Para que duas partes possam comerciar, é preciso que haja entre elas um mínimo de normalidade jurídica que imobilize o *contrato*. Nou- tros termos, é preciso que, pelo menos, não haja guerra aberta entre elas. Isto faz que o chamado “comércio com o Leste”, seja um problema ao mesmo tempo econômico, político e estratégico, insolúvel senão nesse contexto.

Do ângulo puramente econômico, entretanto, temos duas hipóteses a considerar:

- a) — existe complementariedade de interesses;
- b) — não existe, isto é, economicamente as duas partes estão em conflito atual ou potencial.

A experiência histórica ensina que quando os interesses econômicos das partes se conciliam, seus antagonismos políticos tendem a ceder, por muito fortes que sejam os preconceitos arraigados. Inversamente, a maior boa vontade do mundo não resiste por muito tempo a um conflito profundo de interesses econômicos.

Com efeito, se as condições econômicas forem tais que o intercâmbio, em tôdas as hipóteses possíveis, apenas contenha potencialidades de agravamento dos problemas com os quais se debatem as partes, a investigação econômica apenas servirá para aguçar, pela tomada de consciência, o conflito ideológico. Mas se, pelo menos, em alguma das hipóteses, houver efetiva complementariedade de interesses, a consciência dêsse fato minará os preconceitos e pugnará pela criação das condições institucionais necessárias ao intercâmbio, onde não preexistam.

O fato de termos vivido 10 anos de paz, não obstante tôda a tormenta verbal entre os dois mundos, é sério indício de que falta ao antagonismo ideológico um lastro de conflito real, econômico. Pelo contrário, na Europa, como na Ásia, o comércio com o mundo comunista foi uma fonte importante de suprimentos que permitiam “poupar dólares”, aliviando assim a tensão econômica entre os países capitalistas envolvidos e os Estados Uni-

dos. Na Ásia, a revolução chinesa eliminou a competência da China com a Índia pelos mercados do Sudeste. Etc.

Postos em evidência os interesses conducentes ao intercâmbio, começa a luta entre êstes e as barreiras ideológicas, e a clara tendência atual para a busca das fórmulas de coexistência aponta para o estabelecimento de condições jurídicas cada vez mais propícias ao comércio. Justifica-se, assim, o estudo do problema puramente econômico pelos seus méritos.

Nossa Posição

O Brasil faz parte da porção subdesenvolvida do mundo capitalista, ao mesmo título que a Índia, o Sião, a África inteira e os demais países da América Latina. Dentro desse grupo, pertence ao subgrupo de países que adquiriram a capacidade de desenvolver-se a ritmo diferente do complexo a que pertencem. Esta assertiva merece algumas palavras explicativas.

Um país subdesenvolvido e pendente é aquêle cuja principal atividade econômica é primária e orienta-se para a exportação. Segue-se que, normalmente, se em consequência de fatos ocorridos nas economias dominantes (que Raul Prebisch chamou de "centros cíclicos") diminui a procura estrangeira dos seus produtos, isto é, se declina a exportação, declina também aquela atividade econômica principal, arrastando em sua queda toda a atividade econômica nacional. Isso porque, dependendo o nível da atividade, como em toda economia capitalista, do volume das inversões, quando declinam estas no setor dominante, que é o exportador, normalmente declinam as inversões globais.

Não obstante, há certos países subdesenvolvidos que escapam a esta regra, pela razão de que, dispondo de condições propícias à substituição de importações — mercado relativamente amplo, recursos naturais variados e alguma produção de bens de inversão ou possibilidade de improvisá-la — quando diminuem as exportações e, com elas, o suprimento de bens importados (capacidade para importar) perdura uma procura suficiente para induzir a inversões na criação de indústrias substitutivas de importações, em volume suficiente para compensar a diminuição eventual das inversões no setor exportador. Quer isso dizer que a conjuntura nacional desses países não se ajusta *passivamente* à conjuntura dos centros cíclicos, o que, noutras palavras, significa que o capitalismo desses países adquiriu a propriedade de ajus-

tar-se *ativamente* à conjuntura dos centros cíclicos, o que, em certo sentido, é um modo de dizer que se tornou capaz de crescimento independente.

Resta acrescentar que, por força da conhecida dinâmica do capital, as inversões resultantes das primeiras substituições expandem a renda e, com ela, a demanda global, além do nível anterior à queda das exportações, o que cria condições propícias a uma pressão inflacionária. Por motivos que não vêm ao caso, a procura de bens estrangeiros tende a crescer mais depressa ainda, o que conduz a uma pressão ainda mais violenta sobre o balanço de pagamentos, não obstante as substituições já feitas. Em resumo, as substituições de importações, causadas pela insuficiência da capacidade para importar, exaltando a procura de bens importados, aumenta dita insuficiência e, portanto, induz a novas substituições. Estas não constituem, pois, remédio para os *deficits* do balanço de pagamentos, mas são o motor primário do desenvolvimento econômico, no sentido de que geram e nutrem um desequilíbrio que se traduz em crescimento, sem se resolver.

A existência de uma série de países, no interior do mundo capitalista, dotados de tal dinâmica é o que faz com que o regime capitalista esteja longe de haver esgotado suas possibilidades de sobrevivência e expansão. O Brasil é um desses países, talvez mesmo o mais representativo do grupo.

Capitalismo novo e velho

Esse novo capitalismo, fruto da crise que atingiu o mundo capitalista em geral, tem uma fome insaciável de novas forças produtivas. Em termos mais correntes, cria muito mais oportunidades de inversão que recursos para efetivá-las. Quer isso dizer que é, em princípio, capaz de absorver enormes quantidades de mão de obra e capitais estrangeiros.

Aqui há um paradoxo que convém ter presente: a insuficiência da capacidade para importar é o motor primário desse desenvolvimento. Ora, a importação de capitais expande a capacidade para importar. Conseqüentemente, para que o desenvolvimento possa prosseguir, é preciso que as substituições em curso gerem mais procura de bens e serviços importados do que oferta dos mesmos bens e serviços. Noutros termos, a dinâmica da renda deve ser tal que a demanda de bens "importados" em cada momento seja *maior* que o produto das exportações, *mais* as importações líquidas de capital, *mais* a oferta das indústrias

substitutivas de importações, porque são essas as três fontes da oferta de bens e serviços "importados" ao mercado nacional.

Em nossas condições históricas, nos últimos 25 anos, as entradas líquidas de capitais têm figurado com sinal negativo, isto é, *reduzem*, nas condições acima, a oferta de bens importados, fato que contribui para explicar a violência dos processos básicos do nosso desenvolvimento econômico, isto é, a intensidade do impulso para a substituição de importações. Por outro lado, a procura de nossas exportações permanecem fortemente inelástica em virtude da composição das mesmas. E' campo aberto a tôdas as cogitações a que teria ocorrido se simultaneamente as entradas de capital tivessem aparecido com sinal positivo e grande valor e as exportações se tivessem expandido.

O problema não é simples, porque em certos casos, o aumento do suprimento de bens críticos de capital poderia ter aumentado o volume das inversões em substituição aplicadas à compra de fatores nacionais (os únicos que interessam do ponto de vista da dinâmica da renda e da demanda nacionais), mas não é impossível que houvesse diminuído o ritmo do desenvolvimento, e até cessado, se o governo não houvesse adotado uma política adequada (coisa muito improvável, dado que só recentemente começamos a tomar certa consciência desses processos do nosso desenvolvimento).

Nas presentes circunstâncias, entretanto, essa possibilidade não existe porque a diferença entre a procura de bens importados e a oferta de tais bens tornou-se aguda, de modo que é totalmente improvável que qualquer expansão da capacidade para importar — aumento das exportações e entradas positivas de capitais — possa igualar a demanda efetiva de importações, a tipo de câmbio que implique em preços em moeda nacional capazes de desencorajar substituições em medida suficiente para garantir o volume mínimo de inversões, compatível com a manutenção da conjuntura em nível convenientemente elevado.

Acresce que a própria crise já provocou em certos meios especializados nacionais uma consciência suficientemente clara do processo para instruir uma política adequada a alimentar as inversões substitutivas e outras, mesmo no caso de uma violenta inversão dos pratos da balança de pagamentos. Por outro lado, temos hoje uma opinião pública suficientemente alerta para impor tal política. E' possível que os quadros capazes de instruí-la não estejam, hoje, nos postos de direção, mas serão inevitavelmente guindados a êles, se a necessidade se apresentar.

Condições necessárias e suficientes

Não basta que haja no interior do mundo capitalista regiões capazes de absorver os capitais e a mão-de-obra que sobram noutras. Esta é uma condição necessária, mas não suficiente.

A suposição de que, uma vez satisfeita esta condição, tudo se encaminharia por si, foi a causa do fracasso de esquemas muito bem urdidos, inclusive o chamado "Plano Marshall para a América Latina", no Brasil ligado ao nome de Roberto Simonsen, e, mais modernamente, do "Ponto Quarto". E' que o mesmo *deficit* do balanço de pagamentos que respondia pela criação de oportunidades de inversão, tornando necessário o esforço de substituição de importações, inibia a entrada de capitais, ao tornar aleatória a remuneração dos mesmos. Noutros termos, quando houvesse recursos para remunerar os capitais estrangeiros haveria recursos suficientes para importar bens e serviços, e portanto, não havia estímulo à substituição de importações e, assim, para as inversões, tanto nacionais como estrangeiras. Em resumo, quando houvesse possibilidade de remunerar capitais estrangeiros, não haveria necessidade de tais capitais; inversamente, quando houvesse necessidade de capitais estrangeiros, não haveria meio de remunerá-los.

O desenvolvimento à base de substituições não podia resultar, portanto, senão de uma crise prolongada nas exportações e *teria que assentar em inversões nacionais*. Tal situação perduraria enquanto perdurasse o chamado regime da liberdade cambial, isto é, enquanto o exportador privado pudesse dispor livremente das divisas ganhas, vendendo-as indiferentemente para o pagamento de mercadorias importadas ou para a remessa de lucros e repatriação do capital. Só com a condição de que o exportador não possa dispor livremente das divisas ganhas é que o governo poderá planejar a aplicação das mesmas e, portanto, distribuí-las de tal modo que possam coexistir abundância de recursos para a remuneração normal de capitais e escassez de recursos para a importação de bens e serviços em conta corrente. Essa escassez induzirá a inversões, as quais criarão renda e elevarão o nível da demanda, condição para o desenvolvimento capitalista em geral.

Noutros termos, para que o capital estrangeiro possa participar ativamente de um desenvolvimento assente na substituição de importações, como o nosso, são indispensáveis mudanças institucionais cuja essência é a transferência para o governo da disposição da totalidade ou quase totalidade das divisas ganhas pelo exportador privado.

Mesmo hoje, há segmentos muito importantes da sociedade brasileira que repelem violentamente o chamado "confisco cambial", mas a essência real do seu protesto diz respeito ao preço pago ao exportador pela divisa expropriada, não à transferência, em si mesma, do poder de dispor de sua aplicação. E tôdas as medidas destinadas a liberar o câmbio, na realidade aumentam o poder do govêrno de decidir dessa aplicação. Segue-se que já houve uma mudança institucional decisiva, que nos parecia insuperável há apenas uma década. Falta, somente, sistematizá-la no sentido de tornar possível um verdadeiro planejamento do uso dos recursos em moeda estrangeira, isto é, o uso da capacidade para importar do país.

O problema do comércio com o mundo comunista deve ser estudado tendo em vista esta decisiva inovação institucional, ainda não concluída mas já muito avançada, que permite a separação do balanço de contas em duas partes.

Natureza do comércio com o Leste

Ao contrário do que ocorre com nosso comércio com as potências capitalistas avançadas, não é provável que nosso comércio com o mundo comunista venha a ter conta de capital, devendo reduzir-se, virtualmente, a um intercâmbio de bens e serviços, em conta corrente.

A isso acrescentemos que, não obstante a contabilização moeda das operações, será, com tôda a probabilidade, uma permuta de fato, que se fechará com as mútuas entregas dos bens e serviços negociados, e que, do ponto de vista contábil, significará contas sem *deficit* ou *superavit*. Noutros termos, tal comércio não conduzirá a saldos conversíveis mas à direta satisfação de mútuas necessidades.

Entretanto, tal comércio pode se expandir, porque *ambas* as partes têm *necessidade crescentes* — revelando-se as nossas precisamente nos *deficits* do nosso balanço de pagamentos e, agora que foram abrandados os contrôles diretos às importações, na baixa constante dos nossos tipos de câmbio de importação.

Dado que numerosas atividades nacionais nossas dispõem de capacidade produtiva não utilizada, o comércio com o Leste representa a possibilidade de usar pelo menos parte dessa capacidade sobrando para obter produtos escassos. Terá, assim, um papel francamente antiinflacionário, porque nos assegurará o mesmo que buscamos através da substituição de importações, sem incor-

remos nas inversões necessárias a esta. Do ponto de vista cambial, modificará a relação oferta-procura de bens importados em favor da oferta, tendendo, portanto a deprimir o preço que o importador está disposto a pagar pelos bens e serviços estrangeiros. *Tenderá, portanto, a elevar o tipo de câmbio do cruzeiro.*

O alcance dessa tendência tem dois limites. O primeiro, é a capacidade para nosso govêrno de, usando o novo aparelho institucional acima descrito, transferir recursos da conta corrente para a conta de capitais. O segundo, é o fato de que, agora a simples utilização de capacidade produtiva atualmente não utilizada, a procura de bens brasileiros pelos mercados do Leste exigirá por certo inversões na criação de capacidade produtiva nova.

Recursos para a conta de capital

Não tendo nosso balanço de contas com o Leste uma conta de capital, a transferência de recursos de conta corrente para a de capital não pode ser feita diretamente, como ocorre em nossas relações com os Estados Unidos ou a Alemanha.

Se necessitamos de mais dólares ou marcos para pagar obrigações de capital nessas moedas, a menos que disponhamos de outra moeda conversível nelas, não há remédio senão comprimir as importações saldáveis nas mesmas. Ora, só excepcionalmente a Rússia ou a China consentirão em pagar-nos noutra moeda que não a *nossa*, ganha nas vendas ao mercado brasileiro. Assim, se queremos "transferir" recursos em conta corrente do comércio com o mundo comunista para a conta de capital com o mundo capitalista, teremos que usar os suprimentos oriundos do Leste como se fôssem oriundos de nossa própria indústria substitutiva de importações, isto é, como meio de permitir-nos reduzir nossas compras aos Estados Unidos, Alemanha, etc. Os dólares, marcos, etc., poupados serão orientados para o pagamento das obrigações pendentes naqueles países e, eventualmente, para resgatar obrigações consolidadas mas consideradas por nós como onerosas.

Claro está que, enquanto tivermos tais contas a saldar e pudermos efetivamente operar a transferência pelo modo indicado, a oferta global de importações não aumentará de fato senão na medida que desejarmos. Noutras palavras, estará em nossas mãos manter o tipo de câmbio do cruzeiro em nível suficientemente baixo para induzir o volume *que consideremos necessário*, de investimentos em substituição de importações.

É extremamente improvável que, mesmo nas condições mais felizes, o comércio com o Leste nos ofereça uma tal pletora de recursos que ameace elevar "perigosamente" o tipo de câmbio, isto é, baratear a tal ponto as importações que desapareça o estímulo a inverter em substituições, parando o motor primário do nosso desenvolvimento. Em primeiro lugar, existe uma demanda de importações de caráter puramente especulativa, fruto da expectativa de ulterior baixa do tipo de câmbio do cruzeiro. Ora, seria de toda conveniência, orientar partes dos suprimentos adicionais de produtos estrangeiros criados pelo comércio com o Leste para sanear a demanda nacional de importações, suprimindo aquela procura especulativa. Isso pode tomar anos de tipo de câmbio estável e até em certa elevação.

Saneada a demanda de importações (ou concomitantemente), será preciso atender a um vasto volume de obrigações pendentes. É provável que, tão prontamente quanto se demonstre a solidez do nosso balanço de contas, se esboce uma tendência para o retorno ao Brasil dos capitais estrangeiros ora em fuga. Mas essa tendência dificilmente se converterá em sério movimento de entrada de capital senão ao cabo de um período mais ou menos longo. Finalmente, teremos o problema das inversões estrangeiras a longo prazo, mas em condições onerosas. Uma política justa utilizará não apenas recursos tirados às importações correntes, mas até de novos oferecimentos de capitais, em condições que reflitam a recém-conquistada solidez do balanço de pagamentos, para resgatar as velhas dívidas onerosas. Não é possível assen-

uma política a longo prazo de importações de capitais, nas taxas atuais de remuneração. Afinal, nossa capacidade para importar capitais é função, precipuamente, de duas coisas: a) — saldo disponível em seu balanço de pagamentos; b) — tipo de remuneração do capital.

Até trazermos o capital estrangeiro a um tipo de remuneração mais normal, nas condições de política esboçados — ao nível aproximado dos empréstimos norte-americanos à Inglaterra, por exemplo — não teríamos entradas líquidas de capitais. Quer isso dizer que a capacidade efetiva para importar permaneceria escassa, o que significa que as oportunidades de inversão em substituição de importações continuariam abundantes. Só uma pletora de capitais estrangeiros efetivamente admitidos poderia ameaçar a economia com uma elevação inconveniente do tipo de câmbio do cruzeiro — isto é, uma elevação tal que reduzisse demasiado os incentivos de inversão, num momento em que se tornassem mais abundantes os recursos de inversão.

Mudança de pauta de exportações

Para um país que se debate na angústia de furiosa inflação, fruto, *inter alia* do esforço para substituir importações (principalmente produtos manufaturados), a busca de novos mercados deve ter por finalidade imediata o uso da capacidade produtiva sobran-te que, por definição, existe em seu setor exportador: vender centenas de milhares de sacas de café, fardos de algodão etc.

Isso, em nosas condições concretas, significaria a possibilidade de obter certa quantidade de máquinas, de cimento, de aço, de automóveis, de petróleo ou carvão imediatamente e sem a necessidade de fazer as inversões indispensáveis no caso de pretendermos obter os mesmos bens pela substituição de importações, que é a única alternativa real que temos, em vista do estancamento dos outros mercados. Noutros termos, tratar-se-ia de melhorar o coeficiente do capital já invertido, reduzindo assim a pressão inflacionária estrutural.

Mas não é só no tradicional setor exportador que dispomos de capacidade não utilizada. Nossa industrialização está muito longe de proceder-se ordenadamente. Ao contrário, porque certas indústrias cresceram muito além das erais necessidades do mercado, enquanto outras permaneciam muito aquém delas. Ora, toda produção (atual ou potencial) excessiva *tende* a transferir para o resto do mundo seu excedente (exportar); enquanto toda produção nacional insuficiente *tende* a obter do resto do mundo um complemento (importar).

Segue-se que a exportação do excedente sobre a demanda nacional de indústrias como a de tecidos e de algumas outras, inclusive a de pequenos aparelhos elétricos domésticos (que figuram na lista da Missão dos Caixeiros Viajantes) teria sobre a economia nacional exatamente o mesmo efeito que a exportação de café, algodão ou minério de ferro, porque fazem virtualmente parte do "setor exportador": aumentando o valor do produto a obter com capitais já invertidos, elevam o coeficiente global de capital — ou, o que não é senão a expressão tópica do mesmo fato, dando ao mercado nacional acesso a um suplemento de bens (importação), torna dispensáveis vultosas inversões imediatas em substituição de importações.

O critério profano é que só os países industrializados exportam bens manufaturados, e que os países subdesenvolvidos devem importá-los. O economista tem o dever de saber, entretanto, que a industrialização e o desenvolvimento são conceitos relativos. Só nos páramos tranquilos da imaginação dos matemáticos constru-

tores de modelos de desenvolvimento é que cada indústria cresce segundo a renda nacional e a elasticidade específica da demanda do seu produto. Os verdadeiros construtores de indústria sabem que estas crescem aos saltos, deixando-se ficar às vezes muito abaixo do que o mercado exige e, outras vezes, superando de muito essas exigências. É certo que o planejamento pode obviar desequilíbrios os mais chocantes — não estruturais — mas, pelo menos a curto prazo, ninguém ainda conseguiu evitá-los, muito menos nós, que estamos criando nosso parque industrial sem plano digno dêsse nome.

A industrialização do Brasil tem caráter imediatista e por isso concentrou-se na indústria leve, não obstante todos os esforços governamentais em contrário e tôdas as advertências de algumas correntes de economistas. A industrialização dos países comunistas, sem exceção relevante, concentrou-se na indústria pesada, por uma necessidade inerente ao sistema. Mas isso não quer dizer que enquanto cuidamos de indústria leve não geremos procura de bens e serviços de indústria pesada e, vice-versa, que os comunistas, enquanto constroem indústria pesada, não gerem procura de bens de indústria leve. Nem nós nem eles podemos criar indústria sem inversões traduzidas em gastos monetários e resulta daí, por um lado, a procura de bens de produção para corporificar as inversões e, por outro, a de bens de consumo que dêem substância à renda pessoal disponível gerada no processo da inversão.

Por essa razão, tanto nossas economia quanto a do mundo comunista estão *desequilibradas*. Isso não quer dizer que nós ou eles estejamos à beira do colapso. Mas pode significar a precipitação de mudanças institucionais profundas, que ajustem o edifício social às exigências de sua base econômica.

Nosso desajustamento nós o conhecemos por experiência imediata, particularmente sob a forma do problema da agricultura, que é medular em todo processo de industrialização. Compelida a liberar homens e recursos para os setores manufatura e serviços, a agricultura é chamada, ao mesmo tempo, a aumentar sua oferta de bens agrícolas às cidades e às fábricas. Está, pois, em permanente posição de desequilíbrio que se renova continuamente, e, ameaça tornar-se agudo a qualquer momento.

Para ajustar-se ao que dela se exige, a agricultura não pode senão submeter-se a uma *reforma*. Essa reforma pode ou não ser compatível com as formas vigentes de propriedade do solo e isso depende principalmente do fato de dispor ou não de moderno equipamento mecanizado. Se dispõe, o latifúndio pode converter-se em grande fazenda capitalista e a atual forma de pro-

priedade do solo estará preservada. Se não dispõe, então será mister parcelar o latifúndio, criando condições propícias ao desenvolvimento das propriedades pequena e média, capazes de ajustar-se às exigências do mercado, mesmo com equipamento leve, que já podemos produzir.

No mundo comunista há também uma *questão agrária*, que não nos interessa estudar aqui. Basta que saibamos que, dadas as atuais condições, para que a agricultura possa cumprir sua dupla missão de liberar homens e recursos para a manufatura e os serviços, será mister que se aumente a disponibilidade de bens de consumo que dão substância à renda pessoal disponível que se está criando. Quer isso se pretenda fazer através do aumento imediato do suprimento de bens manufaturados de consumo, quer através de uma redução da demanda de bens agrícolas de origem nacional, por uma suplementação de bens agrícolas importados, podemos ganhar na operação, porque podemos oferecer bens agrícolas e certos bens manufaturados de consumo.

Mas, insistamos: nem nós, nem os países comunistas estamos na iminência de um colapso. Trata-se, apenas, de saber se resolveremos — nós e eles — nosso problema pela via de uma complementação mutuamente proveitosa, ou se teremos que empreender mudanças institucionais profundas em nossas sociedades. Mas ninguém provaria que não temos — nós e eles — a ganhar com essas transformações. *Só que ninguém modifica as próprias instituições antes de ser forçado a isso, isto é, antes de buscar todos os meios possíveis de viabilizar o progresso dentro dos moldes estabelecidos por elas.*

Em termos mais simples isso quer dizer que o intercâmbio e a coexistência são a solução mais *conservadora* para os dois mundos em presença.

A posição do capital americano

Não basta demonstrar que o comércio com o Leste é uma reivindicação conservadora — correspondente, portanto, aos interesses das classes conservadoras nacionais. É mister que atenda também aos interesses do capital financeiro, especialmente dos Estados Unidos, tanto por causa da falta de independência que tem caracterizado nossos dirigentes, como também por motivos econômicos estruturais, motivos esses cuja ponderação se manterá enquanto o país não adiantar mais o seu desenvolvimento.

Ocorre que este está duplamente interessado em nosso comércio com o Leste. Em primeiro lugar, e imediatamente, benefi-

ciar-se-ia do fato de habilitar-nos a, graças à abertura de uma fonte de suprimentos indispensáveis, que teriam que ser comprados aos Estados Unidos, como atualmente ocorre, poupar dólares, o que significa, na prática, transferir dólares da conta corrente para a conta capital do nosso balanço de pagamentos com os mesmos Estados Unidos.

É certo que isso implicaria em reduzir nossas compras aos produtores norte-americanos, mas não consta que Washington impugne em princípio tal política — ou não teria dado seu beneplácito à reforma cambial de outubro de 1953. Só que, agora, começa-se a descobrir que a baixa do tipo de câmbio do cruzeiro não é meio hábil para isso, porque pela mudança que induz nos preços relativos dentro do país, multiplica as oportunidades de inversão e gera simultaneamente nova pressão inflacionária e nova fonte de pressão sobre o balanço de pagamentos. O comércio com o Leste seria, apenas, um meio *hábil* de alcançar o objetivo visado pela reforma cambial. Possibilitar-nos-ia sanear nossa conta capital com os Estados Unidos, Europa Ocidental, etc.

Em segundo lugar, os capitais estrangeiros já invertidos no Brasil beneficiar-se-iam duma utilização mais plena da capacidade produtiva que criaram aqui, por força da ampliação de nosso mercado, especialmente se pudermos exportar produtos manufaturados, como tudo leva a crer.

Segue-se que não teremos que violentar os interesses profundos dos Estados Unidos, ao buscarmos novos mercados, mas que lançar interesses reais contra preconceitos de natureza política.

SEMANA DE ESTUDOS DO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

O Teatro Experimental do Negro, desde 1944, vem promovendo certames periódicos sobre relações de raça no Brasil. Assim é que patrocinou as duas Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1944) e a segunda no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1944), e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950).

No presente ano, o Teatro Experimental do Negro organizou uma Semana de Estudos, a qual foi levada a termo, de 9 a 13 de maio, na A.B.I., tendo consistido numa série de conferências cujos autores procederam a uma revisão dos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro em nosso país.

O sr. Nelson Werneck Sodré discorreu sobre "O Negro como tema na literatura brasileira", analisando a obra de José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis e de outros escritores; o ator Abdias Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, falou sobre o desenvolvimento das associações dos homens de cor em nosso país; a sra. Guiomar Ferreira de Mattos tratou o tema: "Formas Sutis de Preconceito no Brasil", e finalizando o ciclo no dia 13 de maio, nosso companheiro Guerreiro Ramos pronunciou uma conferência sobre o problema étnico brasileiro na qual formulou novas diretrizes metodológicas para o estudo do assunto.

Houve, também, no dia 10 de maio, uma homenagem ao escritor Alvaro Bomilcar, precursor dos nossos estudos brasileiros sobre relações de raça. Nesta homenagem usaram da palavra os professores Hamilton Nogueira e Guerreiro Ramos e o ator Abdias Nascimento.

Ao encerrar-se a Semana de Estudos, o Teatro Experimental do Negro fez uma declaração de princípios que, a seguir, é transcrita.

DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS

Ao encerrar a Semana de Estudos Sobre Relações de Raça, o Teatro Experimental do Negro

- a) considerando as tendências gerais que se exprimiram nas conferências realizadas durante as sessões da referida Semana;
- b) considerando as mudanças recentes do quadro das relações internacionais impostas pelo desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos de cor, o qual se constitui no suporte da autodeterminação e da autoafirmação desses povos;
- c) considerando os perigos sociais que poderiam advir do equívoco de definir em termos raciais as tensões decorrentes das relações metrópole-colônia e capital-trabalho;
- d) considerando que é anti-histórico retornarem as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e cultura, ou preservarem-se marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas;
- e) considerando as novas perspectivas abertas pela atual teoria social científica acerca das questões coloniais;
- f) considerando que, sob o disfarce de "etnologia", "antropologia", "antropologia aplicada", e a despeito de contribuições científicas de profissionais dedicados a essas disciplinas, têm-se corroborado, direta ou indiretamente, situações e medidas retardativas da autodeterminação e do desenvolvimento material e moral de minorias e povos de cor;
- g) considerando que o Brasil, pelas suas particularidades históricas, é uma nação ocidental em que é preponderante o contingente populacional de origem negra;
- h) considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde têm vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação;

DECLARA:

- 1) É desejável que os organismos internacionais, que têm por objetivo nominal estimular a integração dos povos, sejam cada vez mais encorajados a discutir medidas concretas tendentes à liquidação do colonialismo, em todas as suas formas

e matizes, uma vez que a mera proclamação de direitos e de princípios, sob forma acadêmica e em abstrato, pode prestar-se (e freqüentes vêzes se tem efetivamente prestado) para a coonestação da injustiça e da espoliação.

2) É legítimo reconhecer que o recente incremento da importância dos povos de cor, politicamente independentes, como fatores ponderáveis na configuração das relações internacionais, tem contribuído, de modo benéfico, para restaurar a segurança psicológica das minorias e dos povos de cor; todavia, este fato auspicioso não deve transmutar-se em estímulo a considerar como luta e ódio entre raças o que é, fundamentalmente, uma tensão e um conflito entre sistemas econômicos.

3) Sem prejuízo do direito de as nações escolherem o seu próprio destino, é condenável toda medida ou toda política, ainda que justificada no direito de autodeterminação, que tenha por objetivo, direto ou indireto, fazer retornar as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e de cultura, ou conservá-los marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas.

4) É necessário desenvolver a capacidade crítica dos quadros científicos, intelectuais e dirigentes dos povos e grupos de cor a fim de que os mesmos se tornem aptos a discernir nas chamadas ciências sociais o que é mera camuflagem e sublimação de propósitos espoliativos e domesticadores e o que é objetivamente positivo na perspectiva das sociedades ditas subdesenvolvidas.

5) É desejável que o Governo Brasileiro apoie os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral, possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no Brasil, bem como para levar o nosso País a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1955.

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS

1. Desde a ascensão dos republicanos ao governo, a política exterior dos Estados Unidos tem sido enunciada, por seus porta-vozes mais autorizados, em termos abertamente divergentes, quando não, mesmo, em larga medida, contraditórios.

Não iremos aqui apontar as diversas ocasiões em que se têm apresentado essas divergências ou contradições, pois embora talvez fôsse útil registrá-las e interpretá-las, uma a uma, seria também, por outro lado, exaustivo e fastidioso, e não se coadunaria com um trabalho sumário como este.

Para corroborar aquela observação, basta citar aqui o testemunho de um político autorizado e ponderado como o sr. Clement Atlee, no seu discurso de 12 de maio de 1953, na Câmara dos Comuns (Ver CNT, n.º 1, págs. 228-230).

Com efeito, nesse dia, falando num debate sobre política exterior, disse o *ex-premier* britânico:

“O governo da América, por conseguinte, não é senhor em sua própria casa.

Lembremo-nos, também, de que o Congresso é constituído de pessoas que representam, primeiramente, os interesses de um determinado Estado da União. Os grupos de interesse e de pressão são muito fortes e, além disto, a Administração americana parece ser menos integrada do que a nossa. O presidente Eisenhower faz um discurso; logo depois o Secretário do Estado, sr. Dulles faz outro discurso, no qual achei ressoar uma nota algo diferente. Vemos, em certas ocasiões, o Tesouro seguindo uma política; o Departamento de Estado, outra; e o Pentágono, talvez, uma terceira.

Um aspecto que parece ser o de a tradição americana dar aos seus representantes na política exterior maior liberdade e menos direção do que damos a nossos. O mesmo se verifica quando contrastamos, de um lado, as declarações que os nossos Chefes de Estado Maior e nossos comandantes em chefe fazem, e, de outro lado, as relações entre os Chefes de Estado Maior americanos e os seus generais no front”.

E mais adiante, depois de dizer que “uma das desvantagens do sistema americano de democracia é ser difícil, às vezes, saber onde está realmente o poder”, o sr. Atlee acrescenta sobre as negociações que então se realizavam na Coréia: “Embora possa estar enganado, tôdas as minhas informações são no sentido de que os chineses desejam um acôrdo. Acredito que a Administração americana também o deseja.

As negociações estão nas mãos do comando americano em nome das Nações Unidas. Mas há forças nos Estados Unidos que não querem um acôrdo. E’ melhor encarar de uma vez êsse fato. Existem pessoas que desejam uma guerra total com a China e com o comunismo em geral, e há ainda a forte influência do grupo de pressão de Chiang-kai-shek”.

Êste é, sem dúvida, num rápido bosquejo, um retrato muito exato da política exterior dos Estados Unidos, pintado por quem, em virtude das suas altas funções, a conhece desde a intimidade.

2. Embora a política exterior norte-americana — e o mesmo se pode dizer também da política interna — apareça assim, a uma primeira observação, em termos divergentes e contraditórios, uma análise mais detida nos demonstra que ela possui, pelo menos desde o fim da Segunda Grande Guerra, uma razoável coerência sistemática interna, a qual se configura em decorrência da sua subordinação aos três itens básicos que a seguir apontaremos.

Observe-se, desde logo, que não importa saber se todos os elaboradores da política ianque estão plenamente conscientes dessa subordinação e já a projetam, deliberadamente, dêste modo. O que importa registrar é que, pelo menos *ex-post*, vale dizer, como resultado, ela surge sistemática e coerente à luz dêsses três itens, sendo verdadeira, entretanto, que ao menos para determinados setores do governo ela é, sem dúvida, uma *policy* conscientemente projetada.

Tais itens básicos, configuradores da política norte-americana são os seguintes:

- a) Diretiva estratégica fundamental, resumível no *slogan* “America First”.
- b) Fundamentos reais geopolíticos.
- c) Fundamentos ideológicos colhidos numa concepção individualista da História ou, mais particularmente, numa concepção policial da História.

3. A diretiva estratégica fundamental que resumimos na divisa “America First”, consiste, essencialmente, no objetivo dos Estados Unidos de conquistarem para si a hegemonia mundial, nos quadros do que, em suas últimas conseqüências, seria um Império Mundial.

Com efeito, antes da última guerra, como se sabe, o slogan "America First", que era a designação e a principal divisa de propaganda da extrema-direita isolacionista, tinha uma significação apenas "interna", ou seja, significava que se deviam colocar os problemas internos do país acima das questões internacionais. Após a guerra, entretanto, com a transformação do antigo isolacionismo em imperialismo (V. CNT, n.º 1, pág. 9) vamos encontrar implícito, como denominador comum da política exterior bipartidária, o princípio "América Primeiro", como resumo das aspirações norte-americanas de estabelecer uma hegemonia mundial.

Mais exatamente, a referida consigna representa a crença de que a América já detém, pelo menos em potência, essa hegemonia, faltando apenas transformá-la em ato, convicção esta que assenta numa ilimitada confiança na superioridade econômica e tecnológica dos Estados Unidos, em face de todos os demais países do Mundo. De fato, já em 1941, o famoso publicista republicano Henry Luce expressava tal confiança, afirmando na sua obra *O Século Americano*:

- Que somente os Estados Unidos podiam assimilar os objetivos da guerra em curso.
- Que na associação anglo-americana, a Grã-Bretanha reconheceria a hegemonia dos Estados Unidos.
- Que era somente americana a oportunidade de hegemonia mundial.

É, sobretudo, este último pressuposto, na verdade, que sustenta tanto a política de "liderança mundial" dos democratas, como a política de "liderança agressiva" de Mac Arthur, como ainda a idéia de "guerra preventiva", acalentada pelos partidários maximalistas da estratégia aero-atômica.

Finalmente, será útil assinalar que com a ascensão dos republicanos ao governo, a diretiva "America First" passou a ser também uma consigna tática, no sentido de que ela não só indica o objetivo final da política ianque, como ainda é uma regra operativa de aplicação imediata, que coloca a América, primeiro, a todo momento e em toda parte, pouco importância sendo dada aos interesses e objetivos, mesmo dos mais poderosos aliados dos Estados Unidos, como é o caso da Inglaterra.

De fato, enquanto a confiança dos democratas no poder do seu país não era de molde a levá-los ao desprezo pelos interesses e objetivos, ao menos dos seus aliados mais poderosos, a fé dos republicanos na força isolada da América é tal, que eles atribuem uma importância mínima aos seus aliados e, por isso mesmo, estão a exigir, desde logo, que eles ocupem uma posição subalterna na coligação do campo ocidental.

4. O repertório principal dos dados reais — adequados ou inadequados, pouco importa — que fundamentam a política exterior norte-americana, é oferecido pela geopolítica.

A geopolítica, como se sabe, é um conjunto de dados materiais, tomados à geografia, de conceitos e de princípios teóricos que alicerçam o estudo das relações entre a geografia e o poder político. Por outras palavras, a geopolítica é o estudo da geografia enquanto suporte do poder político ou enquanto palco do fenómeno do poder.

Os fundadores da geopolítica, como disciplina sistemática, foram, como se sabe, os geógrafos ingleses Sir Halford John Mackinder e James Fairgrieve, o professor sueco Rudolf Kjellén (que a batizou com esse nome) e o general alemão Karl Haushofer; este último se tornou o mais famoso e discutido, entre os cultores da novel disciplina, por haver associado à mesma as aspirações do expansionismo germânico e havê-la, por fim, colocado a serviço do nacional-socialismo.

Foi, principalmente, através da Alemanha que os norte-americanos receberam as concepções geopolíticas — e "inclusive as mais ignorantes e fantásticas locubrações e imoralidades políticas" — dizia Isaiah Bowman, em 1942 — "encontraram ampla difusão em seu nome", nos Estados Unidos.

Com a ascensão de Hitler, e particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, a luta anti-nazista levou-os seja a condenar a geopolítica em geral (como o fez o já citado geógrafo Isaiah Bowman, que a apontava como uma "ilusão, uma farsa e uma desculpa para o roubo"), seja a condenar apenas a geopolítica *made in Germany* e a apontar, em virtude da vasta influência desta, os perigos dos estudos geopolíticos.

Apresentava-se, então, como antídoto às "venenosas" concepções germânicas, impregnadas de metafísica vitalista, ora uma "geografia científica" na linha do empirismo ianque, ora uma "geografia norte-americana baseada na justiça internacional, na honra internacional, na santidade da palavra empenhada e no respeito internacional mutuo". Tratava-se, em suma, de opor à Geopolítica do Mal dos germânicos, uma Geopolítica do Bem, norte-americana, para o que, buscavam-se, mesmo, novas definições da disciplina em que ela aparecesse escoimada de qualquer traço de "política de poder" (Assim, por exemplo, dizia-se, com Griffith Taylor, que geopolítica é "o estudo dos traços marcantes da situação e dos recursos de um país com vistas a determinação do seu lugar na política mundial").

Ocorre, entretanto que os fatos têm sua lógica própria, diversa da lógica das intenções dos moralistas.

Foi assim que a geopolítica norte-americana do após guerra voltou a ocupar-se do "princípio do poder", e com o sentido bastante prático de fundamentar o "Poder Nacional" dos Estados Unidos.

Aliás, um dos mais autorizados geopolíticos ianques, o professor de Yale, Nicholas John Spykman (autor de *The Geography of the Peace*), já escrevera as bem significativas palavras que seguem:

"O homem de estado que conduz a política exterior só pode preocupar-se com valores de justiça, honradez e tolerância na medida em que contribuam para o objetivo do poder ou não interfiram com êle. Podem ser usados instrumentalmente como justificação moral para a busca do poder, mas devem ser descontados no momento em que sua aplicação acarreta debilidade. Não se busca o poder para a realização de valores morais; os valores são utilizados para facilitar a conquista do poder".

E foi nesta linha de pensamento que, ao fim da guerra, por iniciativa do então sub-secretário de Estado, James Forrestal, um grupo de especialistas em história, política e geografia elaborou a obra *Fundamentos do Poder Nacional*, que é, provavelmente, a principal fonte teórica, oficiosa, das diretivas da política exterior norte-americana.

5. Os principais dados e conceitos geopolíticos que alicerçam o que os norte-americanos chamam a sua "grande estratégia" são, em resumo, os seguintes:

a) As concepções correlatas da *World Island*, *Heartland*, do *Midland Ocean* e do *Rimland*, que ocupam o primeiro plano.

b) O conceito de "geografia da era da aviação" — *Our Air-Age World* — que conduz, em primeiro lugar, a que se dê preeminência à "visão global" da Terra.

c) A tese do "mito continental", que é em parte um corolário, em parte uma correção e um ajustamento dos conceitos referidos em (a) à perspectiva própria dos Estados Unidos resumida em (b) e tem interesse particularmente para os sul-americanos, pois que explica o papel secundário da chamada "política continental hemisférica", no conjunto da estratégia ianque.

Vejamos êstes conceitos mais de perto, para melhor compreendê-los.

World Island e *Heartland* são dois conceitos geopolíticos que foram formulados originalmente pelo já citado Sir Halford John Mackinder, e em seguida reelaborados, em particular, pela escola germânica de Haushofer, que nêles se inspirou para fundamentar os conhecidos planos do expansionismo alemão.

A *World Island*, segundo Mackinder, é a massa de terras praticamente contínuas, constituída pela Eurásia e pela África, uma espécie de grande ilha, em tórno da qual se distribuem as terras menores: as duas Américas, a Austrália e a desabitada Antártica.

O *Heartland*, por sua vez, definido como *the geographical pivot of History* é a parte norte e interior da Eurásia. Estende-se desde as costas árticas aos desertos centrais e para o Oeste, até o largo istmo eurasiático, que solda a península europeia à Ásia: caracteriza-se, basicamente, por possuir as mais vastas pradarias do mundo, cortadas de certos rios navegáveis de grande extensão, e por se achar a salvo do poder marítimo. Observe-se, desde logo, que o *Heartland* se encontra, praticamente, dentro das atuais fronteiras da URSS.

A importância do *Heartland* pode ser aquilatada se lembrarmos que Mackinder defendia, em 1919, na sua obra *Democratic Ideals and Reality* e, dizia êle, esperava que algum anjo prestimoso a soprasse aos ouvidos dos aliados vitoriosos — a seguinte tese:

"Quem governar o leste da Europa domina o *Heartland*, quem governar o *Heartland*, domina a *World Island*, e quem governar a *World Island*, domina o mundo".

Sabe-se que o expansionismo germânico baseava uma estratégia nessa concepção britânica do *Heartland*.

Com efeito, outra coisa não significou o ataque à Rússia, senão uma tentativa de, a partir do pequeno *Heartland* europeu, que é a própria Alemanha, conquistar o grande *Heartland* asiático. E outra coisa não significava o projeto alemão de uma Eurásia integrada, unida à "Esfera de Coprosperidade da Ásia" dos nipônicos, senão o domínio da Ilha Mundial.

Também devido a Mackinder é o conceito de *Midland ocean*, que êle define como sendo o Atlântico Norte e seus mares subsidiários, o Mediterrâneo, o Báltico, o Caribe e, podemos acrescentar, o grande mediterrâneo Ártico, que não passa de um grande golfo do Atlântico Norte.

Êste *Midland Ocean*, segundo Mackinder, suporta uma efetiva e duradoura cooperação entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, seria sede de um poder aero-naval que teria no primeiro, sua defesa em profundidade, no segundo uma espécie de Malta em grande escala, e no terceiro uma sólida cabeça-de-ponte.

Finalmente, o *Rimland* é um conceito original da geopolítica norte-americana. Definido pelo citado John Spykman, o *Rimland* é constituído por aquêle conjunto de penínsulas, costas e ilhas que, como um pequeno crescente, emolduram o *Heartland*. Numa palavra, é a orla externa do *Heartland*.

6. Passemos agora à "geografia da era da aviação", que é o resultado do impacto do transporte aéreo, desenvolvido principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, sobre os velhos conceitos da geografia e, também, sobre os conceitos geopolíticos acima referidos. Esse impacto conduz, antes de tudo, a que se dê preeminência à representação da terra como um "corpo redondo", aproximadamente esférico, já bem conhecida de todos desde a escola elementar, mas, na verdade, até agora de quase nenhuma aplicação prática.

Em particular, no campo da cartografia, conduz à crítica da representação Mercatoriana do mundo, que surge, à sua luz, como uma expressão típica da era do poder marítimo.

Os mapas de Mercator, na verdade, são da maior valia para a navegação marítima, mas completamente impróprias para a navegação aérea.

E o que é mais importante, sua faixa de maior precisão estendendo ao longo do equador, apenas a distribuição das terras situadas dentro dessa faixa, ou próximas a ela, está representada sem graves deformações. As posições relativas das terras situadas nas altas latitudes ficam assim inteiramente distorcidas, na cartografia de Mercator, que oferece delas uma visão inteiramente inadequada.

Ora, a distribuição destas terras, no hemisfério norte, é da maior importância, uma vez que as principais rotas aéreas mundiais se encontram sobre as mesmas.

Isto é o que se vê, facilmente, nas representações ortográficas, nos mapas azimutal-polares e nos mapas de "círculo máximo" (projeção gnomônica). Eles nos mostram, por exemplo, que a rota mais curta de Chicago a Calcutá passa através da ilha de Baffin, oeste da Sibéria central, província chinesa do Sinkiang e Tibet.

As principais teses dessa nova geografia não-mercatoriana são, em resumo, as seguintes:

- a) O aeroplano criou uma nova visão do mundo.
- b) Nesta nova "visão global" ressalta o papel das rotas de círculo máximo que, em particular, se encontram sobre terras e, mais especialmente, sobre regiões de grande densidade de população.
- c) Tais rotas encontram-se, na sua esmagadora maioria, no hemisfério Norte, seja porque a maioria das terras do globo quase contínuas, se encontre neste, seja porque nêle se localize 93% da população mundial, seja ainda porque — segundo Fairgrieve — "há grandes áreas ao norte do paralelo de 30° apropriadas à civilização moderna", enquanto no hemisfério Sul, há poucas ter-

ras, e estas são, diz o mesmo autor, pouco apropriadas, na sua maior parte, àquele tipo de civilização.

d) De tudo isto resulta, em particular, a importância do Ártico e das regiões circumpolares, tais como o Alasca, o Canadá, a Groenlândia, a Islândia e o extremo norte da URSS e da Europa.

(Essas regiões árticas, além disto, têm importância econômica, em virtude dos seus grandes recursos naturais e, especialmente, em face das suas áreas provavelmente petrolíferas).

7. O ajustamento das teses geopolíticas anteriormente vistas, a essa concepção aeronáutica da geografia conduz, *inter alia*, à tese do "mito dos Continentes". Esta, que se dirige, em particular, contra as idéias de unidade e solidariedade continental afirma, em resumo, o seguinte:

Os continentes não podem ser considerados como os blocos naturais do edifício da ordem mundial. A necessidade fundamental deste edifício — sem a qual uma economia de paz nunca poderá ser estabelecida no mundo — é uma combinação de poderio marítimo e aéreo, que "trave e organize politicamente os pontos fortes de todas as rotas comerciais e estratégicas de mares e continentes".

Numa palavra, os chamados blocos continentais, na melhor das hipóteses, terão um papel apenas subsidiário, em face da importância que terão as combinações "anfíbias" do poder mundial, pois estas últimas é que desempenharão o papel decisivo.

Como é fácil de compreender, em face do exposto, a concepção global da "grande estratégia" norte-americana é uma visão eminentemente nórdica da geopolítica.

De fato, à sua luz, não só os principais centros do poder mundial se encontram no hemisfério norte, como ainda, dentro desse hemisfério se deslocam, em virtude do surgimento do poder aéreo cada vez mais para as altas latitudes.

Segundo essa geopolítica norte-americana, as principais potências do mundo, capazes de estabelecer uma hegemonia global, são, na verdade, "potências do Ártico".

O hemisfério Sul, encarado sob essa perspectiva geopolítica, ocupa um papel evidentemente subalterno, o que, entretanto, observe-se, não invalida a importância da Antártida para o controle das rotas transpolares do Sul.

8. Passemos agora à concepção individualista da História, que é a fonte principal da ideologia norte-americana.

Essa concepção, como é sabido — e não é o caso de discutir aqui as razões deste fato — ganhou vigência social com a ascensão da burguesia ao primeiro plano da sociedade, e desempenhou

um considerável papel na luta desta classe contra o "antigo regime".

Ocorre, porém, que tal concepção não se apresenta em tôdas as suas manifestações de uma forma unívoca.

E' certo que tôdas essas manifestações têm um denominador comum, que é a essência mesma do individualismo: a concepção da História como o simples somatório de atos individuais livres ou incondicionados ou, quando muito, condicionados por Deus, que, no caso, não é senão a figura ideal de um indivíduo livre, absolutamente incondicionado; ou, por outras palavras, não é senão a projeção magnificada daquela idéia que o próprio "indivíduo livre" faz de si mesmo.

Tal concepção individualista, completamente extranha à idéia de uma lógica objetiva imanente ao ser, apresenta-se, como já dissemos, sob diferentes formas. Assim, por exemplo, na França ela adquiriu, com o "livre pensamento", um cunho marcadamente racionalista e anti-religioso. Nos países anglo-germânicos, entretanto, ela se manteve como uma concepção religiosa, pois não se encaminhou para o "livre exame" dos textos bíblicos, cuja validade intrínseca não era posta em dúvida.

Expressão típica desse individualismo religioso é o Puritanismo, de fundo Calvinista, dos povoadores da Nova Inglaterra. Para essa concepção o puritano (moralista) é, por definição, o "indivíduo livre", portador de uma moral superior, de inspiração divina, definida como tal por êle próprio. Os outros, isto é, os *maus*, são, também por definição, os inimigos do *puritano*, apontados também por êle próprio, ou seja, todos os que, a serviço do mal, surgem como obstáculos na sua vida, impedindo-lhe ou dificultando-lhe o êxito terrestre, êxito que é apenas o sinal exterior de que êle — o puritano — é um eleito do Senhor.

Inspirados nessa concepção puritana foi que se organizaram as comunidades da Nova Inglaterra, em uma série de pactos: o "pacto da graça", o "pacto eclesiástico" e o "pacto civil" — o primeiro dos quais, uma relação sem mediadores, dentro da própria alma, com Deus, é o fundamento da sociedade.

Apoiada nestas idéias a sociedade puritana assume um caráter messiânico, pois tem a missão de instituir o Reino de Deus na Terra, desalojando dela o Mal: seus membros ocupam o papel bíblico do "povo eleito", predestinado a redimir o mundo.

Foram estas idéias, de fato, que guiaram a expansão política e territorial das colônias da Nova Inglaterra e são as que inspiram hoje a expansão dos Estados Unidos.

Elas constituem, em suma, a chamada doutrina do "Destino Manifesto", segundo a qual os povos não puritanos ou bem são in-

capazes de elevar-se ao nível da "civilização cristã", ou bem estão destinados a ocupar em papel subalterno no seio desta civilização; uma tradução em regra operativa, desta doutrina, é aquela diretiva estratégica fundamental, vista anteriormente.

9. A concepção individualista da História e, em particular, o puritanismo, apresentam formas degradadas que vão perdendo dignidade teórica até chegar àquelas conhecidas "filosofias privadas" dos aventureiros e criminosos.

Uma forma secularizada e degradada do puritanismo é a concepção policial da História, que consiste basicamente em substituir a figura central do puritano pela figura do "herói policial", no contexto das concepções puritanas.

Não é ocasião de discutir aqui o papel que a figura do "herói policial" desempenha na imprensa, no cinema, na literatura e na vida, em geral, dos Estados Unidos.

Basta assinalar que, após a Segunda Guerra Mundial, êste papel cresceu enormemente, por força mesmo do inquisitorialismo que acompanhou o desenvolvimento da "guerra fria".

E com a organização, em 1948, da "Central of Inteligency Agency (CIA), com a hierarquia de um Ministério, o "herói policial" adquiriu, oficialmente, um papel mundial da maior importância: o de agente executor, em escala internacional, do "Destino Manifesto".

Com efeito, uma vez que a História é, apenas, um somatório de atos individuais livres, os agentes da espionagem e da contra-espionagem, a serviço da Lei, são, de fato, fabricantes da História, pois esta coincide inteiramente com a dimensão e a profundidade das ações individuais. E são, portanto, capazes de vencer, ou pelo menos ajudar decisivamente a vencer, os agentes do crime — encarnados no comunismo internacional — e, desta maneira, modificar a elaboração da História, conduzindo-a para a vitória do Bem.

A luz desta concepção, por exemplo, não há revoluções nacionais, em processo, nos países asiáticos: o que há, nesses países, são criminosas manipulações de agentes comunistas, que podem e, sobretudo, devem ser derrotados, por manipulações de agentes anticomunistas.

Outro exemplo desta concepção se encontra naquela afirmativa de que a aliança dos Estados Unidos com a URSS, na última guerra contra o Eixo, foi obra de agentes comunistas infiltrados no governo de Roosevelt.

Observe-se, de passagem, que também se inscreve nesta concepção policial da História, o moralismo brasileiro, inspirador do udeno-golpismo.

O líder do udeno-golpismo, aliás, em recente discurso parlamentar, insinuou, entre outras, esta nítida tese histórico-policialista: a de que o direito de veto foi incrito na carta das Nações Unidas em virtude de que o rascunho desta carta fôra feito pelo secretário da Conferência de São Francisco, o sr. Alger Hiss, que seria um espião comunista infiltrado no Departamento de Estado, condenado por êste motivo, pela Justiça norte-americana.

Aqui, além da concepção policialista, transparece a técnica de distorcer e amalgamar os fatos, de modo a compor um quadro com visos de verdade, que é um dos ingredientes da ação histórico-policialista.

Com efeito, o sr. Alger Hiss foi condenado, por perjúrio, a cinco anos de prisão, já cumpridos por um juri de Nova Iorque.

Nenhum tribunal norte-americano o condenou por *espionagem*, como insinuou o referido orador, e o insinuam tôdas as agências de notícias ianques.

As provas que o incriminaram de espionagem são bem semelhantes, aliás, àquelas com que o referido líder do udeno-golpismo "provou", recentemente, pelo seu jornal e pela televisão, que a candidatura do general Juarez Távora fôra manipulada por agentes comunistas.

E' fácil de compreender que tal concepção policial da História é a fonte ideológica alimentadora do "golpismo em cadeia", que vem atingindo, ultimamente, os países subdesenvolvidos, do Irã à Argentina, passando pela Guatemala, pelo Brasil, por Costa Rica e pela Indochina, para só falar nos acontecimentos mais recentes.

Com efeito, só os que fazem sua uma concepção histórica da História — como é o policialismo — podem buscar tolher, duramente, os processos históricos que estão em curso nesses países, através de manipulações golpistas.

10. Não é o caso de discutir aqui o condicionamento econômico-histórico que levou os Estados Unidos a uma política que se configura em conformidade com os três itens que referimos e expusemos anteriormente.

Só podemos assinalar, sucintamente, que essa é a política de um capitalismo expansionista que busca instaurar um Império Mundial — e um império americano já existe, de fato, diz James Burnham, em tôda parte que esteja instalada uma base militar norte-americana.

Além disso, só podemos apontar, rapidamente, como a "grande estratégia" norte-americana se desenvolve em perfeita obediência àqueles três itens fundamentais.

E' fácil de verificar, com efeito, que a diretiva fundamental "América First" vem sendo seguida, fielmente, sobretudo a partir da Conferência de Washington em 1953, o que transparece na organização da SEATO (para a qual, embora envolvendo importantes membros da Comunidade Britânica, a Grã-Bretanha não foi mesmo convidada), na posição norte-americana na Indochina e no norte da África (Marrocos), abertamente contrária à posição francesa, na aguda divergência com a Inglaterra com relação a uma Conferência dos 4 Grandes, em 1953, agora de certo modo renovada, etc., etc.

Quanto à obediência aos dados geopolíticos basta apontar a NATO, que se baseia no conceito do *Midland Ocean*, e a instalação de uma cadeia de bases, principalmente aéreas ou aero-navais, em número de mais de 100, ao longo do *Rimland*, que inclui, como é fácil de ver, Taiwan e a Coreia do Sul. Também podemos indicar, neste mesmo sentido, a importância que a aviação militar norte-americana tem dado à instalação e manutenção de bases árticas, no Alasca, na Groenlândia e na Islândia, acreditando com o General Arnold que "se houver uma terceira guerra mundial, o centro estratégico da guerra será o Polo Norte", e assegurando, com o General Spaatz, que "através do Ártico, tôdas as nações industrializadas do mundo se acham sob o alcance da aviação estratégica dos Estados Unidos" — armada, como se sabe, com o poder de fogo das bombas nucleares.

E podemos apontar, igualmente, a política de "liberação" dos países da Europa Oriental, ainda agora reiterada pelo senhor Eisenhower, a qual busca na verdade, fazer a Rússia retroceder até o istmo eurasiático, isto é, até aquela porta de entrada de cerca de 1.000 milhas de largura, que dá acesso terrestre ao *Heartland* russo.

Finalmente, quanto a inspiração histórico-individualista e histórico-policialista da política norte-americana, já nos referimos àquele "golpismo em cadeia" que vem atingindo os países subdesenvolvidos, cuja origem norte-americana foi, nos casos do Irã e da Guatemala, abertamente confessada na própria imprensa do país. A demonstração dessa origem nos demais casos nos tomaria mais tempo e espaço do que os que dispomos no momento.

Não é de esquecer, entretanto, aquela bem significativa declaração do sr. Dulles, feita num importante discurso, de que os membros da Administração Eisenhower tinham sido todos, inclusive êle próprio, rigorosamente examinados pelo F. B. I. (Discurso aos Diretores de jornais, em 18 de abril de 53. Conf. CNT n.º 1, pág. 213).

Tudo isto demonstra que o "herói policial" é, presentemente, uma estrêla em contínua ascensão no firmamento ideológico dos Estados Unidos.

A luz, portanto, do que vimos expondo até agora, aquelas divergências e contradições dos diversos porta-vozes políticos norte-americanos, tão bem apontados pelo sr. Clement Atlee, podem ser entendidas, de um lado, como uma hábil distribuição de papéis entre as autoridades que, como o Presidente, são eleitos e precisam ocupar posições simpáticas ao eleitorado, e aquelas outras que, como o Secretário de Estado têm a função de aplicar a "grande estratégia"; e de outro lado, podem resultar de uma contradição entre aqueles dados geopolíticos, conducentes a uma formulação amoral de uma "política de poder", nos termos, mais ou menos, daquela citada passagem de Spykman, e a ideologia do puritanismo, para a qual, a moral deve ter, ao menos de palavra, uma validade essencial.

Mas, sobretudo aquela distribuição de papéis, revela uma contradição mais profunda, que radica, de fato, na estrutura social do país, entre a "grande estratégia" e certas tendências políticas do próprio povo norte-americano.

Este, entretanto, já é outro assunto que, de resto, não poderemos tratar neste trabalho, embora seja de uma importância cardinal para o entendimento da evolução futura da política mundial dos Estados Unidos.

SIGNIFICAÇÃO DO NACIONALISMO

HERMES LIMA

A palavra nacionalismo desperta reações contraditórias. Urge, pois, examinar o que ela significa.

De um modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam.

Mas essa conceituação abstrata do nacionalismo não diria grande coisa sobre sua substância. À luz daquela definição abstrata, nacionalistas seriam todos os Estados, porque todos colocam sua independência acima de qualquer outro valor político e, conseqüentemente, opõem-se aos elementos que a ameaçam. Dêsse modo, os Estados Unidos seriam tão nacionalistas quanto o Brasil, a Inglaterra tanto quanto a Índia, a França tanto quanto a Indo-China.

Se descermos, porém, ao mundo real, verificaremos que nem todos os povos são independentes, apesar de diversos deles constituírem unidades nacionais de feições bem definidas. Verificaremos, também, que, entre os Estados politicamente independentes, alguns há mais independentes do que outros, porque enquanto certos dentre eles são Estados industrialmente adiantados, economicamente poderosos, outros são Estados industrialmente atrasados, economicamente fracos.

Ora, o nacionalismo constitui valor político-cultural que toma sentido concreto das condições político-sociais dominantes em certo povo ou Estado. Não possui, portanto, o nacionalismo apenas uma versão, porém variadas versões.

O nacionalismo de um povo subjugado pelo estrangeiro, em luta por sua libertação, apresenta problemas e formas que não são as mesmas de um país já politicamente emancipado.

Nas lutas pela independência, o nacionalismo brasileiro tinha a enfrentar questões que estão ultrapassadas, exprimia-se em linguagem que agora não é a mesma, despertava sentimentos que hoje em dia não desperta mais. Pairava em

atmosfera de exaltação jacobina o nacionalismo daquela época. Temia-se a recolonização e o temor da recolonização encarava-se em setores e elementos da sociedade do tempo.

Havia, por exemplo, um sentimento antiportuguês que era sinônimo de sentimento anticolonial. Por mais jacobino e exagerado que fôsse esse sentimento, tinha suas razões de ser. Não era invenção caprichosa de espíritos chauvinistas, nem revelava ódio gratuito ao estrangeiro. Importantes camadas da sociedade brasileira do tempo divisavam na independência, em nossa separação absoluta da metrópole, grave dano aos seus interesses. Dêsse modo, o nacionalismo tendia ao jacobinismo, a um patriotismo verde e amarelo exaltado, porém nem por isto deixava de constituir, em seu conjunto, o mais poderoso dos elementos políticos com que contava a causa da independência e de sua consolidação.

Do inflamado nacionalismo da época da independência temos antes orgulho que vergonha. Sem dúvida, ele apresentou exagerações. Mas, no mundo social, os sentimentos coletivos não se comportam como as chamadas "pessoas sensatas" gostariam que eles se comportassem. O próprio do mundo social, nos períodos de luta sobretudo, é a radicalização dos modos políticos de sentir e pensar. E' com esse ingrediente que se fazem as grandes coisas, e se desencadeiam os vastos movimentos de opinião. Dêle é o vinho que se bebe para lutar e morrer por uma idéia ou por uma causa.

Figuremos, agora, um sujeito "sensato", e além de sensato, instruído, pensando com a lógica do mais frio raciocínio nas dificuldades que a sonhada Independência seria suscetível de trazer ao país. Na vasta extensão de milhões de quilômetros quadrados, havia uma população íntima, tremendamente dispersa, sem homogeneidade social, constituída de índios e de negros escravos em sua maioria, e de uma minoria de brancos. Sob esse conjunto pairava a ameaça de desintegração à semelhança do que ocorreu na América espanhola, pois não havia senão precárias comunicações marítimas, as províncias isoladas tendiam a viver cada qual o seu destino, e o pessoal governante disponível era escasso.

Pesados num laboratório, onde não entrasse o sentimento, os prós e contras da Independência, a conclusão provável seria a de esperar que os acontecimentos evoluíssem "naturalmente" para a emancipação política, pois não seria "sensato" estabelecer tamanha atmosfera de agitação num momento em que as peças da precária integridade nacional ameaçavam desarticular-se e vir abaixo sob os golpes da luta intestina.

A contemplação estática da realidade imediata objetiva pode conduzir, portanto, ao adiamento de ações políticas aparentemente inviáveis. E' que não se deve perder de vista, que a realidade imediata não se constitui apenas dos fatos e dados que nossa observação apreende, porém, dêesses fatos e dados e mais da capacidade de liberar os acontecimentos, seja pelo comando do simbolismo, seja pela criação de uma atmosfera favorável aos nossos desígnios.

Muitas e muitas vêzes, o nacionalismo forma essa atmosfera. Assim sucedeu nos tempos da Independência, assim está acontecendo nos tempos atuais.

Naquela época, tratava-se de conquistar os direitos que a soberania política confere. Na atualidade, trata-se de completar nossa maioridade econômica. Realmente, é mister que passemos da condição de país subdesenvolvido, produzindo sob uma economia complementar de economias industrializadas, para a condição de país dotado de uma infra-estrutura econômica e industrial, capaz de nos fornecer os indispensáveis recursos para o aproveitamento de nossas matérias primas, para o aumento de nossa produtividade, a fim de nos convertermos num grande mercado interno na base da população que já possuímos, a oitava entre os países do mundo.

A atmosfera política indispensável a semelhante empresa é a do nacionalismo, porque as tarefas mais urgentes de tamanho empreendimento, as prioridades de sua realização, o ritmo de suas obras, tudo depende primordialmente de nós brasileiros, da urgência por nós sentida na batalha contra o atraso técnico e industrial.

Traduz, portanto, o nacionalismo neste momento, para o Brasil, a decisão de levar a cabo uma política pioneira de base e que, por isto mesmo, só nós próprios podemos sentir e formular. Política de base para alicerçar nossa industrialização, política de base que permita incorporar a níveis de produtividade de renda mais satisfatórias a grande massa da população.

Só no sentimento nacionalista pode apoiar-se essa política de base, pois não encontra fora daí ambiência nem compreensão. Não fôsse a oportunidade criada pela última guerra, não fôsssem a visão nacionalista do presidente Vargas e a compreensão generosa do presidente Roosevelt não haveria Volta Redonda. Teríamos de esperar que o interesse do capital privado amadurecesse ao ponto de lhe parecer conveniente aplicar-se em inversão daquela natureza. Passo tão importante para a industrialização, foi, assim, antecipado por força da concepção política nacionalista, que, superando a visão do

desenvolvimento peculiar à empresa privada, lançou-se pioneiramente a uma obra fundamental na luta contra o atraso brasileiro.

Muito esclarecedor a esse respeito é o caso do petróleo. Durante anos a fio, o território brasileiro esteve aberto à exploração do capital privado, nacional ou estrangeiro, e ninguém se interessou pela coisa. Ainda hoje, o capital privado não volveria suas vistas para a exploração do petróleo brasileiro não fora a atitude nacionalista assumida pelo Estado. Primeiro, porque há superabundância de petróleo atualmente, e porque vastas reservas já identificadas em países de grande produção, como a Venezuela, ali se acham para substituir fontes, como as do Próximo Oriente, que as vicissitudes da guerra tornarem impraticáveis.

Além disto, o mercado brasileiro, apesar de suas perspectivas favoráveis, só agora está consumindo 130 mil barris diários. A nenhuma grande empresa interessaria montar no Brasil, como negócio, uma indústria integrada de petróleo, da extração ao refino, para satisfazer apenas nossas necessidades internas. Estas, as grandes companhias fornecedoras do mercado nacional podiam perfeitamente saciar com o óleo que produzem nas vizinhanças mesmas do Brasil, eis que o problema de divisas é nossa, e não das companhias.

Mas a posição nacionalista teve a virtude de colocar na ordem do dia o problema de descobrir petróleo e de refiná-lo no país. A outra posição seria a de esperar, mediante concessões a longo prazo que praticamente transfeririam a propriedade das jazidas para os trustes, que estes tivessem interesse em proceder a pesquisas e instalar refinarias no território brasileiro.

A posição nacionalista colocou o interesse nacional na liderança do problema do petróleo, determinando assim que ele fosse encaminhado não ao sabor de conveniências técnicas e comerciais dos trustes, mas sob a pressão de nossas necessidades e das reivindicações do nosso desenvolvimento.

Está claro que tivemos de esbarrar, e vamos esbarrar ainda com muitas dificuldades no caminho da solução nacionalista. Os trustes são poderosos. Não é em vão que, só no ano passado, gastaram em publicidade, em publicidade de um produto que não precisa de anúncios, nada menos de 600 milhões de cruzeiros. Mas a posição nacionalista, que foi ganhando com ímpeto crescente a consciência popular, teve, desde o início, a vantagem de propor o problema do petróleo ao país mes-

mo, e não aos trustes, de colocá-lo, antes de tudo, na dependência da nossa vontade, como uma tarefa nacional, em termos formulados por nós próprios e não em termos formulados pelas empresas privadas estrangeiras.

A posição nacionalista foi tão essencial na criação do problema-petróleo no Brasil, tão importante na formação de uma consciência popular reivindicadora de medidas para sua solução, que hoje em dia tenho ouvido de sinceros adeptos da iniciativa privada que, mesmo admitida a participação do capital estrangeiro, seria criminoso acabar-se com a Petrobrás. Eles próprios temem que os trustes permaneçam sem concorrência na indústria e no mercado nacional de petróleo.

De modo nenhum a posição nacionalista exclui a colaboração do capital e da técnica estrangeiros. Aquêles que pensam que nacionalismo em matéria de petróleo, ou em qualquer outra matéria semelhante, significa dispensa do capital e da técnica estrangeiros, enganam-se redondamente, se é que pensam com honestidade.

Nacionalismo não se traduz por recusa ou desinteresse da ajuda técnica e financeira que os países industrializados nos podem fornecer. Nacionalismo exprime, antes de tudo, um plano de trabalhos, um esquema de realizações, uma política de base que desejamos realizar em termos de uma formulação própria segundo as urgências ditadas pelos interesses do nosso desenvolvimento, na conformidade de um objetivo nacional de vida.

Outorgar concessões petrolíferas aos trustes e aguardar que eles-se movam até o ponto de instalar, da extração ao refino, uma indústria de petróleo no Brasil, seria colocar o problema sob a dependência de fatores, que escapariam ao nosso controle. Manter a questão do petróleo em termos nacionalistas significa conferir primazia no assunto ao interesse nacional, significa conduzi-lo por nossas próprias mãos, significa fazer do petróleo um instrumento de política nacional sob nosso controle, significa disposição para sacrifícios contanto que solucionemos o caso como donos de nossas jazidas.

Para os brasileiros, o importante em petróleo é que produzamos para nosso próprio abastecimento. Alcançada essa etapa, nossa vitória é já completa. Para os trustes, o importante é produzir petróleo para vender aqui e no estrangeiro. No primeiro caso, prima um objetivo nacional de progresso e segurança sob qualquer outro. No segundo, prima um objetivo comercial. Para o truste, o único objetivo político em

petróleo, a que êle se subordina, é o do país cujos capitais o alimentam e de que êle se constitui, em última análise, um agente da respectiva expansão política e militar.

Prefere a posição nacionalista situar o petróleo, antes, como elemento integrante de uma política própria do que como elemento integrante de uma política na melhor das hipóteses a ser partilhada com os trustes, pois êles, desde que concessionários de explorações petrolíferas, teriam de participar da vida interna nacional como fatores de sua segurança e de seu desenvolvimento.

Mas quem orienta e domina os trustes? Quem dita a orientação política por êles seguida? São os países que lhes outorgam concessões e não controlam de fato a indústria, e se contentam em receber "royalties", ou os países que possuem nos trustes seus agentes políticos e militares?

Essa situação explica por que é tão intensa a campanha dos trustes contra a solução nacionalista. Daí as imensas dificuldades que à solução nacionalista se deparam, dificuldades de financiamento, dificuldades de aquisição de material.

Não é segredo para ninguém que, quando se organizou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de estudar financiamentos de problemas nacionais de base, convencionou-se, de saída, que de financiamentos destinados à exploração do petróleo não se cogitaria. Podia-se cuidar de financiamento para tudo, menos para petróleo.

A refinaria de Cubatão não pôde ser comprada nos Estados Unidos. Tivemos de recorrer à indústria européia para adquirir os maquinismos da grande usina.

Dêsse modo, a primeira e mais grave dificuldade que se depara à solução nacionalista, é a decorrente do financiamento em divisas estrangeiras. Porque êsse financiamento, só o quer fazer o capital privado dos países em que os trustes são forças econômicas dominantes, dentro de esquemas, que julgam convenientes aos seus interesses, esquemas antes de mais nada baseados no regime das concessões, como acontece no Irã, na Arábia, na Venezuela, na Colômbia, no Peru. A colaboração dos trustes acarreta com ela um método, uma política, a que temos de nos curvar.

Pelas críticas que seus adversários lhe fazem, afiguram-se-á aos desatentos que a solução nacionalista repele os financiamentos feitos pelo capital privado estrangeiro. Não é verdade. Dentro da solução nacionalista da Petrobrás, financiamentos são perfeitamente praticáveis e com vantagens recíprocas. Êsses financiamentos, contudo, não se pautam pelo

modelo tradicional-colonizador dos trustes, eis tôda a diferença. Diferença de que não querem os trustes abrir mão. Parece-me a mim achar-se entre os motivos dessa teimosia o receio de abrir brechas na frente do sistema colonizador das concessões. Como repercutiria na Venezuela, no Peru, na Colômbia, a colaboração aberta dos trustes no sistema nacionalista brasileiro?

Assim, os trustes resistem, ao mesmo tempo que agora se mostram ansiosos para participar da exploração do nosso petróleo, porém à maneira dêles.

Nosso dever também é resistir, e tornar patente a viabilidade do esquema nacionalista, mesmo à custa de sacrifícios. Serão sacrifícios compensadores. De fato, já começam a ser compensadores.

Faltou em diversas ocasiões à política nacionalista do petróleo maior firmeza, maior coerência, mais audácia. De estarrecer, por exemplo, foi o fato de se haver colocado em postos importantes e até postos chaves dessa política indivíduos que nela não acreditavam e não coravam de o dizer abertamente. Tínhamos, assim, a política estatal do petróleo conduzida em parte por elementos contrários a ela, paradoxo responsável pelas suas perplexidades mais graves.

Mau grado tudo isto, a política nacionalista conta, hoje, em seu ativo vitórias brilhantes, embora parciais como a das quatro refinarias recentemente instaladas, duas das quais estatais, e que produzirão cerca de 80 mil dos 130 mil barris diários que consumimos, o que permite economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares, por ano.

Além disto, aí estão os campos petrolíferos da Bahia, cujas reconhecidas possibilidades de produção podem já alcançar 30 mil barris por dia; a descoberta, no Amazonas, do poço de Nova Olinda, cujo perfil geológico em tudo igual ao perfil dos poços das áreas mais produtivas do mundo, autoriza a sólida esperança de imensos lençóis de óleo naquela imensa área.

São passos êsses comprovadores da atividade da política nacionalista, passos decisivos para evidenciar sua praticabilidade, passos que permitirão romper a hostilidade dos trustes vencendo-os, ao mesmo tempo, a que colaborem conosco, embora dentro de esquema diverso daquele a que se habituaram.

Na verdade, muitas das dificuldades que inicialmente se assinalavam à política nacionalista, tem já a Petrobrás mostrado que se podem vencer, seja pela contratação de equipes de técnicos estrangeiros de primeira ordem, seja pela lavra

tura de contratos de fornecimentos de matérias-primas e de construção de novas unidades, como a fábrica de adubos de Cubatão.

A lei instituidora da Petrobrás confere-lhe autoridade para contratar com firmas estrangeiras a exploração do óleo e a construção de refinarias, para negociar a forma de pagamento que poderá ser em matéria prima ou em dinheiro.

O capital privado estrangeiro dispõe, sob a Petrobrás, de oportunidades muito rendosas de investimento. Caberá a prática dizer se tais oportunidades poderão comportar modificações, embora sem prejuízo da espinha dorsal do esquema nacionalista.

Está, porém, fora de cogitação substituir-se o esquema nacionalista pelo esquema concessionista dos trustes, como condição indispensável a que venhamos a produzir o petróleo de que necessitamos.

A confiança dos trustes no fracasso da Petrobrás funda-se na escassez de divisas estrangeiras. Este é o ponto decisivo da luta entre a política nacionalista e a política das concessões. A política nacionalista está, por isto mesmo, chamada a despender esforço muito sério no sentido de aparelhar a Petrobrás com a quantidade de divisas indispensável para imprimir à pesquisa do petróleo o ritmo compatível com o interesse nacional, que é o de satisfazer, no mais breve espaço de tempo possível, nosso próprio consumo.

Disponará a política nacionalista de tal possibilidade?

Há os que pensam, e muitos pensam honestamente, que não. Consideram o capital necessário aos investimentos petrolíferos tão avultado que não vêem como obtê-lo dentro do país, com o trabalho do país.

Todavia, há os que firmemente acreditam na possibilidade de obtermos, nós mesmos, divisas suficientes para investimentos anuais substanciais, ainda que se tornem necessárias medidas drásticas na importação de bens de consumo, a começar pelos menos imprescindíveis.

E' imperioso, todavia, experimentar antes de ceder. E' mister procurar na prática uma solução para a questão de divisas, antes de sentenciar contra a política nacionalista. Não se pode antecipar que não há meio de estabelecer dotações anuais substanciais em dólares para a Petrobrás antes de um esforço viril, de uma determinação esclarecida no sentido de lograr tal objetivo.

Há pouco, ditado pelo espírito nacionalista de não ceder antes de queimar todos os cartuchos, organizou-se um esque-

ma, já dado à publicidade, pelo qual à Petrobrás serão atribuídos sessenta por cento das divisas economizadas com o transporte por navios nacionais e com o tratamento pelas refinarias nacionais do óleo bruto importado. Os meios de transporte e refinação que já possuímos possibilitam uma economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares. Tocarão à Petrobrás, portanto, pelo esquema aprovado, a soma global de uns trinta milhões de dólares, soma suscetível de aumentar, e que, repetida ano após ano, perfaz contribuição de valor extraordinário para inclusive derrotar o absentismo hostil do capital estrangeiro.

Não fôra o espírito nacionalista, não fôra a determinação nêle inspirada, não fôra a vontade de vencer que nêle se alimenta, o esquema pelo qual a Petrobrás, dêste ano em diante, disporá no mínimo de trinta milhões de dólares, não teria ocorrido a ninguém. Ninguém encontraria a saída inicial feliz que tal esquema apresenta, e isso num momento de agudas dificuldades cambiais para o país.

Dir-se-á, todavia, é pouca a quantidade de divisas destinadas à Petrobrás. Para início de atividades, não é.

Consideremos que as inversões petrolíferas não são maciçamente feitas de um jato, porém se espaçam por longos anos a fio, pois um campo de petróleo requer de seis a dez anos para estar em condições completas de produção.

E' infantil a idéia de que, pelo regime de concessões aos trustes, nosso problema do petróleo se solucionaria em curto tempo e mesmo em tempo recorde. Aqui situa-se exatamente um dos pontos mais importantes da questão do petróleo: a noção "tempo" dos trustes não é, necessariamente, idêntica à noção nacionalista de "tempo". Para o Brasil, o petróleo é utilidade que devemos produzir com urgência. Produzida em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno, terá o problema recebido, do nosso ponto de vista, solução já completa. Mas, para os trustes, a produção de petróleo neste país é, antes de tudo, um aspecto da produção de petróleo no mundo, do petróleo cujas fontes e cuja distribuição êles controlam. Nós equacionamos o problema em termos nacionais de segurança, de desenvolvimento e abastecimento interno, ao passo que os trustes têm de equacioná-lo em termos internacionais de reserva e consumo, de venda e distribuição no mercado mundial, já que o brasileiro é pequenina fração dêsse todo.

Êsses fatores condicionam modos diferentes de tratar e sentir o problema. A posição nacionalista tal se denomina

pela ênfase que põe as condições internas como elemento determinante fundamental da política de petróleo.

Dêsse modo, seja por obra de razões técnicas, seja por força de razões comerciais, como política de preços em face das quantidades disponíveis para o mercado, os trustes fazem seus investimentos progressivamente, segundo a marcação de um compasso internacionalmente complexo.

Na Venezuela, por exemplo, os investimentos das companhias concessionárias somam 2 bilhões de dólares, na atualidade. Mas essa formidável quantia foi aplicada no espaço de meio século, o que dá a média de 40 milhões de dólares, por ano. Foi necessária, porém, a ocorrência de duas guerras mundiais para que as empresas concessionárias do petróleo venezuelano ativassem as pesquisas e a produção do óleo local.

Se a política nacionalista não esmorecer, se a Petrobrás continuar a possuir em sua direção elementos convencidos da praticabilidade do esquema nacionalista, resolutos e determinados na consecução dos objetivos que a lei criadora da autarquia lhe assinala, se crescentes dotações em dólares lhe forem regularmente atribuídas, dúvida não haverá de que criaremos nossa indústria de petróleo fora das condições impostas pelos trustes, e em condições escolhidas por nós mesmos, segundo uma apreciação própria e intransferível dos nossos interesses.

Para essa batalha não estamos tão despreparados como se assoalha nos círculos concessionistas. Frutos dela já aí se encontram, e tais frutos não autorizam desânimo, antes infundem confiança no futuro. Constatemos, também, que o país possui alguns trunfos que, bem jogados nesta partida em prol do desenvolvimento nacional, produzirão, mais tarde ou mais cedo, resultados do maior alcance.

Entre êsses trunfos destaca-se a posição internacional do nosso país. Não somos, por enquanto, uma grande potência, e ainda não atingimos mesmo o nível de um país adiantado pelos padrões da civilização industrial contemporânea. Nossa posição geográfica, os valores culturais que pregamos, os interesses econômicos, tudo nos prende ao campo ocidental, cuja liderança pertence de fato aos Estados Unidos.

Contudo, dentro do campo ocidental não somos unidade tão fraca que não haja lugar para nossa voz, na conceituação dos nossos problemas fundamentais. Podemos oferecer, como o passado recente testemunha, colaboração preciosa, bastando refletir nas matérias primas de valor militar que estamos em condições de exportar. Nosso manganês e nossos minerais atômicos, por exemplo, constituem instrumentos de uma polí-

tica internacional, que poderia ser mais atilada do que tem sido, na negociação de vantagens recíprocas. Possuímos algo de muito importante a oferecer. Algo de muito importante justo é que recebamos. Entretanto, não há notícia de que tenhamos ligado às concessões para a exploração do manganês, aos fornecimentos de materiais estratégicos como areias monazíticas e minerais atômicos, um esforço diplomático no sentido de receber o esquema nacionalista do petróleo melhor compreensão da parte do capital público e privado norte-americano.

Nas relações internacionais, quem não negocia, não logra vantagens, quem não faz valer seus trunfos não pode esperar senão o tratamento consagrado pela rotina e pelas fórmulas tradicionais de colaboração.

Nossa política internacional precisa vencer o receio de parecermos inoportunos, de sermos julgados imaturos para compreender os lances do grande jogo entre as potências, precisa perder o receio de criar problemas a nações amigas, mesmo num tempo de dificuldades especiais para todos. Precisa perder o temor reverencial pelas grandes civilizações e pelas grandes potências, temor que é produto de uma visão cultural do mundo em que a contribuição de nossa realidade não se incorpora, mas antes é consciente e inconscientemente repelida.

Problemas universais como a guerra fria entre Leste e Oeste tornam-se, portanto, suscetíveis de minimizar na mentalidade diplomática os problemas nacionais. A visão do universal, daquilo que se passa no palco do mundo, tende a situar em segundo plano a visão do que é peculiarmente regional.

Conseqüência prática de tal estado de espírito é a inclinação antes a ceder do que a reclamar, antes a concordar do que a discutir, antes a não fazer contas do que a minuciá-las.

O nacionalismo tem de afirmar-se, por isto mesmo, como traço profundo de nossa cultura política, como o traço que porá essa cultura em contato com as nossas realidades, habilitando-a a distinguir nossos problemas e a formulá-los em termos próprios do nosso interesse.

Não é, portanto, o nacionalismo uma atitude episódica e parcial, que, aplicada por motivos políticos ou emocionais passageiros, a certas questões, a mais não se prestaria do que a servir a interesses pessoais ou partidários demagógicos.

O nacionalismo verdadeiro nada tem de jacobino, não se arreceia da colaboração estrangeira. Não implica de modo algum em posição isolacionista. Para um país subdesenvolvido

como o Brasil, o nacionalismo representa, acima de tudo, a consciência do seu "tempo" histórico e social, a consciência dos problemas que lhe são específicos em determinada conjuntura do subdesenvolvimento nacional.

Descobrir possibilidades de superação do atraso através de concepções e métodos extraídos das condições características da respectiva situação histórica, econômica e social, constitui a tarefa principal do nacionalismo nos países subdesenvolvidos. Só a política nacionalista possibilitará a mobilização da consciência popular na obra coletiva da conquista, de níveis superiores de civilização.

Longe está o nacionalismo, portanto, de reduzir-se a uma invenção de demagogos, a pura falsificação chauvinista da realidade, ou a mera exploração eleitoral. O nacionalismo é fruto histórico legítimo do processo dialético de transformação das condições econômicas e sociais nos países de economia colonial ou reflexa.

Vejamos, por exemplo, as raízes históricas do nacionalismo na América Latina.

Há muitos anos que a América Latina constitui uma das áreas do mundo mais lucrativas para a empresa privada colonizadora, para os investimentos do capital colonizador.

Com seus governos instáveis, com seus homens públicos orientados em matéria econômica e financeira pelas idéias e interesses dos países industrialmente adiantados, os países latino-americanos organizavam-se fundamentalmente para exportar matérias-primas. A economia desses países era complementar da economia dos países industrialmente adiantados. Nos países latino-americanos, o progresso traduzia-se por investimentos acima de tudo ligados às exigências da exportação de matérias-primas e produtos tropicais.

Viviam os países latino-americanos na dependência absoluta dos mercados exteriores, especializados que eram (e ainda são) em produzir dois ou três produtos importantes para enviar aos mercados estrangeiros. Na mais completa subalternação desses mercados se quedavam, fôsse para o que vendiam, fôsse par os bens essenciais e manufaturados que compravam. Qualquer crise, qualquer depressão no exterior representava para os países latino-americanos quedas fatais de exportação com a conseqüente agravação das dificuldades internas.

Essa situação de simples dependência em que a economia reflexa dos países latino-americanos os colocava, começou a mudar sob o impacto da primeira e da segunda conflagrações mundiais e em conseqüência do crescimento dos respectivos

mercados internos, fatores êsses estimulantes da diversificação da produção, da introdução e melhoria das técnicas para aumento da produtividade, e, sobretudo, do aproveitamento dos recursos naturais próprios em benefício da industrialização.

A política tradicionalmente praticada pelos investimentos estrangeiros nos países-fontes de matérias-primas, nos países de economia colonial e reflexa, teria de ceder o passo à política diferente, em que o sentido do desenvolvimento se marcasse pela preocupação de criar condições internas para a valorização do elemento humano nacional, num ritmo determinado pela nossa vontade, pela nossa capacidade, pelo nosso interesse em vencer o atraso.

Esta é a base e o espírito da política nacionalista.

Nela o primeiro lugar pertence ao esforço nacional, cujos objetivos se concretizam na mobilização progressiva, mas imediata das riquezas e recursos que permitam ao país nivelar-se às nações adiantadas.

Esta política não repele o capital estrangeiro. Enquadra-o num esquema de desenvolvimento que, em vez de se achar dominado pelos interesses comerciais da empresa privada como empresa privada, acha-se orientado por um planejamento da vida nacional. A hidrelétrica de Paulo Afonso exemplifica muito bem o sentido da política nacionalista e o que ela reivindica como contribuição do capital estrangeiro ao esforço nacional para superar o subdesenvolvimento.

Num país subdesenvolvido, as tarefas da política nacionalista ultrapassam necessariamente o raio de ação dentro do qual funciona a empresa privada. A empresa privada é, sem dúvida, também fator, e muito importante, de progresso. Porém, seus horizontes se limitam pela própria vocação do interesse comercial e financeiro que a inspira. A empresa privada procura a rentabilidade compensadora imediata, num processo competitivo em que o lucro decidirá de seu sucesso. Ela é, assim, de sua própria natureza, expressão do sistema econômico capitalista dominante.

Muitas das tarefas da política nacionalista ultrapassam, por isto mesmo, a capacidade empreendedora da empresa privada nos países subdesenvolvidos. Instalar indústrias de base, explorar fontes de energia e combustível, tornar progressista a estrutura agrária são tarefas que exigem imperativamente, nos países subdesenvolvidos, a liderança do Estado, porque se situam além da finalidade comercial própria das forças econômicas características do sistema da livre empresa.

Em tais condições, o Estado é chamado a desempenhar papel diferente daquele que desempenha em países já desenvolvidos. Sua intervenção no domínio econômico não constitui postulado doutrinário, mas imposição das exigências do desenvolvimento, desde que este se coloque como produto de uma mobilização de forças nacionais e não apenas como resultado da ação reflexa da iniciativa privada, ou do investimento de capitais estrangeiros. A interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais de desenvolvimento. Não se trata de socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro.

Trata-se, isto sim, do planejamento de medidas de ordem material e financeira destinadas a preparar o país para que sua estrutura econômica possa comportar a massa do povo trabalhador em níveis razoáveis de produção e consumo e de renda nacional; ou de medidas destinadas a propiciar a captação de recursos para investimentos de base.

Deixados ao sabor de interesses puramente imediatos de rentabilidade, os capitais preferirão em grande parte dirigir-se para as formas tradicionais ou ostentatórias de consumo, esquecidas as exigências básicas do desenvolvimento.

As exigências do progresso, da criação de uma infraestrutura capaz de permitir a conquista de padrões superiores da vida econômica exigem inversões a longo prazo, de baixa ou moderada rentabilidade, inversões ligadas ao equipamento da industrialização do país, da exploração de suas fontes de combustíveis, do aparelhamento dos seus meios de transporte.

A base mais profunda da política nacionalista nos países subdesenvolvidos reside, portanto, no despertar de uma consciência política própria, de tal modo que a imagem do país não a recebamos de mãos estranhas, porém do sentimento de nosso próprio destino e do conhecimento de nossas próprias possibilidades.

A política nacionalista preocupa-se, antes de tudo, com a situação do povo com as condições de vida que a estrutura econômica permite ao povo. Ao equacionar o desenvolvimento de um país ainda atrasado, como o nosso, entra nos termos da formulação nacionalista, em absoluto destaque, a organização de uma economia para atender as reivindicações do maior número, as reivindicações dos que vivem do próprio trabalho. Não teria cabimento uma política nacionalista, típica de país sub-

desenvolvido, que não fôsse, ao mesmo tempo, uma política populista.

O ponto essencial de referência da política nacionalista vamos assim encontrá-lo nas condições de vida do povo, nas condições de produtividade, em que seu trabalho se concretiza, nos níveis da renda nacional. A política nacionalista considera, portanto, o povo como o primeiro capital do país. Ao pensar no progresso em função do qual se devem fazer os investimentos, a política nacionalista levanta logo seu critério próprio para medir esse progresso: até onde modificou para melhor as condições de vida do povo, até onde representou um passo essencial na transformação da estrutura econômica tradicional de modo que ela pudesse oferecer perspectivas mais amplas de produção e consumo?

Do ponto de vista da pura rentabilidade, do lucro comercial imediato, países subdesenvolvidos, como o Brasil, oferecem apesar do seu atraso, oportunidades magníficas.

Há atividades econômicas que produzem lucros estupendos e, de fato, inúmeras são as empresas cujos balanços acusam dividendos extraordinários neste país. Os investimentos estrangeiros são raramente remunerados. De 1946 a 1951, por exemplo, os capitais privados americanos investidos no Brasil somaram cerca de 380 milhões de dólares. Capital é termo aqui empregado para significar entrada de dinheiro, de máquinas, de patentes. Pois, no mesmo período de 1946 a 1951, as remessas enviadas para os Estados Unidos como amortização e juros somaram cerca de 320 milhões de dólares. Melhor negócio não se poderia desejar. Além do dinheiro enviado, muito dinheiro ainda ficou por aqui, mesmo, reinvestido pelas empresas na ampliação de suas instalações.

Sem dúvida, esses investimentos trouxeram progresso para o país. Porém, além, de se ligarem, em grande parte, a solicitações imoderadas do consumo de luxo, eles exploraram, sobretudo, atividades ligadas a formas estabelecidas e tradicionais de consumo, que o crescimento vegetativo do mercado interno ampliou. A contribuição desse modo recebida do capital estrangeiro não ajudou a transformar o país na linha da indispensável remodelação de sua infra-estrutura, que permaneceu, portanto, insuficiente e atrasada. O Brasil, com população superior a 50 milhões de habitantes, continua a produzir e consumir em níveis modestos para uma população de 25 milhões. Metade da população brasileira não está incorporada a uma estrutura de produção e de trabalho que lhe permita viver decentemente.

É do conhecimento de tal situação que irrompe a flama em que se inspira e anima a política nacionalista. O desenvolvimento deste país não pode ser concebido como empreendimento industrial e comercial, sujeito a investimentos do capital privado, na medida em que esse capital tenha interesse em promover novas fontes de riqueza e de renda. Esta medida é demasiado pequena para o sentimento nacional do nosso destino.

Além do mais, o caráter reflexo e complementar de nossa economia tenderia a perdurar, indefinidamente, se sua transformação dependesse apenas da ação dos investimentos privados. Esses investimentos não cuidariam de abreviar, de apressar, de forçar a mudança do caráter de nossa economia, deles não seria justo esperar nenhuma atitude revolucionária, nenhuma atitude criadora. Eles acompanhariam a evolução, não queimariam etapas dessa evolução.

Penso haver demonstrado que a posição nacionalista é, na conjuntura do nosso subdesenvolvimento e em face das tarefas que sua superação reclama, a única politicamente compatível com a visão de um Brasil consciente de seu destino histórico.

Reduzir a posição nacionalista à hostilidade contra o capital estrangeiro só pode ser produto da ignorância ou da má fé. Produto será, também, dos interesses que, ligados às formas colonizadoras da exploração econômica, não querem que o Brasil se olhe com seus próprios olhos, se reconheça, se defina e se encontre a si mesmo.

A IDEOLOGIA DA "JEUNESSE DORÉE"

GUERREIRO RAMOS

A Revolução de outubro de 1930, colocando de maneira dramática o problema da reorganização política do País, suscitou o aparecimento de numerosos livros sobre problemas nacionais. Até o ano de 1937, o interesse por esses temas é crescente.

Analisando-se a abundante literatura que então se formou, discerne-se na mesma a expressão de diversas tendências, cada uma delas refletindo a posição de classe de seus autores. Uma destas tendências é a que pode ser considerada como acadêmico-normativa, isto é, a de um grupo de escritores, oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastadas das lutas partidárias e preocupados quase exclusivamente com a vida intelectual. Como representantes desta corrente, consideram-se neste estudo, apenas os srs. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria, muito embora, no período de 1930 a 1937, outros escritores se tenham situado do mesmo modo que os referidos homens de letras. Eles, porém, foram, no seu gênero, os que alcançaram mais relêvo na vida pública do País, entre nós, e daí o destaque aqui procedido.

O grupo em aprêço, por sua situação econômica e social brilhante, exibe, em conjunto, os clássicos traços da psicologia da *jeunesse dorée*. Para caracterizar esta psicologia, sirvo-me à guisa de introdução ao assunto, de trecho de uma carta de Jackson de Figueiredo a Tristão de Ataíde. "Em nossa vida, meu caro Alceu — escreve Jackson — o que houve foi uma enorme diferença de plano objetivo, de sentido externo. Se eu tivesse nascido no Rio, tivesse visto a Europa, e desde cedo, sentido a vida mais ou menos assegurada, estou quase certo que não estaria muito longe do que V. ainda é hoje em dia: um homem de plácido aspecto, de labor intenso, mas regular, cuja vida interior, porém, é o eterno drama passional, a perpétua aspiração de perfectibilidade a debater-se com os impulsos sentimentais, e o gosto amargo dos orgulhos recalçados e a vaga desconfiança, a Barnabooth, de que não há dia de amanhã, e a incessante luta com as teias de aranha de um cotidianismo mais ou menos acariciador" (Correspondência — 2.a ed. Rio, 1946, págs. 81-2).

Realmente, as palavras de Jackson são felizes na pintura de quadro psicológico muito freqüente na *jeunesse dorée*, isto é, naqueles estratos de intelectuais bem nascidos, para os quais as dificuldades materiais propriamente não existem. O paradigma deles é Amiel. Por sua própria condição existencial, esses intelectuais são induzidos a um certo esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disto, a uma concepção do homem e da sociedade, em termos preponderantemente psicológicos. Esses traços são iniludíveis naqueles três homens públicos, em Alceu Amoroso Lima (o proustiano das memórias de *A Casa Azul*), em Afonso Arinos de Melo Franco (biógrafo comovido de seu ilustre pai), em Otávio de Faria (o torturado autor da *Tragédia Burguesa* e de *Fronteiras da Santidade*).

No período posterior à Revolução de 1930, por força das transformações econômicas e sociais que se operam na sociedade brasileira, a pequena burguesia e o proletariado, embora com escassa consciência ideológica, lutam pela busca de maior participação na esfera de poder estatal, impondo uma alteração das relações de classe até então vigentes. Diante de tais fatos, a *jeunesse dorée*, não sem angústia, recorre a indagação de ordem psicológica e intelectual. Para ela, as dificuldades daquele período, traduzem uma indisciplina mental, uma desordem intelectual e conseqüentemente só poderão ser erradicadas por operações psicológicas: recristianização, primado das elites letradas, melhoria do caráter nacional.

A recristianização como fórmula resolutiva do problema brasileiro é, por exemplo, o leit-motivo da pregação política do sr. Alceu Amoroso Lima. Logo depois da Revolução de 1930, em seu tratado, *Política* (uma espécie de geometria em que as fórmulas de salvação se deduzem de princípios formais eternos: o de finalidade, o de respeito às propriedades da matéria, o de participação, e o de autoridade) o sr. Alceu Amoroso Lima expõe o seu pensamento. Diz ele:

“... todo regime político é função do ideal filosófico, moral e religioso de uma sociedade. Isto é, depende do que essa sociedade pensa sobre a vida, seu destino e sua razão de ser. Para modificar o governo de um povo é preciso atuar sobre sua alma, sua inteligência, seu ideal” (*Política* — 2.a ed. Rio, 1932, pág. 168).

Essa incompreensão dos fatos sociais preside a todo o pensamento político do líder do laicado brasileiro. Todavia, é preciso

observar, ela não é uma decorrência lógica de toda posição espiritualista. Mesmo dentro dos limites desta posição, exigências de objetividade levam os autores, entre eles, por exemplo, Max Scheler, à superação deste ingênuo idealismo de que faz plataforma o sr. Alceu de Amoroso Lima, dando lugar na casualidade histórico-social, de maneira precisa, aos fatores materiais ou reais.

Não ultrapassa o sr. Alceu Amoroso Lima, em seu espiritualismo, o nível dos enunciados genéricos, jamais tratando dos assuntos em sua forma concreta e particular. Assim, ao abordar, em *Política*, a discussão da obra de Alberto Tôrres, de um dos nossos pensadores mais objetivos, apesar de seus erros de técnica científica, o sr. Alceu procede apenas a confrontos doutrinários, parecendo-lhe tal procedimento “mais útil ao estudo da estrutura política do Brasil do que a apresentação direta de qualquer programa de reconstrução” (Págs. 179-80). Estas posturas do sr. Alceu Amoroso Lima e do seu grupo explicam a eterna frustração política e social de que têm sido vítima em nosso meio. É com referência a tais posturas que se pode invocar a observação do espiritualista Max Scheler — segundo a qual quando mais “puro” o espírito, tanto mais impotente no sentido de uma ação dinâmica sobre a sociedade e sobre a história (*Sociologia del Saber* — Buenos Aires, 1947, pág. 14), pois o espírito como tal não tem originariamente em si ou por sua natureza o menor rudimento de “força” ou de “eficiência” causal para dar existência aos seus conteúdos; ao contrário, insiste Scheler, fatores de realização negativos, ou fatores reais de seleção no âmbito objetivo do possível, por obra de uma motivação espiritual intelegível, são sempre as relações reais da vida, condicionadas por impulsos, isto é, a peculiar combinação dos fatores reais, das relações de poder, dos fatores econômicos da produção e das relações qualitativas e quantitativas de população, além dos fatores geográficos e geopolíticos correspondentes.

A exigência de concreção do pensamento é uma regra imprescindível a ser observada em qualquer tentativa de orientação dos fatos. O teste de validade de qualquer pensamento não se opera de modo silogístico, pelo confronto de teses doutrinárias, mas por sua funcionalidade, pelo seu caráter necessário. O sr. Alceu Amoroso Lima e o seu grupo e toda a *jeunesse dorée* tentaram intervir nos acontecimentos da década de trinta, apelando para fórmulas abstratas, quando mesmo uma posição intelectualista ou espiritualista não os impedia de tomar esses acontecimentos pela raiz. Caíram, assim, numa espécie de *flatus vocis*, naquele utopismo que “morde em granito e se desvanece em nada” e que Scheler identifica na proposição de fins que não

afetam a existência e a transformação dos fatores reais e que não se encontram dentro do âmbito da conexão causal *própria* dos fatos.

Em 1935, num livro em que pretende julgar a Revolução, que, no seu modo de ver, falira, o sr. Alceu Amoroso Lima insistia em que "a salvação do Brasil terá que vir muito mais da cultura e da religião que da técnica e da política", que "a regeneração política da nacionalidade depende de sua reforma moral e que o trabalho sobre as instituições só pode ser fecundo se nunca dissociado do esforço em prol dos costumes e das "idéias" e proclama que "precisamos agir sobre as inteligências".

É compreensível, portanto, que esta visão *dorée* da história se transmuda numa ideologia conservadora e reacionária, para a qual toda revolução é "apostasia", diabólica. A visão *dorée*, e isto não é exclusivo dela, afirma o primado do costume e da tradição e o máximo de audácia que se permite é o reformismo, "os métodos evolutivos de reforma social e política" muito distintos dos "métodos revolucionários", que o sr. Alceu deplorava em 1936. "O que eu vejo nos processos revolucionários — escreve — é essa destruição da estrutura política, essa ruptura com o passado, essa insurreição contra a continuidade, a unidade, a autoridade, a ordem, a fim de construir sobre as ruínas" (*Indicações Políticas* — Rio, 1936, pág. 20). Ora o que mostra a sociologia científica dos costumes e da tradição é que toda posição que os admite intangíveis é invariavelmente tendenciosa, pois que é da essência do processo histórico-social a ocorrência intermitente de alterações qualitativas, no domínio dos costumes e da tradição. Por outro lado, a concepção da evolução contínua no domínio histórico-social não tem suportes científicos.

Com efeito, as tradições persistem enquanto encerram algo de exemplar para aqueles sobre os quais têm vigência. A exemplaridade das tradições é, entretanto, a contraparte do papel positivo que tem no processo histórico-social a minoria que as implantou ou que delas se beneficia. As tradições e os costumes são procedimentos organizatórios das relações humanas, e como tal precárias, nada de permanente se lhes podendo atribuir. São freqüentemente elaboradas por camadas minoritárias, propagando-se em seguida às outras camadas pela imitação. Desde Gabriel Tarde (1) até Arnold Toynbee (2) se tem mostrado, com es-

ta ou aquela variante, a vinculação das tradições e de sua propagação e manutenção à exemplaridade dos chefes ou das minorias criadoras e, portanto, a relações de poder, relações estas que forçosamente se alteram no decorrer das transformações materiais da sociedade. Tarde, do ponto de vista microscópico; Toynbee, do ponto de vista macroscópico, apresentam em suas obras fartas ilustrações do papel racionalizador das relações de poder que se pode atribuir às tradições e aos costumes.

No caso da sociedade brasileira, falar em primado e defesa de tradições talvez seja, rigorosamente, superfetação pois, em larga margem, pode-se acolher como acertadas, as observações de Alberto Tôrres. Comparativamente, somos, em larga escala, uma espécie de sociedade em branco, em matéria de tradições e costumes. Isto, por um defeito constitucional, de origem. Caminhamos descontinuamente. O normal aqui têm sido os saltos. Por isso é um tanto despiciendo e livresco em nosso meio posições tradicionalistas à De Maistre, De Bonald, Burke, tão do gosto do sr. Alceu de Amoroso Lima. Somos uma sociedade sem basalto — o que, como observaria Hans Freyer — tem conseqüências espirituais. Neste terreno, como em vários outros, avulta a pertinência das observações de Alberto Tôrres, uma das quais, muito a propósito, é a seguinte:

"Nas nações novas, o fato, resultante da forma peculiar de sua exploração, é que a *sociedade* não chega jamais a constituir-se: a assimilação e a integração, obras de lento e gradual evoluir, nos velhos países, não encontram os mesmos móveis de estímulo e operação; e, pelo contrário, por entre a vizinhança, contiguidade, e uma certa comunidade, material ou moral, de semelhanças e analogias: a língua, a religião e a raça — fios de tecedura, e forças outros, na composição dos elementos vitais de associação, e forças de sua atividade solidária — são aqui dissolventes. As religiões, por exemplo, como outras agremiações, agindo independentemente do mecanismo nacional, onde se deveriam, entrosar, e promovendo, sem a ação geral paralela das forças nacionais, os ideais que as animam, sob a direção de sua autoridade mundial e com a sua poderosa disciplina, contribuem para desagregar as nacionalidades" (*O problema Nacional Brasileiro* — 1938, pág. 94-5).

E' este um pensamento verdadeiramente induzido da observação dos fatos da vida brasileira. Pensamento em que se con-

(1) Cfr. Gabriel Tarde, *La Logique Sociale* — Paris, 1898. Principalmente o capítulo: "L'esprit social".

(2) Cfr. A Toynbee; *A Study of History* — London, 1934-39-54.

tém toda uma lúcida consciência de nossa alienação lingüística, religiosa e étnica (3).

* * *

O sr. Afonso Arinos de Melo Franco é, entre nós, uma das figuras mais representativas da visão *dorée* do mundo. Pela sua participação na vida política do país parece que, ainda hoje, se mantém fiel aos seus pontos de vista da década de trinta. Começamos pelos depoimentos que êle mesmo oferece.

"Sou um homem que, por destino, por *atavismo* (o grifo é meu, o sr. Arinos é, como se verá, racista), por necessidade psicológica (quase que poderia dizer fisiológica), se ocupa com as idéias" (*Preparação ao Nacionalismo* — Rio, 1934, pág. 34).

O livro de que retiro estas palavras trazia o subtítulo de — *Carta aos que têm vinte anos*. Dirigindo-se aos moços, que êle se propõe a orientar politicamente, escreve o atual líder da U.D.N.

"Eu já fui, como vocês, o mais moço. E o fui por muito tempo, porque comecei sendo aquilo que as comadres copiosas de carnes e os velhos tios tolerantes, costumam chamar "um menino precoce".

Aos nove anos discutia geografia com um velho — o Barão Homem de Melo — na casa do meu avô, encantado com esta inenarrável estupidez. Fui o aluno mais moço da minha turma ginasial, e, se não me engano, o mais moço da minha turma na Faculdade. Desde cedo inquiri, fiz noitadas intelectuais, discordei, escrevi poemas, panfletos. Depois chegou Graça Aranha e eu fui o mais moço dos que se reuniram ao seu séquito de iconoclastas" (pág. 9).

Tais elementos, espontaneamente oferecidos pelo sr. Arinos, são, de fato, elucidativos da gênese de seu pensamento político. Criado em situações de classe tais que permitiram ao sr. Arinos ser como reconhece que é, facilmente se justifica a posição por êle assumida na tumultuada década de trinta, principalmente em sua primeira metade.

No domínio da teoria política, entre outras coisas, o sr. Arinos é racista. Explica, por exemplo, que as doutrinas internacionalistas, entre as quais inclui o marxismo, são "uma consequência natural da atividade dos judeus", os quais "são levados", in-

(3) Sobre a alienação étnica, vide "O Problema do Negro na Sociologia Brasileira", capítulo do meu livro, *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* — Rio, 1954.

conscientemente, às convicções que professam, pela voz obscura do sangue, que determina os movimentos da vocação ou da eleição do espírito" (*Preparação* — pág. 103). E' esta, de ponta a ponta, a tese do livro — *Preparação ao Nacionalismo*. Não creio seja necessário discutir esta tese pueril.

Mas o sr. Arinos é conseqüente no racismo que adota. Assim é que, em 1936, publicou um livro, *Conceito da Civilização Brasileira*, cuja conclusão fundamental é a de que a sociedade brasileira só poderá ser bem governada se os seus postos diretivos forem confiados a pessoas bem nascidas ou de sangue limpo. Na sua doutrina, são os resíduos africanos ou índios, presentes no caráter nacional, os fatores de nossa desorganização política, social, cultural e financeira. Em outra oportunidade já me detive sobre este assunto e dispense-me aqui de reexaminá-lo.

Finalmente, é oportuno considerar os três mais freqüentes e significativos temas da *jeunesse dorée*, através de duas famosas obras dos srs. Afonso Arinos e Otávio de Faria, respectivamente, *Introdução à Realidade Brasileira* (Rio, 1933) e *Machiavel e o Brasil* (Rio, 1931). Estes livros retratam bem a perplexidade da *jeunesse dorée* em face da realidade nacional e ainda o quanto há de ocioso e extravagante na "cultura" dos escritores desta camada social. Explica-se, aliás, o fato. Trata-se, em geral, de pessoas que formam uma "cultura" quase exclusivamente pela leitura, recebendo as idéias prontas e desconhecendo as condições objetivas de que se originaram. Tendem, assim, a conceber o mundo como uma ordem ideal, por excelência, de que seria reflexa o mundo material. A gratuidade destes escritores, é, ainda, o correlato da gratuidade mesma de suas vidas, principalmente na fase juvenil em que estão se formando mentalmente e quando, por sua condição de classe, permanecem por assim dizer distantes das chamadas questões práticas da vida. São estas facilidades materiais de que desfrutam que lhes permitem aparecer, diante de avós, pais e amigos e mesmo do público, como gênios, ou seja, como indivíduos portadores de um saber desproporcional às suas idades. Os escritores *jeunesse dorée* são sempre muito pródigos na publicação de livros e, cedo, adquirem este prestígio público, que decorre da publicidade em torno de seus cometimentos em letra de fôrma.

Há, assim, uma explicação para a autoridade que logo adquirem como portavozes e mentores. Favorece-lhes, neste sentido, a incultura geral de nosso público e o despolicciamento crítico dominante em nossos meios literários e científicos.

Note-se que é preciso distinguir a ociosidade de que se fala-va acima da ociosidade no sentido em que o termo foi utilizado

por Thorstein Veblen, de que podem resultar, formas positivas de sociabilidade.

Ora bem, os três temas a que aludíamos são: o da interpretação de nossos problemas em termos de psicologia nacional; o da salvação do País pelos intelectuais e pelas elites; o da redução do problema político a um problema moral.

Diante das transformações que testemunhava nos primeiros anos da década de trinta, principalmente diante da alteração das relações de classe que então se esboçava, consubstanciada na ascensão à esfera do poder de elementos da pequena burguesia, a *jeunesse dorée* foi obviamente assaltada de angústia, temores, pessimismo e de nostalgia dos "velhos bons tempos" da sociedade imperial em que dominavam as oligarquias latifundiárias.

A jeunesse dorée é monarquista.

Escreve Otávio de Faria em 1931: "Que a Monarquia tenha sido muito superior à República, não resta dúvida. Mas por pior que tivesse sido, não teria conseguido de modo algum ser mais lastimável do que esse grande desastre a que assistimos: a nossa experiência republicana" (*Machiavel e o Brasil* — 2.^a ed. 1933, pág. 152). E o sr. Afonso Arinos, em 1933: "No Brasil, as classes dirigentes da República pouco a pouco foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império" (*Introdução à Realidade Brasileira* — pág. 45); e passa, em seguida, a recordar que "naquele tempo o Brasil possuía uma certa ordem intelectual e dela decorria a estabilidade da vida social do Império" (Pag. 48). Nada mais compreensível, pois, que esses autores fôssem pessimistas no momento em que falavam e que, como Otávio de Faria, vissem naquele período germes de futuras catástrofes, pois não atentavam mesmo com nenhuma referência que lhes orientasse no meio do que consideravam o caos.

Vejamos, entretanto, como tentaram interpretar o momento que viviam. Dissemos, anteriormente, que uma das direções de suas tentativas de interpretação foi no sentido do que acreditavam ser as tendências da psicologia nacional. Sabe-se que é corrente a atribuição de aspectos da vida dos povos a entidades místicas tais como "alma nacional", "espírito nacional", "ethos" coletivo. É corrente nos meios populares, mas também entre os que se consideram doutos. Estes pontos de vista caracterizam, aliás, certa pseudociência em que excelsam Spengler, André Siegfried, Keyserling, Salvador Madariaga, Ruth Benedict, Margaret Mead e outros antropólogos norte-americanos que têm usado a noção de "ethos". Sem pretender, aqui, descer a uma discussão pormenorizada desta falácia, observemos que esses autores tomam um estádio transitório da psicologia coletiva como definitivo; ou con-

fundem uma condição faseológica de um povo com a sua própria natureza. A história está repleta de exemplos de mudanças radicais na psicologia coletiva dos povos, quando passam de uma etapa de desenvolvimento para outro, e nem por isto desaparece aquela pseudociência. Basta refletir, neste sentido, a considerável mudança psicológica ocorrida entre os povos europeus quando, por força de transformações concretas, ultrapassam o estádio feudal.

Nossos autores viram nos acontecimentos dos primeiros anos da década de trinta a incidência de caracteres intrínsecos e imutáveis da psicologia nacional. Não precisamos enumerá-los todos. Para dar idéia da indigência técnica e científica desses autores é bastante mencionar que, entre outras coisas, atribuíam a convulsão que vinha de se operar no País, ao mero capricho do povo. Dizia Otávio de Faria: "Mudar por mudar, para ver. Mudar por mudar... para mudar" (pág. 188). Para o escritor, somos um povo jogador, que acredita no acaso, de vez que, observa, o "acaso" e o "imprevisto" têm presidido a nossa formação". Se Deus marcou o Brasil com algum sinal especial — diz ele — foi certamente por essa tendência ao jôgo que talvez ainda nos venha a dar "grandeza" no futuro (pág. 191). E, denunciando a origem puramente literária de suas convicções, continua Otávio de Faria: "No "Novo Apocalipse" que Rozanof profetizou, talvez o Brasil encontre uma atmosfera própria para viver a sua paixão pelo jôgo, essa sua necessidade de arriscar o futuro num golpe de sorte, esse seu messianismo de quem realmente nunca teve um messias e quer tê-lo a toda força" (pág. 191). E o sr. Arinos adota o mesmo ponto de vista, quando em 1936, diz: "o sentimento do acaso, do imprevisto, herdado do índio, junto à esperança permanente na proteção de forças desconhecidas e inacessíveis, eis o que faz do brasileiro este povo espantosamente jogador" (*Conceito de Civilização Brasileira* — 1936, pág. 158).

Para esses intérpretes não há, portanto, leis sociais objetivas. Há o acaso. Há o herói. Eis porque "na grande falta de "heróis" que asfixia a história do Brasil" (pág. 151), na ausência de "homem de exceção" (pág. 217), o remédio, para o sr. Otávio de Faria, é apelar para Machiavel.

Como forças configuradoras da sociedade só existiriam os intelectuais e as elites. Coerentemente, portanto, o sr. Otávio de Faria escreve: "O grande esforço nesse momento no Brasil parece-me que tem que ser procurar o mais possível... criar uma grande elite de cultura e ciência, capaz de ir aos poucos dominando de tal modo que a influência sobre a grande massa irá cada vez se tornando mais fácil. Civilizar por cima. Civilizar os que

estão em estado de compreender — em vez de pensar em obrigar à cultura uma massa ainda entregue a necessidades mais elementares que lhe tomam todo o tempo e lhe absorvem todo o interesse” (pág. 270).

Aí se exhibe, em toda sua crueza, o aspecto parasitário da *jeunesse dorée* e o alto conceito que ela tem de si própria, para não falar no desprezo que ela dedica à plebe. Haverá quem tenha dificuldade em perceber a intencionalidade (acredito inconsciente no autor) a intencionalidade de tais pontos de vista? Por sua vez, o sr. Arinos sustentava tese semelhante: “... o poder aos intelectuais, o governo aos doutores (o grifo é meu) porque assim é que foram governados na antiguidade e que são governados modernamente os países bem governados” (pág. 50). Quanta ignorância de história, de economia, de sociologia!

Evidentemente, não me detenho nesses autores para discutí-los como homens de ciência. Suas obras devem ser utilizadas como material subsidiário, por assim dizer clínico, para a compreensão do que os antropólogos norte-americanos (Linton, por exemplo) vêm chamando de personalidade estatutária, isto é, para estudar a psicologia específica de um estrato restrito da sociedade, num dado período. Porque na verdade, eles não têm treino científico e, por isso, em suas obras nada mais fazem além de manipular sentimentos, regras de conduta, imagens habituais em seus círculos, o rumo do presente trabalho seria outro se estivessemos examinando o valor propriamente científico dos livros aqui mencionados. Teria, por exemplo de apontar o rosário de agravos à ciência e à história que o sr. Arinos comete.

Em torno da função dos intelectuais e das elites correm, no Brasil, equívocos que necessitam ser desfeitos.

Nos trabalhos desses dois escritores, por exemplo, principalmente não se precisa o que sejam os intelectuais. Provavelmente, para o sr. Arinos, o intelectual é a pessoa que publica livros, portadora de “visão sintética e panorâmica, com o hábito das idéias gerais” e, possuidora de grau de doutor. Exclui o nosso autor os técnicos deste círculo. Os técnicos, diz o sr. Arinos — são os homens que preparam o terreno sobre o qual vão agir os intelectuais de formação mais universal, mas nunca devem enfeixar nas mãos o poder de exercício (pág. 47-48).

Vê-se, assim, o caráter ingênuo da concepção de governo do sr. Arinos. É uma concepção que chega mesmo a ser infantil. Não me parece necessário demonstrar a arbitrariedade desta noção de intelectual, nem tão pouco, a carência de veracidade histórica das afirmações sobre o domínio dos intelectuais no governo dos povos. Evidencia-se aí um lastimável desconhecimento mes-

mo de rudimentos de história universal. Pois, governo de intelectuais é coisa extremamente rara na história e o que nesta avultam são os fastos que marcam freqüentemente a posição secundária dos intelectuais nos grupos dirigentes.

Parece também que esses defensores de governos de elites, confundem elites com classe dirigente. Esta confusão é textual em obras do sr. Arinos. Diz êle:

“Localizaremos, preliminarmente, aquilo que, na ação dos intelectuais, ou antes, na sua omissão, se me afigura ser a causa essencial de onde provém a nossa desordem intelectual. Tenho para mim que esta causa é o fato de que a “elite” intelectual no Brasil não teve senão uma parte mínima e secundária no exercício do poder republicano, e, o que é pior, por desinteresse ou por cepticismo, não reivindicou a parte importantíssima que lhe cabia, por direito, neste exercício. Explico-me melhor. No Brasil, as classes dirigentes da República, pouco a pouco, foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império” (págs. 44-5).

Se o sr. Arinos lesse os textos autorizados, ou melhor se os estudasse, ou melhor, se o sr. Arinos desconfiasse um pouco de suas opiniões, e quisesse ser rigoroso em seus escritos, não cometeria esses erros elementares... de simples lógica, uma vez que êle não pode ser enquadrado como especialista de nenhuma ciência.

Existe, como já observara Gaetano Mosca, em sua obra clássica, (4) em toda sociedade uma minoria que governa e a maioria que é governada. A minoria monopoliza o poder e desfruta de suas vantagens e não é, necessariamente, constituída de intelectuais. Aliás, muito raramente o é. Ela tem sido constituída com mais freqüência de guerreiros ou militares, de nobres, de sacerdotes, de homens de negócio. As elites, portanto, se recrutam preponderantemente entre os governados e escassamente entre os que constituem a minoria dirigente. Além disto, a elite não é só a *intelligentzia*. Há outros tipos de elite: a política, a religiosa, a artística, a moral, a organizadora com as suas inúmeras diversificações.

Mas a principal falácia da tese da salvação pelas elites consiste em conceber as relações sociais como relações racionais, em atribuir aos fatores intelectuais um papel modelador do processo histórico-social. Esta é uma ilusão de pensadores do século XVIII

(4) *The Ruling Class*. Mc Graw — Hill Book Company, Inc. London. 1939.

inteiramente superada. Graças a contribuições de Tarde, Pareto, Marx, Mannheim, e outros, formou-se uma sociologia da intelectualidade que vem mostrando cientificamente a incidência de fatores irracionais, emocionais, ideologias, interesses, costumes e de outras forças mais ou menos espontâneas da vida social no condicionamento das "verdades intelectuais" e "culturais". Toda *jeunesse dorée* negligência esses problemas, e apresenta ingenuamente como definitivos, gerais, universais, as suas ilusões de classe, os pontos de vista de sua perspectiva limitadíssima.

A sociologia, o pensamento político da *jeunesse dorée* tem o seu substrato nos estereótipos ditados pelo bom senso — eterna vítima das aparências sociais.

Tudo isto mostra que a "elite" não é uma boa palavra. Já é tempo, talvez, de arquivá-la, tais as distorções que ela tem sofrido em seu uso vulgar.

A redução do problema político a um problema moral é uma conseqüência lógica de toda concepção intelectualista do processo histórico-social. A tese do *caráter nacional* e a da salvação pelas elites se articulam, coerentemente, no projeto de tratar os problemas sociais através da reforma moral do homem.

O sr. Otávio de Faria exprime lapidarmente esta superestimação do aspecto moral dos problemas sociais. Diz êle: "E' da reforma do "homem" que é preciso cuidar, antes ou concomitantemente com a reforma do "homem brasileiro". E' o homem que é preciso atacar e cercar, dominar e corrigir, orientar, vigiar, para que depois o homem, no Brasil, possa ser honesto diante do Estado, útil à sociedade, capaz na sua vida de família, forte diante de si mesmo. Uma coisa não pode vir sem as outras. O edifício não se erguerá se não tiver fundamentos" (pág. 210).

Não é difícil ver por detrás deste normativismo a implícita admissão de que o estrutura política e social de base latifundiária, até então dominante, não estava em questão. Em nenhum momento das obras desses escritores reponta qualquer referência que denunciasse a percepção da mudança que se estava efetivando naqueles anos. Dirigem-se, ao contrário, para a abordagem dos temas que Augusto Cornu chama de justificação e apologética, pois a tanto corresponde o sentido essencial das obras desses escritores, o qual pode ser assim dito: *A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa.*

NOTICIÁRIO DO IBESP

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO

Transcrevemos, abaixo, o texto que, sob a epígrafe supra, foi divulgado pelo IBESP através do vespertino "Última Hora", do Rio de Janeiro, edição de 25-8-55.

1. — O INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA (IBESP) sociedade civil de finalidades culturais, especialmente dedicada ao estudo dos problemas do Brasil e do nosso tempo, sente-se no dever de prestar sua contribuição para o esclarecimento da opinião pública sobre a atual conjuntura política do país.

Exame da situação

2. — Sem prejuízo das diversas posições políticas e partidárias, o essencial da presente situação política brasileira é a divisão do país entre os que defendem a ordem legal democrática e os que procuram subvertê-la. De um lado, se encontra a imensa maioria do povo, que exige que a disputa do poder ou as controvérsias sobre o seu exercício se processem na forma da Constituição e da lei, segundo os princípios do regime democrático e representativo. Do outro lado se situa, confessada ou embuçadamente, a ínfima minoria dos que, sob alegações várias, procuram conquistar o poder pelo golpe, e pretendem resolver os problemas brasileiros segundo o seu próprio arbítrio, sem delegação do povo e sem lhe prestar obediência e contas.

As forças golpistas

3. — Na mais suscinta análise das forças golpistas ressalta, em primeiro lugar, sua condição minoritária. Embora não se haja procedido a uma apreciação estatística das mesmas, resulta evidente que tais forças, não representam nem dez por cento do eleitorado. Nenhum partido político, como tal, espôsa a solução golpista. E a própria UDN, a cujos quadros pertence a maior

parte dos políticos favoráveis ao golpe se definiu recentemente, como agremiação política, contrária a qualquer violação da ordem legal. O golpismo não chega a constituir, assim, nem mesmo uma atitude partidária facciosa. O golpismo é um movimento faccioso dentro da própria UDN e representa uma solução politicamente marginal de forças histórica e socialmente superadas pela evolução do país.

Quais são essas forças? Sua identificação é igualmente fácil. São, de modo geral, as forças representativas de interesses que se constituíram e se tornaram predominante no quadro do subdesenvolvimento e do semicolonialismo brasileiro, mas que, não se tendo transformado de acordo com a evolução econômico-social do país, perderam seu predomínio e sua própria importância relativa à medida em que o Brasil, nos últimos vinte e cinco anos, foi caminhando para seu pleno desenvolvimento e sua definitiva emancipação econômico-social. Os interesses representados por tais forças são os ligados a nossa antiga economia primária, que continuam praticando de forma obsoleta, ou sem levar em conta as novas exigências da economia nacional, a exportação de matérias-primas e a importação de produtos acabados. As forças que representam tais interesses são os setores mais retrógrados da agricultura semifeudal ou puramente mercantis e colonialistas da nossa burguesia, estritamente na dependência do imperialismo das grandes potências. E são também os setores parasitários e marginais da classe média — civil e militar — cujo *status* está ligado à manutenção da ordem latifúndio-mercantil e não se apoia em nenhuma contribuição ao esforço produtivo do país.

Os interesses que se acham na raiz do golpe e as forças que tentam desfechá-lo se caracterizam assim, por sua marginalidade econômico-social e por sua superação histórica. Caracterizam-se, também, pela enorme desproporção entre o que realmente valem e significam e a capacidade de agitação e de intimidação de que ainda dispõem, nesta fase crepuscular de sua influência. São interesses e forças condenados a se transformar ou a desaparecer. Envidam, por isso, uma última e desesperada tentativa para sobreviver a sua antiga e obsoleta condição.

A legalidade democrática

4. — Na linha da legalidade democrática, diversamente, se encontram todos os interesses e todas as forças progressistas do país. Por isso mesmo que esses interesses exprimem as novas exigências de uma economia em vertiginosa expansão, que mar-

cha para seu pleno desenvolvimento e sua completa emancipação, tais interesses e as forças que o representam necessitam manter a legalidade democrática, que assegura a defesa de tudo que atende às conveniências coletivas e permite se façam devidamente representar as correntes propulsoras do desenvolvimento econômico-social do país. Acrescente-se que as forças ligadas ao desenvolvimento brasileiro têm verificado, a despeito de todos os fatores que limitam ou perturbam o adequado funcionamento do regime, que os problemas específicos das diversas classes sociais, bem como os gerais do país, vêm sendo superados e podem ser gradualmente resolvidos dentro do nosso quadro institucional. Mais do que isso, verificam que somente pelo aperfeiçoamento desse quadro institucional, segundo suas próprias normas de transformação é que poderão ser devidamente atendidas as necessidades de cada setor da população, em consonância com as da comunidade, como um todo.

Os interesses em que se fundamenta, nas atuais condições do Brasil, a legalidade democrática, são os ligados à industrialização de nossas matérias-primas, à expansão do mercado interno, à racionalização da agricultura, ao aumento do emprego, à elevação da produtividade. As forças representativas desses interesses são os setores de nossa burguesia empenhados na indústria, na lavoura mecanizada e técnica, no comércio dos produtos acabados de fabricação nacional e no comércio, em grande escala, dos produtos da lavoura mecanizada, os setores técnicos e administrativos e a *intelligentzia* de nossa classe média, o operariado e o campesinato.

Essas forças constituem, simultaneamente, a imensa maioria dos setores mais progressistas e dinâmicos da nação. Por isso mesmo que voltadas para as suas atividades produtivas e identificadas com a ordem legal e o destino histórico do país, tais forças não se destacam, normalmente, da vida comum e ordinária da nação, que é a própria vida delas. Isso proporciona aos golpistas, num primeiro momento, a oportunidade de se salientarem. Parece, então que sobre o fundo inerte e passivo do povo, se afirma um grupo dirigente, apto a comandar o país e a lhe ditar a sua lei. Parece que somente os golpistas sabem o que querem e têm o valor e a força para levar adiante seus desígnios. Trata-se, porém, de uma perigosa ilusão. Porque são os golpistas que se encontram à margem do processo histórico-social do país, que os superou em sua evolução. Parasitas do trabalho coletivo, julgam-se senhores do povo, quando são apenas os remanescentes de uma fase histórica ultrapassada. Basta, por isso, que evidenciem, como agora o fizeram, os seus propósitos anti-sociais e anti-

nacionais, para que essa grande maioria da nação, aparentemente inerte e passiva, faça logo sentir o seu protesto, imponha a sua vontade de ordem e de desenvolvimento e exija, da minoria subversiva, o imediato acatamento à legalidade democrática.

O golpe, seus pretextos e o antigolpe

5. — Há, certamente, profundas reformas a realizar na economia e nas instituições brasileiras. Tais reformas, porém, são precisamente o contrário daquilo a que aspiram as forças golpistas, por muito que, na aparência dos gestos ou na letra dos projetos, pareçam os golpistas preconizar as reformas necessitadas pelo país. Pois a primeira reforma de que precisa um país ainda subdesenvolvido, nesta nossa América Latina, é a de superar tôdas as tendências golpistas, assegurando a reforma dentro da legalidade e impondo a legalidade a tôdas as reformas.

Não tem sentido, por isso, combater-se o golpismo pelo apaziguamento e pela transação, aceitando-se as teses que constituem os pretextos do golpe — seja qual fôr seu mérito intrínseco — sempre que essas teses forem impostas sob coação e debaixo da ameaça do golpe. Pois o verdadeiro golpe a que estamos sujeitos é o golpe que consiste em ameaçar com o golpe.

O outro, o golpe efetivo com que se joga nas ameaças, êsse já foi definitivamente superado. Se o golpismo se refugiou em certas teses — erradas ou certas, não importa agora — foi precisamente porque não pôde deflagrar pura e simplesmente o golpe. Impotente para a aberta e violenta conquista do poder, o golpismo, no presente, se exerce no jôgo de ameaçar com o golpe, para impor o clima do apaziguamento e da transação. Não para fazer vangloriar suas presumidas teses, mas para desmoralizar e subverter a ordem legal. E ao desmoralizá-la e subvertê-la, o golpismo a priva da intangibilidade que lhe é essencial, tornando confusa a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade. E assim se desencadeia um progressivo alargamento desta sobre aquela, que tende à final inversão das posições, para acabar possibilitando a aplicação, aos representantes e defensores da ordem legal, das sanções que êles não souberam nem tiveram o valor de aplicar aos golpistas.

E' êste o golpe em andamento e é unicamente êste o golpe possível.

Os golpistas sabem que, numa aberta e direta exibição de força, movimentariam contra si forças imensamente superiores e terminariam definitivamente esmagados. Por isso tentam o processo da lenta e progressiva subversão da ordem. Nesse pro-

cesso, seu êxito depende da falta de compreensão e decisão das forças democráticas. Mas ainda que estas — o que não mais se verifica — permanecessem inertes e passivas, o êxito dos golpistas seria sempre efêmero. Nada pode fazer retrogradar a história e nunca lograram as minorias marginais, mesmo ao preço da maior violência, impor uma dominação perduradora sobre sua comunidade.

União na legalidade

6. — Precária, embora, a dominação arbitrária e violenta das minorias marginais — tal como o evidenciam os trágicos exemplos do fascismo europeu, recémdestruído — a ocorrência dos regimes de excessão — ou de emergência, como o denominam os golpistas brasileiros — representa um terrível fator de atraso para qualquer comunidade. Tal é particularmente certo para os países que não podem sustar, como o Brasil, sem as mais graves conseqüências, seu processo de desenvolvimento. Acrescente-se que o inevitável retôrno à legalidade democrática não restituiu as vidas perdidas sob o regime da violência e as liberdades sacrificadas à ditadura do arbítrio. Mais, no entanto, do que a simples e indispensável defesa da legalidade democrática, o antigolpismo, nas atuais condições brasileiras, representa uma transformação qualitativa de nossa situação político-social. Representa a definitiva superação dos processos caudilhescos, mercê dos quais as forças historicamente superadas procuram manter artificial e violentamente o predomínio que perderam. Com tal superação, produz-se um maior ajustamento entre a realidade econômico-social do país e sua ordenação político-jurídica, abrindo-se novas perspectivas para as forças produtivas e constituindo-se melhores padrões de vida para o proletariado, o campesinato e a classe média.

É preciso, por isso, que a compacta e geral repulsa que se verifica, em nosso país, contra o golpe, se articule numa frente organizada e atuante, independentemente das posições políticas e partidárias, compondo a união nacional em prol da legalidade democrática. Tal é, essencialmente, o denominador comum de tôdas as forças progressistas e tal é a única forma de união nacional que une sem uniformizar e agremia sem violentar as diferenças de opiniões e de interesses.

Instituto Brasileiro de Economia Sociologica e Política

— IBESP —

a) HELIO JAGUARIBE — *Secretário Geral*

Rio: 24-8-1955

INFORME

ANÁLISE EXISTENCIAL DA REALIDADE
BRASILEIRA

OSCAR LORENZO FERNANDEZ

I. INTRODUÇÃO E GÊNESE

Nossa situação existencial

É, cada dia, mais grave e geral a pergunta do homem pelo seu destino. Para nós, Brasil, 1955, a consciência da crise se tornou agônica. A decalagem crescente entre os problemas e as nossas possibilidades de resolvê-los, ou mesmo sequer de equacioná-los, a própria inadequação dos nossos repertórios para uma formulação mais eficaz desses problemas nos fazem sentir, de dia para dia, mais violento o impacto do destino a exigir que tomemos posição.

Contudo, se bem a consciência da crise se haja tornado geral a toda a Humanidade, a crise, ou melhor, as crises, nos seus conteúdos históricos, não são unívocas. Há uma condição crítica comum a toda a nossa cultura — e pode considerar-se hoje todo o mundo igualmente vinculado à cultura ocidental — como já conheceu o homem em outras épocas, marcadas pela transição de começo e fim de culturas, com a seqüência de deterioração das crenças substantivas, dos supostos, a perda das tradições éticas e o terrível descobrimento do destino como problemática.

Mas há, igualmente, um feito novo, radicalmente novo: é o nosso ingresso na Era da Máquina. A civilização da máquina — esta é apenas uma designação, sem dúvida, já que máquina não tem sentido em si — apresenta, do ponto de vista existencial, duas características principais: alterou profundamente a relação homem-mundo e entrou a desenvolver-se por auto-indução, segundo um processo de multiplicador.

A relação homem-mundo marcou-se, em tôdas as civilizações até esta nossa Era, pelo seguinte: o homem permaneceu sempre um ente "de natureza"; vivia condicionado diretamente aos ciclos desta, de igual modo que os outros entes. Desenvolvia, sem dúvida, certas técnicas, com maior ou menor grau de engenho, com o fim de multiplicar os seus poderes de resistência ou a sua adequação ao contexto natural. Mas este sempre foi, na verdade, o ponto de partida e o de chegada. Dentro de cada cultura (tomada esta palavra para designar o conteúdo ideal de uma civilização) desenvolviam-se, é certo, esquemas de relações entre os homens e, conseqüentemente, formas determinadas que, por sua vez, implicavam na participação do homem na qualidade de objeto para outros homens, objeto de manipulação, como os demais entes de natureza. Na medida mesma deste processo o homem era, de fato, condicionado pela sua existência e não podia reduzir-se por essência a ser da natureza. Mas, de qualquer forma, o contexto natural era a variável independente, e a cultura a dependente.

A civilização da máquina a um só tempo multiplicou o domínio do homem sobre o mundo e entrou a alimentar-se indefinidamente dessa multiplicação. De modo que, em vez de criar meios e técnicas e desenvolver formas para encontrar o melhor equilíbrio com a natureza, passou o homem, de modo predominante, a criar a sua própria natureza, que gira como um parafuso sem fim.

Estas observações são, evidentemente, óbvias, mas nem por isto inoportunas. O homem é, ou seja, pensa, age, vive dentro de uma cultura, mergulhado num mar de símbolos, num repertório que, ao mesmo tempo, deflagra os seus mecanismos de ação e recebe e condiciona essa ação. É, pois, um ente condicionado ontologicamente pela sua existência. A compreensão da condição humana só se pode cristalizar na situação. O homem é em situação.

No passado, tôdas as distâncias entre os homens podiam mais facilmente ser rompidas. Ou, pelo menos, a experiência da situação alheia — outras técnicas, outros modos de ser, em grupo e entre as coisas, outras estruturas condicionantes — era relativamente mais acessível. As diferenças entre um romano imperial e o pescador ou montanhês da Judéia — embora supondo sempre um distinto condicionamento da consciência para ambos — não eram reciprocamente intransponíveis.

O abismo que tende a afirmar-se cada vez mais em nossos dias, contudo, ameaça volver-se qualitativo.

Como grupo, uma legião romana, pela superior articulação lógica de seus fatores, era, provavelmente, invencível ante um agrupamento de idêntico número de bárbaros germanos. O pilum podia considerar-se, certamente, superior à acha de bronze dos galos, mas estava em relação com esta, podia comparar-se, medir-se. Já hoje, por exemplo, apesar de tôdas as suas possíveis reservas de herdados heroísmos, os 55 milhões de brasileiros simplesmente não são contabilizáveis nos termos da atual técnica de destruição, que já culminou com o descobrimento de meios teoricamente capazes de destruir, cataclismicamente, todo o gênero humano, os explosivos termonucleares.

E, bem entendido, estamos apenas no comêço de um processo de alcance imprevisível. A civilização industrial, considerada desde os seus primórdios técnicos, tem dois séculos; desde a primeira tomada de consciência crítica, o Manifesto comunista de 48, um século, e desde o princípio da inversão das relações tradicionais entre as estruturas urbanas e agrárias, uns 80 anos. Esta cifra nos parece a mais sugestiva. Somos, apenas, a terceira geração desta nova civilização e, contudo, há mais diferenças objetivas num lustro de nossa vida do que na de toda uma geração do tempo de Frederico I, por exemplo. Um norte-americano dispõe, em média, de 2.000 vezes mais energia, hoje, do que ao tempo da Revolução de 1776 — quando já era, contudo, o Norte, um país de *settlers* altamente adiantado, com tôdas as técnicas da agricultura da aldeia européia, muito superiores, em rendimentos de fatores, ao sistema da *plantation*, ainda vigente de modo generalizado entre nós. Salvo nos nossos Estados do Sul, de colonização recente intensa, as técnicas agrícolas vigentes entre nós ainda se baseiam na enxada, não no arado. Uma população ativa, estimada em algo menos de 10 milhões de pessoas — 57% do total do país — número praticamente igual ao da população rural dos Estados Unidos, produzia, em 1951, o equivalente a, apenas, uma quarta parte da renda nacional, avaliada, para êsse ano, em 230 bilhões de cruzeiros, e dessa produção agrícola saiu praticamente a totalidade das exportações, representando o valor da produção agropecuária exportada, aos valores de exportação, algo mais da metade da parcela dessa produção na renda nacional. E, no entanto, é dessa exportação, traduzida em capacidade de importar, que sai a nossa condição de país ocidental e contemporâneo, é ela o cordão umbilical que nos prende ao mundo moderno, que asse-

gura a precária sobrevivência dêste país que, simultaneamente, importa o alimento urbano básico, o trigo, o principal fator energético, indispensável à vida urbana e aos transportes modernos, o petróleo, a imensa maioria dos bens de capital e das peças e acessórios destinados a novos investimentos produtivos e à amortização dos já existentes — especialmente no que refere à indústria e à agricultura — grande parte dos produtos primários críticos para o funcionamento do seu sistema industrial e até para a agricultura, sob a forma de adubos, produtos químicos e inseticidas — e ainda tem de prover aquela margem de consumo conspícuo que corresponde às necessidades do vértice da pirâmide — margem que significa automóveis de luxo, aparelhos de televisão, perfumes franceses e uísque escocês — sendo que, dêstes dois artigos, fomos, em 1951, os maiores consumidores individuais.

No que refere à nossa agricultura, por exemplo, apesar de certa definida tendência para a mecanização como fator de incremento da produtividade, a área cultivada por pessoa ativa ainda era da ordem de 2 hectares, com um rendimento unitário extremamente baixo, de modo geral, apesar da técnica predatória da maior parte dos cultivos.

A análise poderia prosseguir indefinidamente e a comparação de índices — apesar da precariedade da informação econômica e social, entre nós — só tenderia a carregar-lhe ainda mais as côres. É bastante recordar que só a área cultivada com milho, nos Estados Unidos, corresponde a, praticamente, o dôbro de toda a superfície destinada à agricultura no Brasil.

Não há exagêro em considerar que as diferenças originadas do condicionamento cultural do homem tendem a ser qualitativas na medida mesma em que, desde dentro de uma posição dada, não possa êle colocar-se de modo a compreender outra que se lhe oponha, nem assumir outro modo de pensar ou entender.

Durante milênios houve sempre na história o espaço da proeza. O germano Arminio derrotando Varo, o predileto de Augusto, no próprio momento da instituição do Império. Isto hoje não tem mais sentido.

Sob o aspecto do nosso interesse mais direto, os problemas trazidos pela era da máquina podem sintetizar-se num termo cujo significado transcendeu os limites da linguagem econômica técnica e adquiriu um crescente conteúdo filosófico: o subdesenvolvimento. A condição de subdesenvolvimento de um país já implica não só num princípio de diferença qualitativa, como num intervalo crescente e cada dia mais difícil de transpor. E não estamos exagerando êste intervalo. Entre aqueles grupos que estão vivendo ativamente o processo da era da máquina e os subdesen-

volvidos, os estilos se tornam progressivamente intraduzíveis e até mesmo as distâncias de ética social tendem a chegar a um grau insuperável, apesar das extraordinárias facilidades de comunicação e, inclusive, das condições do comércio das informações, por exemplo, que fazem com que — para voltarmos sempre ao caso brasileiro — boa parte da matéria dos nossos jornais e revistas consiste quase em traduções de originais estrangeiros e, particularmente, americanos, recebidos, na maior proporção, de sindicatos ou organizações especializadas.

Dadas tais diferenças de estilo e de ética, um norte-americano de hoje não pode, positivamente, compreender a imoralidade e irresponsabilidade públicas, a ineficácia e a inércia, especialmente nos padrões da administração estatal, que constituem condição comum aos países subdesenvolvidos coisa que até os em geral tão prudentes estudos patrocinados pela ONU confessam francamente. Em consequência tende, muito naturalmente (por força, inclusive, da sua própria lógica grupal, em que se notam, por exemplo, claramente, as raízes protestantes), a inverter a ordem dos fatores, nos juízos que formula na sua sumaríssima sociologia de uso cotidiano, a respeito dos “povos atrasados”. A literatura corrente americana é saborosamente ilustrativa. O americano “típico” considera — embora tolerantemente — que, no fundo, esses países subdesenvolvidos são-no por culpa própria, sobretudo por deficiência de seriedade e de padrões morais adequados e, mais vagamente, por culpa de uma certa predestinação social. O americano é um dos povos, socialmente, mais “morais”, isto é, mais uniformes e conseqüentes nas suas expectativas — embora isto, é claro, deva explicar-se em função do processo histórico e da sobrevivência de um estilo tribal, e não por qualquer espécie de vocação sobrenatural. Por conseguinte, o contraste com situações radicalmente distintas é-lhe dificilmente inteligível.

Acreditando no homem como sujeito da liberdade, não vamos ao extremo oposto de condicionar a consciência a um exclusivo jogo de fatores imanentes. Neste ponto está, a nosso ver, a contradição fundamental do marxismo, herdado de Hegel: a noção da liberdade como simples consciência da necessidade. Admitimos que o homem possa interferir deliberadamente na história. Mas isto, naturalmente, nada tem que ver com a ingênua suposição rousseauiana, produto da generalização do votante tribal, feita dentro dos supostos racionalistas da Ilustração — última messe de um período cultural velho de dois e meio milênios cuja crise definitiva seria assinalada, poucos anos mais tarde, pela obra de Kant.

O prazo histórico

Em nosso caso — pois não são, precisamente, as generalidades, mas a situação brasileira, o que nos interessa primordialmente — julgo que temos por diante, na história, algo assim como uma duplicata a prazo certo. Este prazo ainda não está determinado, mas poderá reduzir-se a umas duas décadas, segundo a marcha do nosso contorno histórico exterior.

De nossa habilidade para superar a condição de país subdesenvolvido dependerá, certamente, que passemos a constituir sujeito ou objeto da história. A Uganda de hoje, ou as tribos partas e citas de há dois mil anos dão exemplo de coletividade que passaram a objeto da história, que perderam a opção do destino.

Nossa situação atual é uma resultante de fatores necessários de opções e do acaso. Dessas opções, poucas há cuja responsabilidade nos corresponda como geração. Nenhum de nós foi consultado, ao nascer, sobre quais deveriam ser as condições concretas do país. A noção de liberdade ser-nos-ia mais útil se, remontando um pouco Hegel no caminho de Sócrates, dissessemos que ela é a compreensão do processo. Na medida mesma em que a compreensão das gerações anteriores à nossa, pelas limitações da lógica interna da cultura, do repertório, do modo de vida do seu momento, diferiu da nossa, a escolha histórica tinha de ser igualmente distinta.

Tal condição é, em si, irremediável, porque, como as perspectivas tôdas da vida humana e da cultura só se dão realmente no seu fazer-se na história, nenhuma decisão e, mormente nenhuma decisão suscetível de vigência social no plano histórico pode determinar de modo absoluto o caminho a ser feito. Mas quando — como é o nosso caso presente — a decalagem entre os repertórios e as épocas em que as gerações são chamadas a decidir e os dados do contorno exterior, sob forma de história e cultura, se tornam muito graves, o problema toma um aspecto inteiramente novo.

Há algumas décadas não era tão sensível a diferença radical entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” que, há 50 anos, na época do “ufanismo”, poderia supor-se mero intervalo quantitativo, cuja superação haveria de resultar da necessidade histórica. A consciência desse intervalo, em lugar de despertar angústia, diluía-se no plano das tranquilas esperanças escolares. A viciosa noção de “país jovem”, ainda não erradicada, disso se originou.

Não existindo, salvo em embrião, diferenças que não pudessem reduzir-se, para a geração reitora, a meras valorações quantitativas, havia ainda certa comunicação entre as nossas elites e as

do resto do mundo. Eram elas da mesma espécie, consideradas nas suas funções globais. Éramos mais "atrazados" — coisa que mereceu explicações freqüentemente fantasiosas em termos de raça e clima, e muito pouco pensamento sociológico sério — mas éramos sempre comparáveis. Compreendíamos os problemas do destino e da cultura em termos universais, embora, evidentemente, a nossa elite, os nossos repertórios, as nossas perspectivas coincidissem, quase sempre, com a decadência das suas fontes originais, dada a existência de um acentuado intervalo de transplante e formação que, em virtude da mobilidade, da atividade espiritual relativamente reduzida, tendia a fazer-se em termos de gerações nitidamente diferenciadas. De modo que, na verdade, estávamos sempre abertos para o que deixava de valer nos focos próprios da matriz ocidental e acendíamos as nossas tochas prometêicas nas brazas que, lá fora, se apagavam.

Num período relativamente curto — de fato, o de uma geração cronológica ou duas orteguianas, isto é, do fim da Primeira Guerra Mundial até hoje — mudamos radicalmente.

Deixou de haver uma linguagem comum entre as nossas elites operantes e as do Ocidente. Não podem considerar-se como linguagem comum, na verdade, alguns arremedos, tais como as correntes fascistas e marxistas, nem a disposição meramente imitativa epitelial e satélite, a imitação de certos métodos, de hábitos de consumo — em suma, a imitação exterior do "estilo" — que hoje caracteriza o topo da pirâmide social depois do "descobrimento" dos Estados Unidos. Mas, de modo geral, passamos a ter consciência das diferenças radicais que nos separam e começam a olhar com visão problemática para a própria realidade.

Nada existe de comparável, por exemplo, entre a vertiginosa organização dos países que fizeram a guerra de 1939-45, sua eficácia total de administração e mobilização dos recursos, e a nossa situação cabocla. É a mesma distância que medeia entre o campo cultural do carro de bois e o do automóvel.

A consciência cada vez mais clara, que nos chega como chitotadas, às vèzes, da solução de continuidade entre as nossas formas, nossa realidade, nossos problemas e os do mundo ao qual nos supúnhamos pertencer de pleno direito, acabou por despertar a preocupação intensa da parte realmente ativa das nossas elites para o exame em profundidade do nosso real e concreto. Quase que se pode dizer que, hoje, a nossa atenção está centrada sobre nós mesmos, ao contrário do que se dava há 40 anos. Já ao fim da Primeira Guerra houve um acentuado despertar — por exemplo, a Semana da Arte Moderna, em 22, e a fermentação de

correntes nacionalistas em política e estética, que caracterizam a transição para os anos 30.

Mas isto, que é muito dizer, é ainda nada dizer. Que procura entender a consciência brasileira? É óbvio que, na imensa maioria, o brasileiro está absolutamente desaparelhado para a tarefa de compreender-se. Ainda em data relativamente recente, em 1936, achava Normano impossível estudar a sério a economia brasileira, por falta de estatísticas. Há de considerar-se não só a carência generalizada de informações, a pobreza dos estudos especializados, em todos os campos, a inadequação dos *approaches*, a deficiência de instinto de historicidade na compreensão das nossas instituições, do nosso estilo, das nossas atitudes fundamentais ante a vida.

Descompasso das gerações

O repertório da geração que, pela instrumentação e pelos meios de que dispõe, deveria estar em condições de fazer algo pode, infelizmente, considerar-se definitivamente ultrapassado, e as perspectivas espirituais dessa geração, totalmente inadequadas. A tal ponto que um dos fenômenos mais típicos do país é, hoje, uma luta de gerações em que os bandos aparecem nitidamente separados e que é, talvez, mais importante, ao menos a curto prazo, do que a luta de classes.

Na verdade, o conflito mais grave, embora surdo, verifica-se entre os que compreendem ou não, os que têm ou não certo vocabulário. Sem receio de injustiça pode dizer-se que, como geração, e enquanto tal, estão incapacitados para aquelas atividades que interessam diretamente o destino do país os maiores de 40 ou 45 anos.

Não sabemos se vai o mundo conhecer a formação de um novo "império romano" ou se chegará a qualquer forma de superestado por outra via. Sob o ponto de vista de um destino nacional é certo, contudo, que, se não acompanharmos mais de perto a vanguarda, se não estivermos a altura de entender a linguagem e os problemas dos que vão adiante, havemos de encontrar-nos, em futuro não muito distante, na mesma condição em que vemos hoje as áreas esclerosadas ou sem perspectiva própria, como as do *status colonial*. A diferença entre uma tribo africana e uma área de cultura ocidental integrada consiste menos, realmente, no intervalo concreto atual — pois é fora de dúvida que um "nativo" pode aprender, enquanto indivíduo, tôdas as técnicas modernas, da mesma forma que qualquer nacional de países europeus — do que na falta de possibilidades do grupo a que está ligado, na "cal-

cificação" do destino dêste último. O receio de um tempo irremediavelmente sem esperança é o que caracteriza a nossa geração jovem, de modo agônico, em meio às incertezas não formuladas e até à pastosa tranqüilidade das gerações que amadureceram antes. Existe, talvez, um certo cinismo difuso na atitude daquela camada mais velha, intelectualmente habilitada para "fazer" e que age sem qualquer fé no nosso destino concreto e no seu próprio poder de dar-lhe forma. Um pouco da *après moi, le déluge*. Não pesamos no destino do mundo, não temos sequer um vocabulário próprio para equacionar-lhe os problemas — portanto, por que não viver, simplesmente, da melhor maneira, neste instante? O fenômeno colonial é fecundo na revelação de "gerações quilings", em que um grupo dominante numa coletividade aceita o papel de beneficiário e até de guardião de um status de inferioridade do conjunto, em troca de privilégios freqüentemente ilusórios.

No caso brasileiro, é óbvio que se impõe, socialmente, um formidável esforço de disciplina e educação e, economicamente, um período de sacrifícios, de redução do consumo, de mobilização de recursos e investimentos maciços altamente selecionados. Vivemos a fingir que somos uma economia de abundância e a afetar um liberalismo adequado a um processo capitalista da primeira fase — isto é, de há duas gerações — quando somos, infelizmente, uma economia de carência e estamos herdando problemas tecnológicos e sociais de um capitalismo de segunda fase, herdando-os por difusão, por convívio, sem haver amadurecido suficientemente uma primeira fase de expansão capitalista. Em muitos casos saímos, diretamente, do neolítico para os problemas de choques tecnológicos e organização obreira sem sequer ter assistido a um período de "expansão natural" de uma classe empresária. Acumulam-se em strata absurdamente próximos e comunicantes problemas de estruturas ainda em técnica neolítica, medieval, mercantilista, de organização colonial (plantation) e de um capitalismo em início de expansão e saturado, simultaneamente. Todas as idades da história convivem no Brasil, sem a menor cerimônia, e quase que sem a menor hierarquia. O coronelismo ao lado da mais desenfreada demagogia "populista", os monopólios mais estúpidos juntamente com o declarado liberalismo mais fora de propósito, a proteção a atividades econômicas extremamente deficientes — protegidas por isso mesmo e enquanto tais — ao mesmo passo da busca das inovações tecnológicas de mais elevado rendimento específico, o nepotismo, a politiquice e o bacharelismo mais primários ao mesmo tempo que a sofreguidão das tecnicidades e a pronta absorção da inteligência habilitada. Qual é o cimento

que mantém juntos, fora de qualquer hierarquia racional, êsses componentes tão disparatados da nossa situação?

Um approach para o estudo da realidade brasileira

Não constitui objeto dêste breve estudo o exame de problemas de última instância de filosofia da história — ou de filosofia, *tout court* — tais como saber se a História é o resultado necessário de um processo dialético, ou o plano em que se realizam os desígnios de uma indevassável Providência, ou uma superfície sem sentido onde os eventos se alinham desconexamente. Não constituem objeto dêste estudo embora o seu autor seja, evidentemente, guiado por determinadas concepções próprias na disposição e elaboração do material, dos dados. Embora não seja nossa intenção o exame de questões puramente teóricas, consideramos, sem embargo, razoável, esclarecer alguns pontos. Por exemplo, pensamos que não formam sentido, ao menos na forma em que estão expressas, questões de ordem metafísica tais como as que acima referimos, de se a História é um resultado necessário ou o campo da Providência. O conhecimento histórico e sociológico tem uma validade exterior às metafísicas sistemáticas que duelam por uma solução impossível.

Para a nossa posição particular, que tende a uma concepção operacional generalizada do conhecimento, é este de índole essencialmente "sociológica", isto é, é ato vital de um homem "situado", determinado por um parâmetro cultural e uma coordenada temporal. Isto suposto, não formam sentido as colocações metafísicas acríicas. Uma posição operacionalista coerente trata de ser sempre "aberta", *in fieri*; admite a precariedade de todo conhecimento enquanto objetivado e formulado, isto é, enquanto "conhecido", mas postula que o conhecer é condição própria do homem, é o seu ato vital por excelência, é o seu próprio "ser" e assume como critérios de validação, de certeza imprescindíveis ao próprio processo, aqueles critérios meramente funcionais, como os de maior utilidade, economia, não contradição interna, e previsibilidade — admitidos, aliás, de modo geral, pelas ciências exatas. Somente a busca aberta na própria realidade pode dar as categorias desta, como já havia postulado a fenomenologia mas, por outro lado, nenhuma das formulações, e muito especialmente nas ciências do espírito, pode considerar-se "definitiva", senão que mais ou menos, adequada, dados um conjunto de sinais, uma linguagem convencional e um conjunto de informações, de experiências traduzidas nessa linguagem.

Consideramos a sociedade humana como um "campo", no sentido da física, e a História como um processo. Este conceito é, evidentemente, dialético. Mas está divorciado das concepções aparentadas com as raízes hegelianas por algo que poderíamos chamar "idéia de função". Conceitos de ordem tal como "causa" e "efeito", "substância", "atributo", etc., estão contrabandeadas no próprio pensamento marxista, mesmo em idéias de índole sociológica e, aparentemente, tão novas quanto infra e superestrutura, classe, etc.

A compreensão da interação de todos os fatores, que atuam num campo dado, na resultante final, é algo de extrema importância e, no entanto, constitui uma experiência relativamente recente na história do pensamento humano. O homem levou muito tempo antes de poder dissociar sem profunda perturbação íntima a sua experiência tridimensional do mundo sensível, no qual existem "causas" e "efeitos", "substâncias" e "atributos", de noções funcionais de intenção explicativa. Não é por acaso que o extraordinário gênio grego, que lançou as bases das metafísicas sistemáticas que foram o eixo do pensamento cristão e ocidental, e que criou a lógica e a geometria que permaneceram inatacadas até bem adiantado o Século XIX, não chegou a conceber de modo algum a idéia de função, que só desabrochou no pensamento ocidental em plena época moderna, depois de iniciado o processo do capitalismo mercantilista e desaparecidas, embora embrionariamente, as tecnologias que revolucionaram todo o estilo de vida do homem em todo o mundo de modo definitivo.

Todos os fatores, no campo social, interagem reciprocamente e não tem sentido pensar num fator "em si", já que todos o são na função. Deixa de ser necessário, para "explicar" a ordem do mundo, excluir a liberdade — exigência formal numa sistemática de tipo hegeliano, da mesma maneira que deixa de ser necessário excluir a liberdade do homem, que pode suicidar-se ou assassinar uma dúzia de outros, na compreensão e utilização de uma tabela estatística de mortalidade. Daí, por exemplo, que o marxismo haja viciado a sua dialética com noções metafísicas tais como superestrutura e infraestrutura, ou classe, que contudo, consideradas sob uma luz mais funcional, juntamente com outros fatores possíveis, tomados com o peso mais indicado, seriam critérios de inestimável valor. A rigidez da explicação marxista implicou no menosprezo de fatores como as nacionalidades, que se mostrou na realidade histórica, muito mais poderosa do que a suposta solidariedade de classe.

Em resumo, acreditamos que se justifica considerar a realidade brasileira como um processo dialético multifatorial e que,

entre os muitíssimos fatores pode escolher-se um número discreto suficientemente significativo para a compreensão da realidade brasileira desde a nossa perspectiva existencial de hoje.

Esta perspectiva pode expressar-se em poucas, realmente, muito poucas perguntas fundamentais: Qual a nossa posição no mundo, como história e cultura? Por que não corresponde, a realidade brasileira, às nossas expectativas ocidentais — isto é, por que nos tornamos e continuamos a ser um país subdesenvolvido, por exemplo. Quais são as nossas chances, as nossas perspectivas para diante?

Distinguimos um número relativamente limitado de fatores genéticos para explicar como se formou, naquilo que a torna mais característica, a realidade brasileira. A escolha pode, evidentemente, ser muito precária. E', aliás, um dos nossos supostos a condição de indefinibilidade desta ordem de trabalhos. Mas, além disso, tem este trabalho de padecer dos defeitos próprios da sua índole — mero *approach*, e não estudo sistemático — é, como é natural, do autor.

O critério de escolha foi o mais empírico possível. Não nos preocupamos com as possibilidades de generalização de certos traços típicos que, elaborados segundo uma linha de sociologia formal, poderiam revelar-se características muito genéricas dos fenômenos grupais.

Ordenação dos fatores

Os fatores ou componentes originários devem considerar-se, como um todo, suficientemente específicos, embora individualmente cada um, ou vários deles, possam ser perfeitamente caracterizados em outros países dentro da mesma grande área cultural em que nos encontramos. E' inegável a vizinhança lógica que com os processos do ser brasileiro têm certas categorias amplas que correspondem à condição geral do "subdesenvolvido", como, por exemplo, a corrupção administrativa generalizada, a irresponsabilidade ideológica dos grupos políticos, a grande dispersão da renda nacional, etc. Também, é evidente o estreito parentesco com certas categorias mais restritas do "latino-americano", v.g., a posição do intelectual, marginalizado radicalmente enquanto situado em termos de autenticidade pessoal, mas amplamente "adquirido" pelo corpo social enquanto enfeito, enquanto "brilho" ou, mais recentemente, enquanto "técnico" (nesse último caso, por um processo de reação correspondente às necessidades de um desenvolvimento econômico apressadamente

importado, processo que é absolutamente similar em qualquer dos países latino-americanos).

Ressalvada a deficiência inevitável das classificações, apontaríamos como fatores estruturais básicos os seguintes, em número de 9, distribuídos por 3 classes — físico-biológicos, sócio-históricos e culturais — de acordo, exclusivamente, com um critério de maior comodidade de explicação.

> I — FATORES FÍSICO-BIOLÓGICOS:

- 1 — estrutura geográfica dispersiva e celular;
- 2 — pobreza de recursos, particularmente de fatores primários de produção;
- 3 — tendência ao nivelamento ecológico, pela facilidade relativa de sobrevivência e pela grande dificuldade de transformação deliberada do contorno, ou seja, pela ação de fatores positivos e negativos de estímulo que têm como nível de equilíbrio a sobrevivência pela adaptação física.

> II — FATORES SÓCIO-HISTÓRICOS:

- 1 — processo de formação duplamente marginal, como área marginal em relação a uma matriz, por sua vez marginal em relação aos focos do seu processo cultural e de sua condição histórico-econômica.
- 2 — esclerosamento das estruturas sócio-econômicas originárias, processo correlato à marginalização, mas que, no caso brasileiro, e segundo o critério de escolha aqui adotado, pode considerar-se isoladamente.
- 3 — solidariedade das estruturas e relações sociais institucionalizadas com a condição tecnológica e conjuntural do capitalismo mercantil marcado pelas características de transição do débil feudalismo agrário peninsular.

< III — FATORES CULTURAIS:

- 1 — Os *weltanschauungen* da cultura dominante e das subsidiárias no processo formador;
- 2 — limitação da lógica interna dos aportes culturais e das linguagens (sobrevivência dos processos mágicos, etc.; o paralogismo generalizado das estruturas internas; a não-responsabilidade lógica e empírica dessas estruturas);

- 3 — a carência de projeto: a finalidade estrutural, deterioração dos processos de eticidade, irresponsividade aos estímulos de engajamento e solidariedade, fragilidade do mecanismo do coletivo.

Vale acentuar, à margem desse esquema, que a separação entre os fatores sócio-históricos e culturais, como é óbvio, tem muito de arbitrário. Justifica-se, porém, pela utilidade da distinção da maior objetividade empírica do social e histórico, pela predominante importância do fático, neste caso, ao passo que, para o cultural, o acento tônico se vê deslocado sobre a relação íntima homem-ideia.

II. FATORES FÍSICO-BIOLÓGICOS

Os fatores físicos são de um grau extremo de objetividade. Consideramo-los da maior importância para a boa compreensão de algumas das categorias fundamentais do ser brasileiro e não encontramos nenhuma explicação razoável para o fato de, até esta data, no que conhecemos, não se ter levado a cabo nenhum estudo sistemático e de conjunto sobre esses fatores.

Estrutura geo-econômica

A topografia dispersiva e celular foi a mais forte condicionante do nosso crescimento histórico. E até hoje é válido dizer que o Brasil é um país sem vias naturais de penetração. Três quartas partes do país são constituídas por um planalto de formação geológica muito antiga e pobre de terras de boa qualidade, como, igualmente, de recursos minerais economicamente adequados às tecnologias até hoje desenvolvidas. É uma verdadeira couraça — um escudo cristalino, como notou a observação germânica de Mach. Para o Norte, na zona litorânea, adoça-se a topografia — o Nordeste é uma peneplanície — mas, em compensação, a zona entra dentro de uma faixa desértica em que as condições para o desenvolvimento de uma civilização devem considerar-se das mais precárias.

Com a única exceção do Amazonas, não existem grandes vias naturais de penetração. Os rios voltam-se para a Bacia Amazônica ou para o Prata, ou são tangenciais à costa. Os poucos que se apresentam navegáveis para o Atlântico, são-no em reduzido trecho, logo cortado, nas encostas do planalto. Mesmo o São

Francisco — o mais brasileiro dos rios brasileiros — não foge à regra. Corre paralelo à costa, é cortado à distância relativamente pequena do seu desagudouro e banha, com a sua bacia, uma região em parte semidesértica e, na maior parte, muito pobre de recursos. Quanto à Bacia Amazônica, é fora de dúvida que, até hoje, constitui muito fraco chão para o arraigamento de uma cultura. As terras altas são savanas pobres, entrecortadas por enrugamentos que dificultam ainda mais a circulação fora dos rios, por sua vez cortados de corredeiras ou quedas. As terras baixas, cobertas por uma floresta custosamente devassável, são impróprias para a agricultura, salvo mediante o emprêgo de meios tecnológicos em escala economicamente impensável. Uma vez postas a descoberto, são rapidamente laterizadas pelo violento processo de lixiviação e oxidação que se origina da violenta exposição e da excessiva e constante precipitação. O homem — como a experiência histórica o demonstra, aliás — não transforma a natureza, no Amazonas; para sobreviver, transforma-se em natureza. Vive em equilíbrio ecológico, obedecendo à pauta que lhe dá o contorno. É incapaz de criar instrumentos para dominá-lo. Recebe, de fora, aqueles instrumentos que lhe multiplicam um pouco os escassos meios: o rifle, o facão, o antipalúdico. Economicamente está condenado a depender de uma atividade extrativa sempre de pequeno rendimento específico e a sua "cultura" está estrita e agudamente sujeita às variações dos termos de troca dos poucos produtos que pode obter da natureza. A importação de um pouco de cultura desde uma matriz absolutamente estranha custa sempre um desenfreado exacerbamento da exploração do homem-coletor, reduzido a condição pior do que o indígena em relação à feitoria mercantil, por isso que este constituía um proletariado externo com um patrimônio cultural próprio, ao passo que o homem-coletor se via lançado a uma condição de indígena interna embora pertencendo, em princípio, ao mesmo horizonte de cultura do que o seu feitor. A vida do seringueiro e do castanheiro tem sido tema de amplo tratamento literário e dispensa insistamos no assunto. A edificação dessa Paris equatorial importada até nas pedras, que é Manaus, com esse prodígio de conspícuo que é a Ópera, às custas dos termos de troca de saqueio devidos ao efêmero monopólio da borracha, exemplifica incisivamente o que afirmamos.

A cultura nos banhou — e continua até hoje a banhar-nos — pela orelha atlântica. A parte potencialmente mais rica do país não foi a que primeiro se desenvolveu. O português não era — e já examinaremos este ponto com mais vagar — não era *settler*, mas mercador, feitor e, num momento histórico relativamente pos-

terior ao auge da expansão lusa, que é mercantilista — descobre uma vocação de senhoria feudal, apoiada na técnica da *plantation*.

A topografia torna difícil a penetração e o planalto, na região meridional do país, só depois de bem entrado o século XIX é que toma impulso capaz de fazer inclinar-se a balança do desenvolvimento nacional para o Sul. O povoamento das férteis regiões de São Pedro inicia-se pela costa mas só ganha sentido quando os sertanistas de São Paulo — os últimos, por sinal — logram vencer os campos gerais, de Curitiba para o Sul, coalhados por sucessivas dobras difíceis de transpor. Curioso é assinalar que a maior importância de São Pedro e Viamão estava nas pastagens para o gado, tendo importância privilegiada os mares — o que quer dizer que as planícies férteis, fornecedoras de carne e transporte, já no século XVIII podiam legitimamente constituir objeto de cobiça desse núcleo populacional extremamente dinâmico que gerara em seu seio o milagre das Bandeiras, que havemos de examinar depois.

Não fora o receio de generalizações apressadas, diríamos que o Brasil é formado por um grande número de coágulos de população e de cultura, cada um dos quais seguindo, com autonomia bastante grande dentro de e até o limite imposto pelo seu contorno, o próprio processo dialético da sua lógica interna, em termos do a que Toynbee chama desafio e resposta. A verdade, de qualquer forma, é que a integração entre esses coágulos é mínima e, quando ocorre em grau mais acentuado, deve-se quase sempre à influência de fatores extrínsecos, particularmente à pressão das estruturas urbanas, particularmente acentuada na fase, em que nos encontramos, do processo capitalista.

Pobreza de recursos naturais

Deste primeiro fator elementar da dispersão e celularidade passamos insensivelmente ao fator pobreza de recursos naturais. A dispersão é, também, em sentido restrito, uma forma de pobreza de recursos, porquanto é condição de limitação da mobilidade e da atividade do homem sobre a terra. Num sentido mais restrito, podemos distinguir os seguintes tipos de pobreza de fatores naturais: pobreza do solo para a agricultura, pobreza de recursos minerais, inclusive metais, e pobreza de fatores energéticos. O critério de pobreza é sempre tomado em função, como é natural, dos dados conhecidos e das tecnologias economicamente adequadas.

A compreensão da carência generalizada de fatores que nos caracteriza é relativamente recente, embora já Saint Hillaire houvesse notado que a terra fôra julgada rica e era pobre, enquanto que o natural, tido por estúpido, era inteligente. E' provável que esse impacto esmagador que, ainda hoje, causa a floresta tropical no ânimo de quem nela penetra, haja sido o responsável pelo otimismo que atravessa 4 séculos, desde o primeiro cronista, a escrever que "em se plantando, dar-se-á nela tudo", até homens da seriedade de um Calógeras ou Oliveira Viana, para não tomarmos como representativo o Conde de Afonso Celso. Os que viam as dificuldades tendiam a lançar as culpas sobre a aspereza selvagem ou a juventude da terra. No entanto, esta é pobre, muito pobre, salvo por algumas manchas de decomposição de diabase — a terra roxa e o massapé, sobre cujos coágulos veio lagarteando uma agricultura espoliativa. E não é só a pobreza específica de terras pouco húmusas, em geral ácidas e carentes de potássio e fósforo. E', também, a pobreza no tempo, a rapidez no empobrecer. A erosão, a lixiviação e a oxidação superficial são constantes e violentos fenômenos, entre nós, resultantes da condição do trópico. A agricultura de mera sobrevivência, como a do índio, apesar do emprêgo do fôgo, não afetava o solo, em virtude da pequenez das parcelas utilizadas, sempre abraçadas e dominadas pela floresta circundante.

Os cultivos de "civilização", contudo — entre os quais ocupam posição especialíssima os cereais — exigem grandes áreas abertas, regularidade da exploração, superfícies o mais possível planas. A produtividade de glebas nestas condições, entre nós, resente-se vivamente com pouco tempo. Mesmo as culturas arbóreas, as mais adequadas às características gerais das nossas terras, cansam rapidamente a terra, e basta examinar a migração do café, ativa ainda em nossos dias, para compreender a gravidade e generalidade do problema. Que, aliás, diga-se de passagem, não é só nosso, pois interessa em comum a tôdas as regiões tropicais do globo.

A pobreza do subsolo — a que, no entanto, se prenderam tantas bucólicas esperanças até a geração posterior à Primeira Guerra Mundial — é ainda mais grave. O embasamento de rochas cristalinas antiquíssimas sobre que repousa esse misto de milagre e *quid-pro-quo* que é o Brasil, é das formações geológicas menos mineralizadas do mundo. A comparação com a perdulária riqueza dos Estados Unidos, no que refere a qualquer dos três fatores físicos originários por nós apontados, é esmagadora. E' verdade que temos grandes reservas de minérios de

ferro — supostamente as maiores do mundo, como não podia deixar de ser — e de outros poucos minerais de grande importância, e que, se — sempre se — o problema da energia em grandíssima escala vier a ser resolvido pela energia atômica (da qual se supõe, naturalmente, que temos de ser ricos), e se os processos de redução do ferro e de outros metais pelo hidrogênio, ou por outros meios, puder aplicar-se, comprovadamente, em escala gigantesca, então poderá viver o Brasil a sua grande aventura do capitalismo industrial, com século e meio de intervalo.

A verdade, porém, é que as nossas deficiências são terríveis, muito particularmente no que refere a fatores energéticos. O processo capitalista da expansão industrial pode traduzir-se, simplesmente, em termos de carvão e ferro. Só de carvão produzem os Estados Unidos um número de calorías superior a 300 vezes o nosso, ou seja, mais de 100 vezes *per capita!* De petróleo, é excusado falar. Se quiséssemos computar o consumo total de energia por habitante, veríamos a última cifra muito aumentada. Já veremos que outros fatores são corresponsáveis pelo nosso processo de desenvolvimento em estado de carência, nessa condição de "subdesenvolvidos", que transcende o seu mais restrito significado econômico para tomar tintas metafísicas de destino. Existem fatores que não têm permitido a utilização máxima dos recursos dentro dos limites mais amplos das melhores técnicas de manipulação e aproveitamento, tanto físicas quanto sociais. Mas a deficiência de elementos naturais é uma constante que potencia todos esses fatores. Tivesse o Brasil, como os Estados Unidos, fabulosas reservas de ulha abraçando, em arco, desconhecidos depósitos de minério de alta qualidade, e a siderurgia que, por ato real, numa intuição de planejamento, vieram Eschwege e Varnhagen implantar entre nós, seria uma realidade de dezenas de milhões de toneladas por ano, sem qualquer sombra de dúvida.

Nivelamento ecológico

São relativamente frequentes, entre nós, julgamentos de base voluntarista sobre a nossa condição, como se fôssemos o país do cartório, do coronel, de bacharelíce, por um mero ato de opção, como se essa condição decorresse da *mauvaise foi*. Não negamos, à vontade, o poder transformador do mundo e, inclusive, vamos adiante e julgamos que o nosso problema é sobretudo um problema de projeto e decisão. Mas a verdade é que, embora o cartório, o coronel, a bacharelíce, sejam categorias de uma reali-

dade que oferece uma inércia própria e grande à transformação, não é menos verdade que esta realidade é a resultante dialética da interação de certo número de fatores determinados por um contórno definível em termos dos três fatores que indicamos e dos quais nos falta ver o último, logicamente dependente dos dois primeiros.

Referimo-nos à soma de estímulos positivos e negativos que tendem a forçar o homem a viver em nível de equilíbrio ecológico, transformado em natureza, e não como transformador da natureza. Estamos, é claro, longe dos excessos simplistas das interpretações em termos de clima ou de condicionamento estético da cultura pelo ambiente. Já demasiado explorada tem sido a suposta condição tropical do brasileiro, condenado à preguiça, à falta de ambição, à falta de operosidade criadora, ao devaneio imaginativo. Há, no entanto, um fundo de verdade, nisso tudo, que merece a nossa atenção.

A vida no Brasil é, e sempre foi, relativamente fácil. A elaboração de cultura, a transformação do contórno, porém, é extremamente árdua e difícil. A terra é pobre, por exemplo, mas não tanto, salvo raríssimos casos, que torne problema sempre presente e grave a sobrevivência. Os anátemas com que fulminou Monteiro Lobato a mandioca — principal cultura do índio e de importância decisiva em todo o curso do nosso processo de desenvolvimento — como grande responsável pela apatia do Jeca Tatu, embora profundamente injustos, são altamente ilustrativos. O Jeca Tatu desapareceu de São Paulo, aliás, em consequência de um processo espontâneo de desenvolvimento econômico que automaticamente proporcionou os estímulos educativos e os meios de integração que recuperaram ou destruíram esse resíduo marginal de um longo processo de crise.

A mandioca, fácil de plantar, de guardar, de transformar em farinha, produtiva, rústica, é bem um símbolo da condição paradisíaca entrevista pelos que primeiro chegaram a estas plagas, e é com perfeita justiça que a Confederação Rural Brasileira escolheu por emblema a sua fôlha palmada. Mas todo o esforço de vencer a natureza é heróico, entre nós. A simples abertura de uma estrada, a subida do Planalto, em que está o Brasil, segregado pelas ásperas encostas, dos portos que lhe abrem o mundo, a "derrubada" para liberar uma gleba de plantio. Quem conhece de perto a labuta do nosso homem do interior fica realmente edificado com o espantoso estoicismo com que se dedica êle ao heróico trabalho de improvisando quase que a partir do nada, manter em funcionamento essa cultura importada e aplicada ao país como uma decalcomania. Os colonos de sol a sol, o moto-

rista de caminhão pelas estradas de anedota, o operário no calor insuportável das máquinas e do clima — todos sem, ou quase sem — os menores frutos com que a nossa cultura adoeceu a condição material da vida humana, fazem-nos pensar na muita razão que tinha o índio que julgou loucos os franceses de Jean de Lery por passarem a vida a correr riscos e trabalhos na acumulação de bens de que outros gozariam.

Apenas o projeto pode justificar e informar a transformação da natureza e, naqueles lugares em que êle não se cristaliza espontaneamente, em virtude de um processo de resposta a um desafio não paralisador do meio (como seria o caso das regiões de inverno bem marcado mas de clima suportável sem um excessivo esforço de adaptação), o projeto só pode aparecer com eficácia em consequência de um elaborado e difícil processo de compreensão do mundo e opção, em geral função de grupos representativos e restritos. Na verdade, por que um homem do nosso interior, em particular de há alguns anos para tras, haveria de ser um ativo transformador do contórno, se no seu weltanschauung isto teria necessariamente de aparecer como um esforço privado de sentido, dada a ausência de estímulos físicos e a falta de apetecibilidade dessa transformação?

A fisionomia econômica do Brasil revela hoje, com a maior clareza, em contra relêvo, as linhas impressas pelos três fatores físicos. Somos um país de multidão de pequenos mercados celulares, quase estanques, vedados à circulação ativa de bens e apenas franqueados por aquelas mercancias que suportam, naturalmente ou em virtude de um processo de carência, altos termos de troca finais. Em muitos pontos do interior do país utilizadas elementares, como uma garrafa de cerveja, custam 3, 4 e mais vezes o que paga o consumo dos grandes centros, situados na periferia atlântica meridional. Produção econômica, isto é, capaz de prestar-se a tráfico somente pode ser aquela que suporta, igualmente, altos termos de troca relativos. A história da civilização brasileira é, de certa maneira, a história dos termos de troca dos seus produtos de exportação: pau brasil, açúcar, fumo, café, borracha. É tão óbvia essa correlação que dispensa maior insistência.

Por outro lado, a inexistência de mercados potenciais suficientemente amplos, senão que multidão de pequenos mercados coagulados, como é a nossa realidade, é tremendo óbice ao processo de concentração capitalista, base da expansão industrial. A este fator se soma a pressão negativa da conjuntura, partida de áreas de maior concentração capitalista e expansão industrial, que

assumem, de fato, a relação de metrópoles a colônia. A estrutura celular e dispersiva do país funciona a favor dessa pressão. Certas regiões do país estiveram, por muito tempo, e, em alguns casos, ainda permanecem, desligadas do centro de gravidade político-econômico do todo. O Norte e o Nordeste, por exemplo, até há relativamente pouco tempo, tinham todo o seu metabolismo econômico orientado para além mar, especialmente para Portugal e Inglaterra, e é sabido o risco que a preponderância dos interesses metropolitanos representou por ocasião da Independência. Extensas zonas do Oeste, marginais à Baía do Prata, estão ainda hoje mais diretamente integradas, no que refere ao regime econômico, com a Argentina, do que com as áreas metropolitanas internas, v. g., São Paulo.

O processo de expansão industrial teve de assumir, entre nós, um caráter particularmente espoliativo — embora tenha sido esse um fenômeno necessário, e não lamentável. A eficácia marginal dos investimentos teve, e tem, de ser anormalmente elevada em relação a outras áreas de maior capitalização. A rentabilidade marginal de qualquer operação na corrente — fisicamente sobrecarregada e estrangulada — de tráfico, tem de ser necessariamente alta. Sem isto, não poderíamos manter o arre-mêdo de civilização importada que ostentamos “janelas para fora” ou, como familiarmente se dizia em outros tempos de um capitalismo mais ingênuo e direto, “para inglês ver”.

III. FATORES HISTÓRICO-SOCIAIS

Formação marginal

Não negamos a influência de outros fatores nesse comportamento econômico, como se verá mais detidamente adiante. Não negamos, em especial, a importância de certos vícios de ordem psicológica, ou da herança histórica de uma condição inflacionária crônica, com sobrecarga de gastos públicos e saqueio sistemático de todos os canais originários de produção, legado de Portugal, país morto, do ponto de vista do processo de expansão capitalista, há 4 séculos. Quanto a isto, têm uma certa razão — e já lhe examinaremos melhor os porquês — aqueles que procuram estabelecer uma correlação positiva entre a colonização portuguesa e alguns dos mais graves vícios estruturais que nos afetam. Isto não se deve, no entanto, à suposta inferioridade imanente, racial ou cultural, do português, povo admirável pela

energia e com uma semente dinâmica em nada inferior a de quaisquer outros, como o provam os extraordinários fenômenos dos Descobrimentos e, posteriormente, no Brasil, das Bandeiras. A verdade é que o horizonte vital do povo português se esgotou e suas estruturas institucionais se esclerosaram há 4 séculos, antes de que amadurecesse no tempo a possibilidade da grande expansão capitalista industrial. De meados do século XIV para cá, Portugal deixa de dar a tônica. Sua evolução interna é reflexa e se processa por satelitismo de sistemas exteriores e independentes econômica e socialmente. Portugal está marginalizado. E não deixa de ser curioso que esteja como marco, exatamente lá pelo momento em que começa verdadeiramente a expansão interna do Brasil, a perda da independência portuguesa, às mãos da Espanha.

A hipótese do esgotamento físico tem muita razão de ser, embora, em nossa opinião, deva examinar-se a *challenge and response* em termos do maior número possível de fatores. E' impressionante o que conseguiu fazer, com uma técnica rudimentar, mal saída ainda do medievo, esse povo que, na avaliação de Costa Lôbo, apenas somava, ao raiar do século XVI, menos de metade da população atual de cidades como o Rio ou São Paulo!

Consideramos o primeiro dos fatores sócio-históricos, precisamente, a marginalização de Portugal em relação aos focos vivos de sua cultura — no sentido amplo, abrangendo tôdas as formas de convivência, inclusive as econômicas — e a concomitante marginalização do Brasil, durante o seu processo de formação, ante a matriz portuguesa. Esse mesmo fenômeno persistiu depois da Independência, com a transferência da função metropolitana de uma área externa para outra, interna, a Côrte. As relações mudaram de gênero, sem dúvida, mas a relação metrópole-colônia é exatamente a que se verifica hoje entre a pequena parcela de território, de menos de 1% do total do país, em que se encontram o Rio e São Paulo, altamente desenvolvidos, integrados num ativo sistema capitalista e gozando da maior parte da renda nacional, e o resto do Brasil, muito particularmente o Nordeste. Esta metrópole interna está, por sua vez, marginalizada, econômica e culturalmente. No caso de Portugal que, em grande parte, vivia do tráfico, os centros que lhe compravam as espécies e lhe vendiam as manufaturas que iriam, mais tarde, revender as caravelas lusas, eram o Continente, especialmente a Flandres, a Alemanha e a Inglaterra. A dependência em relação à Inglaterra acentuou-se com o tempo e culminou nos princípios do século XVIII. Methuen é um verdadeiro pacto colonial.

Soma a margem da margem.

Para manter essas condições artificiais, recorreu Portugal às práticas mais espoliativas, que atingiram um ponto de máxima gravidade em meados do século, no auge do ciclo de ouro e dos diamantes. A metrópole reduziu o monopólio ou estancou, praticamente, tôdas as atividades econômicas de alguma importância, proibiu e destruiu manufaturas, de tecidos e forjas, coibiu certas atividades da agricultura e da pecuária (particularmente na região de Minas Gerais), impediu, rigorosamente, a abertura de estradas e caminhos. Tudo quanto podia ser taxado, era-o, e violentamente. Portugal mais e mais acentuava o seu caráter de parasita, vivendo às expensas de um organismo sem lhe dar coisa alguma em troca. Mesmo culturalmente Portugal, da morte de Camões a meados do século passado, isto é, num intervalo de três centúrias durante o qual se plasmou o Brasil, com suas qualidades e defeitos, não tem sentido, é um deserto. De qualquer maneira, o Portugal do nônio, da "escola" de Sagres, morreu nos al' ores do século XVI. Camões já olha para trás, e sua intuição poética vale por muitas demonstrações. No século passado a recuperação de Portugal é literária. Desperta-se do letargo de 3 séculos com uma consciência problemática, ainda que esta não tivesse propriamente compreensão de que o era. Os ventos novos do século, a invasão napoleônica, a oscilação das velhas estruturas esclerosadas sobre a própria base baixo a tormenta liberal, tudo isto levou as novas gerações portuguesas, a partir do período romântico, a procurarem explicar-se como destino e significação. O único campo próprio de expressão aberto a essas gerações era a atividade literária. O heroísmo colonial tornado arremêdo, a aventura industrial impossível dentro do exíguo campo de possibilidades do país, a ausência de ambiente e até de repertório apropriado para outros gêneros de atividades e, em especial, para as científicas restringe a intelligentsia portuguesa a uma condição de literatura distendida até as fronteiras do publicismo.

Já no Brasil, apesar do processo de marginalização e dupla marginalização das estruturas internas e da predominância do literário como forma máxima de expressão, começam a sentir-se, desde meados do século XIX, pruridos de diferenciação do campo criador das gerações sendo particularmente ilustrativo o fenômeno Mauá, tanto pelas possibilidades internas da experiência capitalista de grande porte como pelo fracasso devido à resistência de uma sociedade senhorial e agrária ao processo de desenvolvimento econômico de natureza capitalista e urbana que lhe vinha ameaçar o equilíbrio sólidamente mantido por inércia.

O processo de esclerosamento

O segundo sócio-histórico já se vem entrevedo nas análises acima. O esclerosamento das estruturas e relações sociais institucionizadas originárias é fenômeno que entendemos de grande universalidade. Sempre que o elemento dinâmico de qualquer corpo social decai, as estruturas dominantes tendem a equilibrar-se e enrijecer por inércia. Aliás esta ação de inércia se traduz em tôdas as estruturas e a todos os momentos, e parece ser a responsável pela tendência, das estruturas-meio, a se transformarem em estruturas-fim, observada por Manheim. Se isto corresponde a um processo psicológico de amplíssima generalidade, modo geral de que o nosso caso é apenas uma particularização, é coisa que não poderemos discutir aqui, embora tudo indique que fenômenos sociológicos desta ordem possam ser explicados dentro de critérios de maior generalidade e economia pelo recurso a noções operacionais, como, para a ciência econômica, fez Keynes com a concepção de propensões ou leis psicológicas.

As estruturas herdadas — e também as da metrópole — tenderam a estratificar-se, uma vez esgotado o pequeno campo de desenvolvimento das suas possibilidades dialéticas internas. Destas estruturas podemos referir-nos à estrutura político-administrativa, altamente centralizada e irresponsável, válvula de escape da parte menos ativa — da "classe média" da fidalguia — estrutura na qual se encontra o germe da "cartorialização" futura do país; às relações e hábitos de senhoria, ideal até do labrego que deixava a terra por arriscadas andanças em América, que marcou, definitivamente, o instituto da propriedade fundiária entre nós; a inescrupulosidade de conquistador e mercante, que não pode ser entendida como explosão de um Renascimento — que mal o teve Portugal — mas como resultante de uma vida comunal relativamente débil, pobre mesmo, no que refere à agricultura, somada à exaltação dos instintos de preia pelas prolongadas lutas contra a mouraria.

O português nunca foi o setler e o Reino houve de recorrer a rijos ilhéus quando as necessidades militares o compeliram a povoar o litoral do Sul, de Santa Catarina ao Pôrto dos Casais. O labrego só nos veio para a lavoura muito tarde, como imigrante, escassamente e em condições muito especiais, como empregado de pequena propriedade rural suntuária ou horticultor. Não tivemos, aliás, o setler que, entre nós, até há relativamente pouco tempo, era um marginal das estruturas tradicionais da propriedade rural. Este ponto será, aliás, novamente examinado mais adiante.

Solidariedade das estruturas

Quanto ao terceiro fator que nomeamos, isto é, a solidariedade das estruturas com a condição tecnológica e conjuntural do capitalismo mercantil luso, marcado pela transição de um superficial feudalismo agrário, constitui evidente decorrência lógica dos anteriores. A preocupação do português que aqui aportava retratava-se muito bem no famoso conselho do Bispo de Leiria: "Vai, degredado, para o Brasil, de onde voltarás rico e honrado". O peninsular e, em especial, o português, não tinha hábitos fabris sobre os quais pudesse fundar-se um capitalismo industrial. Também não era tipicamente comerciante, como os mercantes de Flandres ou da Hansa, e das cidades italianas. Estava a meio caminho entre o conquistador militar e o comerciante, e sua criação mais típica é a feitoria. Não ligava, portanto, a ideia de enriquecimento ao desenvolvimento de uma técnica determinada e ao exercício de uma atividade por um dilatado período de tempo. Ao contrário, para ele a chave da riqueza era uma mescla de arrôjo e rapinagem, misto de comércio e assalto, bafejado pela sorte. A ida de uma armada às Índias era isso: expedição militar — e brava sacramentada por um cristianismo barbaresco e epitelial, operação de comércio rudimentar, e aventura, em que a sorte podia decidir tudo ou nada. Um pouco desse espírito permaneceu até hoje entre nós, sendo patentes no cotidiano os vestígios do gosto da improvisação e do precário, e do "golpe".

A extração do pau-brasil, nos primórdios da nossa formação, revela assaz claramente essa condição, para que nos preocupemos em demonstrá-la mais ao por miúdo. Mas a própria cultura da cana, que modelou a nossa fisionomia na primeira fase da Colônia, mau grado o seu papel como fixador do primeiro estrato de cultura ocidental em nosso solo, também mostra, inicialmente, muito de aventura. Já notamos em outra parte deste trabalho que o açúcar acusa nitidamente a queda dos seus têmos de troca. Decai pelo curso do século XVII até estabilizar-se numa condição de crise crônica. A fundação do engenho é quase que um ato militar, sem que nisto consideremos os aspectos de préia do índio ou da compra do escravo caríssimo, trazido às nossas praias por um tráfico aventureiro; o aspecto político é igualmente importante: a sesmaria equivale a um título nobreza para os que não no têm. Produzido o açúcar, estabelece-se um verdadeiro sistema de saqueio: a violenta exação da metrópole, os abusos dos capitães de navios e armadores, a ação dos intermediários na corrente de tráfico de um produto que, ao chegar ao consumo final, havia multiplicado grandemente os seus pre-

cos. O produtor de açúcar não aparecia, assim, como "produtor", mas como homem em busca de status, de senhoria — que, em outra ocasião, lhe poderia ter sido dada por uma aventura militar ou uma feliz expedição às terras das espécies — e que, de qualquer forma, estava mais profundamente ligada a um complexo de relações institucionalizadas do que ao exercício regular de uma atividade econômica.

O hábito de uma alta rentabilidade específica de cada operação é uma decorrência lógica dos supostos de uma tal atitude. A compreensão da riqueza é, por sua vez, definidamente mercantilista. O problema não consistia em ter uma alta relação de produção e consumo, mas em acrescentar reservas sob a forma de metais preciosos.

É certo que estas observações não podem restringir-se exclusivamente aos portugueses mas, de modo geral, são igualmente válidas para todos os povos europeus em expansão no período considerado. A verdade, porém, é que, no que refere a Portugal, houve um processo de esclerosamento. Numa época em que a Inglaterra, a França e a Holanda desenvolviam as manufaturas, o que já prenuncia a Revolução Industrial, Portugal continua a viver do saqueio das nossas riquezas naturais e do tráfico dos nossos produtos com destino aos países que se industrializavam, em especial a Inglaterra, que mantinha com o Reino relações praticamente de metrópole a colônia. Nenhuma preocupação pela melhora das condições de criação de riqueza. Estancos e monopólios cada dia mais abusivos, e um mecanismo de Estado demasiado desenvolvido, pesado e oneroso para as possibilidades do Reino, o que ainda mais se exacerbava com os defeitos, que teriam de mostrar-se naturalmente em tal condição, de ineficiência e incapacidade administrativas.

Ainda ao inaugurar-se este século, quando as necessidades originadas por indução ou imitação dos países industrializados, o crescimento de uma classe média oposta à aristocracia rural que dominara o país durante o Império, e a crise nascida da conjuntura exterior desfavorável fariam supor a canalização das energias nacionais para um processo de desenvolvimento industrial, (prenunciado, aliás, primeiro pela época de Mauá e, depois, pelo Encilhamento) vemos a derrota da classe média ante os interesses de uma aristocracia de fazendeiros e uma burguesia mercantil solidárias com o sistema de grandes culturas para exportação de matérias-primas e importação de bens de consumo e inconscientes de que um tal sistema sofre de limitações intrínsecas que rapidamente se revelam numa economia em expansão. Assistiu o país, simultaneamente, à efêmera aventura da borracha, *mutatis*

mutandis, comparável à do açúcar, do pau-brasil ou das partidas de recoleção de espécies. E viu, ainda, desaparelhado, embora, por completo, de meios de controle econômico racional, uma experiência "dirigista" de defesa dos termos de troca do produto que era a vida da aristocracia fazendeira, o café: referimo-nos ao Convênio de Taubaté, em 1906...

Parece-nos suficientemente ilustrado como as estruturas mantêm fiéis a processos e atitudes econômicas superadas e como não revelam qualquer semente inovadora ou criadora. Mesmo a simples renovação tecnológica, objeto de constante induzimento por imitação e propaganda, encontra a maior inércia possível e quase que somente vinga como último recurso, depois de esgotadas todas as possibilidades dos processos tradicionais. A nossa agricultura é toda uma imensa afirmação disso.

IV. FATORES CULTURAIS

A cosmovisão

O exame dos fatores culturais no sentido mais estrito exige certa cautela contra generalizações demasiado fáceis. Já nos referimos, de passagem, ao estudar os fatores físicos e sócio-históricos, a determinadas peculiaridades de ordem psicológica do elemento humano formador do país. Quando nos reportarmos a peculiaridades dessa índole, da mesma forma que quando considerarmos fatores de ordem ideal, não implicamos, queremos deixar bem claro, a suposição de uma "natureza humana" de tipo especial, imanente, determinada por condições climáticas ou raciais. Descartamos por completo da nossa interpretação a idéia de limitações ou peculiaridades inerentes ao homem pelo fato de pertencer a tal grupo racial, haver nascido em tal ou qual latitude, e assim por diante. Concordamos, como Scheller, em que o homem tem um infinito repertório de possibilidades que só se atualiza dentro da cultura. Esta é um campo aberto, na medida mesmo que é o próprio terreno da liberdade, mas nem por isso pode deixar de considerar-se um repertório objetivo, com formas específicas e um lógica própria de cada conjunto de formas, de certo modo exteriores, extrínsecos, "dados" ao homem.

É a esta noção do "homem em situação" que recorreremos quando nos referirmos às qualidades e virtudes do português e dos demais elementos da nossa gênese, quando procurarmos delinear esquematicamente as atitudes fundamentais, os supostos e as perspectivas da maneira pela qual vêm o mundo.

As dificuldades de uma análise extensa seriam extraordinárias, por isso que, em sua consciência, implicaria ele na exaustiva ponderação de um número avassalador de dados e elementos de juízo, e ainda assim dificilmente seria possível, com o necessário espírito científico, determinar as condições de validade e a utilidade de previsão das eventuais conclusões. Mas cremos possível, contudo, extrair da paisagem multivoca da realidade espiritual brasileira certos traços típicos cuja constância e vigor relativos permitem tomemo-los como elementos de caracterização, distribuídos pelos 3 grupos de fatores que apontamos.

A cultura dominante foi, incontestavelmente, a portuguesa. A península ibérica acusa fortes traços comuns para Portugal e Espanha. No que refere a Portugal, deve notar-se a característica de maior primitivismo e rudeza. Se bem seja igualmente aplicável a toda população camponesa da Europa o conceito de que permaneceu próxima do neolítico, no que diz respeito a todas as técnicas fundamentais, até depois de sensivelmente expandida a Revolução Industrial (Varagnac situa o recesso das festas folclóricas de índole estacional, revivescência das culturas pré-cristãs, como os fogos de São João, em França, por volta da década 70-80), a Península era, de modo geral, das regiões mais pobres em matéria de concentração urbana e diversificação de indústrias e de trabalho. Isto é, particularmente, verdade em relação a Portugal. Ademais, a agricultura era, de modo geral, descurada, primitiva e deficiente. Tampouco as instituições comunais é o complexo de relações feudais chegaram a ter, em Portugal, a mesma importância que no resto da Europa ocidental. Em compensação, uma nobreza de índole militar altamente empreendedora pôde desenvolver-se com função própria, ao mesmo tempo que o Estado, pelas condições em que evoluiu, por conquista interna, assumiu um papel extraordinariamente importante, que só com séculos de diferença vem a ter nos outros países.

Pode dizer-se, de modo geral, que o horizonte espiritual do português, no século XVI, era muito limitado. Estava dominado por uma religiosidade agressiva e sem angústias e por uma visão heróica do destino, que deveria integrar-se numa aventura meio militar meio mercantil, sob o carisma de uma fé pomposa e objetiva. O fenômeno do sebastianismo e do aparecimento, na literatura portuguesa, do único grande épico da poesia de um momento entre todos épico na história do Ocidente, são mais do que ilustrativos da fome de grandeza presente na alma lusa — como, aliás, com outras cores, também na espanhola.

A rudeza, a coragem, a resistência do português são, também, legendárias. Só um povo extremamente rústico poderia le-

var a cabo as navegações e conquistas que encheram o século XV e o comêço do XVI. Tal rusticidade indica uma condição muito primitiva. Pode dizer-se, mesmo, sem receio da anedota, que em muitos casos houve um verdadeiro processo de aculturação de portugueses. João Ramalho é um exemplo expressivo. O português fundia-se, adotava muitas das técnicas fundamentais dos grupos com que tinha contato íntimo. No que refere à agricultura, pelo, menos, certamente adotou os limitados processos do nosso índio. A influência do negro no complexo de instituições da vida familiar foi, por sua vez, decisivo.

Não podemos seguir aqui este exame de dados que constituem material corrente e abundante da nossa sociologia. É-nos suficiente ressaltar, a título inicial, estes pontos: visão do mundo como expectativa de grandeza e aventura, primitivismo e rudeza, experiência em extremo limitada de quase todos os horizontes de atividades elaboradoras ou transformadoras do mundo pelo exercício continuado ou desenvolvimento de técnicas de ação sobre as coisas. De modo geral pode dizer-se que as expectativas de consumo de bens enquanto manipulação do homem, enquanto elemento de conforto e, particularmente, enquanto consumo não conspicuo, era mínima para o português. Esta, aliás, parece ser uma característica econômica comum a todos os povos "primitivos" postos em contato com outros de relação de consumo-produção nitidamente mais elevada.

Este é um traço que herdamos e ainda hoje temos oportunidade de notar o fenômeno "Cadillac" em lugares nem sempre muito remotos do nosso interior, em que gente abastada tem um desses carros de luxo à porta e não sente a menor privação de uma geladeira ou de outro objeto de conforto, que poderia ter sem a menor dificuldade. Isto, apesar da penetração do cinema, do rádio e das revistas, notáveis fatores de incitação e generalização do consumo.

Outros aspectos da atitude do português ante o mundo, aspectos que, pela constância, poderiam considerar-se típicos de um *weltanschauung* luso, podem apontar-se. Um, de importância bem definida, em nossa opinião, é a relativa debilidade do coletivo e a substituição de formas de integração pelo convívio por outras em que esta se faz pela autoridade. É possível que o papel relativamente secundário da agricultura e das instituições ligadas à vida rural, e a ênfase de relações forçadas de autoridade de ordem militar houvessem pesado muito para sublinhar estes traços do português. É sabido que o português, embora não disciplinado, disposto à aventura e certamente bravo, aceita com certa apatia — como tocado de "fatalismo" — as relações de autoridade, especial-

mente em termos de Estado. A perda da independência de Portugal, mais de meio século, ante a Espanha, precisamente num momento em que a nação lusa havia dado ao Ocidente a sua grande contribuição de multiplicar-lhe os mundos e abrir-lhe os caminhos para a grande expansão mercantil — e num momento em que tinha, ademais, clara consciência desse destino histórico, como o demonstra a épica camoniana, indica claramente que o português, enquanto povo, que recebeu o novo estado, por assim dizer, através do mecanismo de Governo, reagia mal e lentamente às mudanças que lhe vinham através do mecanismo institucional, como se não tivesse o horizonte do espírito suficientemente aberto para percebê-las.

Indica, além disso, algo não menos importante: a facilidade com que as elites, em virtude, possivelmente, da debilidade do processo do coletivo, e das limitações do seu repertório e da sua compreensão do destino como responsabilidade, facilmente se deixavam corromper e asservir a interesses que, numa lógica em que o agente fôsse forçado a responder de modo integral, seriam exatamente os opostos aos de sua coletividade como entendidos dentro da condição específica da cultura e do momento.

Isto justificaria, aparentemente, fôsse a análise levada a cabo em termos de dialética de classes. Mas só aparentemente porque, na verdade, não estavam em jôgo, no caso referido, as relações de ordem institucional que asseguravam uma determinada forma de estratificação, mas simplesmente a de indivíduos que, pertencendo embora, por laços objetivos a uma determinada comunidade, não eram afetados, com a necessária intensidade, pelo processo do coletivo.

A mesma apatia, a mesma debilidade do coletivo, é encontrada entre nós, de igual modo que a mesma não-responsabilidade das elites. E não de modo episódico, mas com certa constância, porque outras condições contribuem para diluir ainda mais o cimento da solidariedade do grupo, à proporção que este caminha para a máxima extensão do Estado. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, evidentemente, e admitimos mesmo que, examinadas de modo mais elaborado, estas conclusões tenham de ser, até certo ponto, retificadas. Mas é interessante notar que a história do Brasil revela muitos fatos da mesma índole: a Independência, a Abolição, a República, são "atos do Governo".

A nação responde muito passivamente às mais graves alterações, inclusive de sentido ideológico, da estrutura externa das instituições do Estado. A "opinião pública" era — e é ainda, salvo pelo que diz respeito a efêmeros processos de excitação violenta do coletivo-massa, quase sempre intencionalmente provocados —

substancialmente inexistente. É certo que este quadro começa a alterar-se com o desenvolvimento da urbanização, porque a cidade é, dentro de limites definidos, mas amplos, uma ativa integradora.

Certas instituições cuja origem se prende a determinadas matrizes em que têm certamente uma significação, pela sobrevivência dos mecanismos tribais, ou por outras causas (como o Juri e o sistema de representação política de raiz anglo-saxônica) tomam, entre nós, todo o aspecto de burla sistemática, sem disfarce da própria autenticidade. O parlamentarismo, no Império; é o lápis vermelho de Pedro II — embora o Imperador, *petit bourgeois* de formação liberal, profundamente identificado com os ideais da época que se chamaria vitoriana, seguisse com burocrática persistência e relativa correção as regras de jogo — que não tinha, porém, sentido profundo, como a República, “Catedral de sapê”, viria logo demonstrar.

A intervenção da liberdade

Não há, em nossa opinião, como já se deixou firmado antes, a atribuição, a todo este processo dialético, de uma causalidade meramente exterior, ou melhor dito, de um sentido de necessidade. A intervenção da liberdade — se bem, à primeira impressão, pareça o campo da história o domínio próprio da pura probabilidade estatística, e talvez, ainda mais, da Moira, do cego fado sem razão nem razões — é, estamos disso convencidos, o mais importante dos dados do problema. Uma pedra lançada da minha mão está inteiramente sujeita à condição de necessidade extrínseca — de necessidade, *tout court*, que eu posso descrever recorrendo a certas funções matemáticas e a dados da minha experiência empírica. Dela, pedra, posso dizer que tem uma natureza: posso conhecê-la a essência, sem sombra de dúvida. Posso fazê-lo porque a essência da pedra “é” para mim.

A diferença da pedra para mim, da sua essência para a minha situação-cultura, da sua trajetória para a minha história é exatamente essa: o plano da liberdade que atravessa o espaço humano e que tem de servir de referência de todos os parâmetros do homem.

A liberdade não pode reduzir-se a um determinado conceito com pretensões à univocidade. Há uma radical e invencível distância entre a significação transcendente e a condição ativa, operatória, eficaz de qualquer linguagem, ainda que por intenção a mais simbólica possível, que balda *a priori*, destruindo-a entre os rolos das antinomias, qualquer tentativa apresar e objetivar conceitualmente essa significação transcendente, sempre um *prius*.

Metafóricamente falando, a liberdade é o comêço do caminho, e o comêço de um caminho não pode buscar-se pelo prosseguimento deste. Por isso mesmo, não pode reduzir-se a compreensão da liberdade à analógica idéia da intervenção numa trajetória, na mudança de um rumo, no cambio, previamente intencionado, de um processo.

A liberdade transparece no ser do homem, no próprio significar. O entender é um ato de liberdade. Não é sem razão profunda que Sócrates coloca o problema do mal, do pecado, como problema do saber. O homem é livre porque é aquele ente para o qual existem significações.

Ao primeiro relance pareceria que esta aparente excursão metafísica a propósito da história nos levou para um campo quase oposto ao do exame dialético que tratávamos de levar a cabo empregando um número limitado de fatores significativos. Isto, no entanto, não se mostra tão certo a uma segunda ponderação. Em primeiro lugar porque, em que pese ao emprêgo de uma terminologia que tem, para certos ouvidos, ressonância de metafísica idealista, não adiantamos o exame das conotações da palavra liberdade além daquele mínimo conteúdo forçosamente admitido por todo o pensamento que pretenda ir algo adiante do solipsismo e da tautologia. Em segundo lugar, porque a compreensão do fator *weltanschauung*, visão perspectivada do mundo, com o conseqüente problema do destino-objetivo da cultura; isto é, da sua dialética exterior, e mais o da sua lógica interna; isto é da sua dialética interior, do seu destino enquanto repertório de puras possibilidades e, finalmente, o problema do projeto, que é, na verdade, o problema do próprio destino do homem, na significação exata do encontro do singular com o seu ser de humanidade, porque toda esta análise, repetimos, não pode ser feita sem a prévia referência ao suposto inicial, ao comêço do caminho, que é a liberdade, condição do homem.

De outra mente, estaríamos condenados ao abandono dos fatores agrupados nas grandes classes de “sócio-históricos” e “culturais” e só nos restaria, até que o uso da linguagem nos forçasse, pelas suas antinomias, ao solipsismo, procurar determinar as correlações entre grupos de dados na sua sucessão bruta, tarefa que consideramos de nulo rendimento, embora não examinando o ponto mais detidamente, aqui, já que a controvérsia lógica e epistemológica escapa ao âmbito deste trabalho.

Resumindo, insistimos em que, todo o processo da realidade brasileira — isto é, todo o processo da história — não pode reduzir-se às sucessivas conseqüências necessárias de um jogo de fatores totalmente extrínsecos a liberdade humana, ou seja, de fato-

res de uma ordem imanente. A intervenção da liberdade, contudo, tende a perder-se como mera expressão, quando muito, do destino individual, diluída dentro de propensões necessárias estatisticamente válidas. Acreditamos na possibilidade da intervenção significativa da liberdade na História. Ela só se opera, porém, através do projeto, e o projeto condicionado pelo saber do homem, o qual, por sua vez, é limitado pela lógica interna da sua cultura, isto é, pelo número de possibilidades do seu horizonte vivencial — pelo seu repertório — e pela semântica das suas linguagens. O que quer dizer que o homem é, embora tenha em si a semente da criação indefinida da sua cultura, um servo, objetivamente falando desta, um prisioneiro da História. Só em momentos excepcionais é que amadurecem tôdas aquelas possibilidades que permitem ao homem, em termos coletivos, a formalização do projeto de salvação e a adesão a êle. Nesses momentos excepcionais e que a História se molda pelas mãos livres do seu artífice.

É por isso que a História não é suscetível do mesmo tipo de conhecimento de previsão operacional e formalizável de modo relativamente rigoroso que caracteriza as ciências da natureza, mas, ao contrário, só dá passagem como um vitral do medievo ao saber, em última análise, sempre, o foco de uma perspectiva de todo o universo.

O exame da visão do mundo, ou do conjunto de visões do mundo que constituem a ossatura de cada cultura determinada pode revelar — dentro dos limites do processo de tradução, pois, tal exame só se pode fazer de dentro de uma cultura dada — as possibilidades da lógica interna dessa cultura, primeiro pelas riquezas e limitações das visões do mundo e das atitudes fundamentais dessa cultura, e, depois, pelas condições e possibilidades das normas operatórias que regem a dinâmica dessa cultura. Voltando ao nosso caso concreto, depois do exame extremamente esquemático que fizemos dos pontos principais do que se poderia considerar o mais representativo de uma *weltanschauung* portuguesa, isto é, depois de vermos como via o mundo e o seu destino nele o homem que nos veiculou a cultura dominante em nossa formação, restam nos ver o aporte do índio e do negro que representamos outras influências de maior importância.

Contribuição do índio e do negro

É possível que a soma de influências do índio haja sido consideravelmente menor do que a do negro, mas o julgamento definitivo neste ponto talvez não seja tão simples quanto, à primei-

ra vista sugeriria a preponderância da contribuição do negro para o nosso repertório, e em especial para a estrutura da vida urbana brasileira.

O índio que teve significação como fator genético foi o tupiguarani, o índio do litoral que, à chegada dos portugueses, se encontrava numa fase dinâmica de expansão extremamente ativa. O exame dos hábitos e instituições, e do folclore desse índio revela curiosas analogias com os germânicos primitivos. Embora as linguagens de ambos não tivessem nenhum parentesco cultural ou semântico, o processo mítico é notavelmente similar. O sobrenatural germânico desenvolve seus ramos a partir de um processo de civilização mítica, em que domina a analogia das grandes forças naturais e do herói guerreiro em que o concêrto mítico funde o repertório de experiências da vida tribal e do contexto natural. Os exemplos analógicos poderiam multiplicar-se indefinidamente. Instituições de natureza tribal como as relações de chefia, o status paritário de todos os guerreiros, o processo de escolha de chefia, o papel dos anciãos e do pagé, a relativa altivez demonstrada no contato com uma cultura que se apresentou com características de dominadora sem qualquer compensação, a sobrevivência de certos traços de natureza tribal como o mutirão-processo de auxílio coletivo comparável com o das aldeias européias, multiplicam essas similaridades aparentes.

Fique bem entendido, contudo, que não inferimos dessas parencças generalizações de outra natureza, tais como qualquer suposta superioridade racial do índio sobre o negro. É possível que estivesse aquele num estágio relativamente retardado quanto ao último; de qualquer maneira, o índice de "urbanização" deste era claramente inferior. Também, é certo que as técnicas do negro estavam muito mais desenvolvidas, não devendo esquecer-se a da forja, que se perde em tempos imemoriais. Como conjunto de "traços", a presença do negro é muito mais sensível em nossa realidade de hoje. Está em toda parte, atravessa o cotidiano em toda a sua extensão. Na alimentação, na música, em certas atitudes de espírito, inclusive. Mas julgar do papel de um dos grandes grupos formadores pela quantidade de traços de cultura emergentes que possam ser recoletados num certo momento não é inteiramente justificável. A influência do negro exerceu-se, sobretudo, por contaminação cultural e suas raízes, realmente, vingaram naquele momento em que se estabilizou um determinado tipo de relação estrutural sócio-econômica — mais precisamente, quando se generalizou a economia de base do tipo *plantation*, coisa que se dá, diferencialmente, segundo as diversas áreas, entre os séculos XVII e XIX. Inicialmente, porém, o negro entrou meramente

como fornecedor de esforço físico, máquina animada, uma forma de gado de melhor qualidade.

O índio, porém, dado o estágio expansivo e dinâmico da sua condição tribal teve papel inteiramente distinto. Inadaptado, pela sua condição cultural mesma, às relações de ordem servil com uma cultura dominante que lhe aparecia como espoliadora, foi o fornecedor do elemento dinâmico, seja como incitação seja como participação, do movimento dispersivo dessa cultura sobre o imenso território virgem. O índio frecheiro está em toda a parte, nas primeiras andanças. O mameluco, mais tarde o caboclo ou sertanejo — como o gaúcho mestiço — são o elemento agressivo permanentemente disponível. Ao mesmo tempo que se recusava a abandonar aquele status mínimo compatível com o seu horizonte cultural sem nada receber, em troca, do português espoliador, adaptava-se o índio, com absoluta naturalidade, aquelas funções que, de algum modo, constituíam uma ponte entre esse status e as exigências da cultura dominante. Na nossa formação podem distinguir-se, pelo menos, 3 funções de grande importância desempenhadas pelo índio: (1) fornecedor do elemento dinâmico de base para a penetração territorial (o índio é, realmente, a matéria-prima das Entradas e Bandeiras); (2) base humana de uma economia de expansão que completa e estabiliza o território (o índio é, por excelência, o vaqueiro, o tropeiro, a mola do ciclo do gado), e, finalmente, (3) é o segregador principal dessa camada marginal abundante e de grande importância na fixação de certos traços característicos de formação brasileira, como as relações de clientela tendo por centro esse subsenhor feudal que é o fazendeiro, o estancieiro, o senhor do engenho. O índio é o segregador do caboclo, do sertanejo, do "cabra" nordestino que ainda hoje forma a clientela do "coronel".

É certo que, em alguns casos, o negro pôde assimilar-se ao índio, como segregador de marginais. Mas cremos fora de dúvida que a característica é do índio para toda a nossa estrutura institucional agrária, acentuando-se, ao contrário, o papel do negro nas grandes aglomerações urbanas do Recife ao Rio. A favela é o resultado da segregação de marginais pelo negro. Certas relações de ordem familiar, o papel da negra na vida do senhor branco, explorados com certos acentos de obscenidade e anedota às vezes injustos para a compreensão do papel do negro no Brasil por sociólogos como o sr. Gilberto Freyre, resultam de um processo de marginalização interna, dentro dos grupos celulares que, no entanto, permanecem integrados como tais dentro das estruturas finais gerais. Tal fenômeno tem considerável importância e é possível que a existência geral dessas relações objetivas (porque

evidentemente, subjetivas existem em todos os grupos e regiões, como resultado do *processus* psicológico do homem) de marginalização dentro dos grupos de base, em especial o familiar, possa considerar-se fator decisivo naquilo que chamamos de "irresponsabilidade" das estruturas. Ao menos, é o que parece mais provável dado que, enquanto o grupo assume ou afeta o projeto da cultura dominante — e basicamente as suas atitudes religiosas ou éticas — subsistem dentro do grupo fronteiras objetivas que também o são à solidariedade dos elementos dominados ou marginalizados com o *weltanschauung* e, em especial, com o projeto e o horizonte ético-religioso dominantes.

O negro conserva aproximadamente intatas as suas relações com o sobrenatural. Contamina-se, é verdade, mas igualmente contamina, e não sabemos qual terá sido o maior impacto relativo, se o da atitude religiosa e mítica dele sobre a expectativa ético-religiosa a-problemática e pomposa do português que, embora certamente aberto para o sentido heróico da vida, não tinha desta o sentido trágico do espanhol, ou a recíproca. Em termos absolutos, permaneceu o catolicismo em posição dominante, mas a importância e a extensão do contágio negro são realmente extraordinárias. Pense-se na proliferação das "tendas espíritas", na importância das macumbas, no ingresso no cotidiano de expressões como "mandinga", "despacho", etc., ou recorde-se o aspecto dos bairros mais ricos e elegantes do Rio, na orla atlântica, na noite de Iemanjá, ao passar o ano.

A Lógica Cultural

Isto nos leva a enfrentar o segundo fator, o das lógicas internas das distintas culturas. Não podemos entendê-lo no sentido amplo, porque nos faltam elementos indispensáveis de juízo, tanto no sentido material de coleta de dados e sua análise — na verdade está ainda por fazer-se por exemplo, uma sociologia da nossa linguagem, apesar de estudos dispersos sobre a índole desta e da apreciável mas não ordenada massa de estudos de natureza sociológica sobre traços específicos da cultura brasileira — quanto, também, ainda no sentido puramente teórico, pois não foi ainda elaborada uma axiomática das culturas capaz de definir, às custas de um número limitado de operadores, as estruturas lógicas mestras, a semântica e as regras de significação de uma cultura dada. Se este objetivo, desejável em termos de uma ciência unificada, é suscetível de ser atingido; é assunto que nos escapa ao propósito presente.

E' certo, porém, que podem discernir-se, ao menos esquemáticamente, os lineamentos principais da lógica interna — ou, se se quiser, da dialética interna — de uma cultura suficientemente estudada “em situação” — isto é, os processos mentais que operam em determinadas condições e que levam a resultados diversos de outros processos relativos a outras culturas.

Isto é comprovável tanto num sentido semântico estrito — pois as estruturas de significação de uma linguagem encerram sempre um número limitado, ou “orientado” de possibilidades e, de certo modo, revelam os processos mentais profundos predominantes do grupo — quanto numa mais ampla acepção de lógica interna da cultura como total.

Acreditamos que, no primeiro caso, há muitíssimas possibilidades por serem exploradas, não só no que refere ao nosso caso particular — quase não explorado por um tal ângulo, quanto, de modo geral de tôdas as linguagens, o que tem, aliás, constituído uma preocupação cada dia mais séria no pensamento contemporâneo. Infelizmente, porém, no que nos toca, as observações estariam num campo de muito ampla generalidade e, pessoalmente, não estamos documentados para uma análise suficientemente definida, além de que, por ora, tôdas as contribuições do pensamento mais qualificado são pouco conclusivas. Estabelecer relações, por exemplo, sobre o processo extraordinariamente plástico da preposição nas línguas germânicas e a dureza das nossas construções correspondentes não nos permite chegar a resultados de validade mais universal.

E' interessante notar, contudo, que o português — a “última flor do Lácio inculca e bela” — se manteve como a menos evoluída das grandes línguas de origem latina e que, em matéria de riqueza de construções e repertório, tem o seu viço criador verdadeiramente dessecado mais ou menos no terceiro quartel do século XVI, tendo vivido por três séculos — e, em parte, ainda hoje, voltada para essa época de irradiação, respeitável, evidentemente, como tôda época autenticamente criadora e até, de certo modo, heróica, mas, evidentemente, sem direitos ao papel de último elo de um destino histórico. Que o português é uma língua dura e difícil — e pobre — embora, em nosso suspeito enender, bela e forte, sabe-o quem quer que domine outra língua e, em especial, quem já tenha experimentado o mister da tradução técnica. E' justo dizer, também, que a língua se manteve falta de cultivo, o que quer dizer que pouco se utilizou como instrumento de idéias criadoras, de desenvolvimento e difusão de técnicas, ou seja, como instrumento do pensar, de modo geral, ao contrário de outras grandes línguas modernas.

A inovação, numa língua em que não se desenrola um ativo processo de inteligência do mundo e das experiências vitais do grupo, é algo extremamente precário. Quase sempre desvirtua o caráter do instrumento, muito freqüentemente é da pior qualidade como fator expressivo e, de modo geral, repugna quando comparada com o poder expressivo das formas anteriores. Não é sem razão que a abundante fauna de gramáticos — grupo no qual o índice de inteligência talvez fôsse, de modo geral, dos mais baixos de qualquer grupo culturalmente qualificado, mesmo num momento em que a filologia e a lingüística assumiam uma crescente significação em todo o pensamento ocidental — não é sem razão, repetimos, que essa fauna se mostrou, entre nós, de um pasadismo fanático, que não tem correspondência, ao que sabemos, em nenhum dos outros grupos de línguas modernas, tocando de uma aura de sacralidade tudo quanto se estende para traz de 1600. Não é sem razão porque essa foi, realmente, a grande língua portuguesa.

Quanto à lógica interna das culturas formadoras, podemos arrancar do ligeiríssimo exame que fizemos dos *weltanschauungen* das culturas formadoras.

A expectativa do índio, dentro do seu horizonte de experiências e de seu repertório de essência tribal foi do puro esgotamento, por inanição, das possibilidades específicas da sua cultura, uma vez cedidos a dominante a contribuição dinâmica do grupo e aqueles traços, especialmente das técnicas do viver, mais diretamente receptíveis por essa última. O horizonte de uma cultura de essência tribal entrava fundamentalmente em conflito com a dominante, que se impunha com ânimo de saque e com características de incomovível rusticidade. Há índices de que outro poderia ter sido o resultado do cruzamento, se outras fôsse as atitudes fundamentais do grupo que trazia a matriz. O êxito das reduções jesuíticas demonstrou a notável capacidade que tinha o índio de receber a cultura ocidental, e particularmente certas técnicas do viver e da relação com o sobrenatural, e integrá-la no seu próprio esquema de possibilidades, e não é possível prever até onde teriam ido, em especial graças ao desenvolvimento de formas de vida coletiva muito mais integradas e eficazes do que as vigentes na matriz, não houvessem sido tais reduções liquidadas “à lusa” por êsse restólho superstite do Portugal heróico que foi o paulista. Ainda assim, o Paraguai guarani de Francia e Lopez é um exemplo sugestivo das potencialidades internas do enxerto ocidental sobre as culturas índias.

Quanto ao negro, é importante recordar que, de modo geral, não funcionou como grupo. Desde o momento em que era arran-

cado à sua aldeia natal, entrava o africano numa condição inteiramente marginal, deixando de exercer o coletivo qualquer papel como destino objetivo, como projeto, como opção. Restava-lhe livre, apenas, o campo das formas expressivas sem qualquer significação operativa eficaz e direta no mundo: abertamente as estéticas, e dissimuladamente as religiosas. Não tão dissimuladamente, aliás, dado que a superficialidade pomposa do pensamento religioso português aceitava muito facilmente um sincretismo relativamente rústico e não se preocupava maiormente com o conteúdo transcendente desse catolicismo ligeiro impôsto precariamente como asa de anjo de procissão em costas de moleque.

A contribuição das técnicas de viver do negro, muito sensíveis no quadro das relações domésticas, foi em extremo sensível e, mesmo, em certos casos, como na alimentação, pode considerar-se dominante. Mas onde ocorreu, realmente, uma verdadeira "vingança" das culturas negras foi no contágio das formas expressivas estéticas — especialmente a música e a dança, dada a condição primitiva dessas culturas — e religiosas.

Privado de exercício como grupo, como destino histórico, como coletividade definida pelo seu projeto, embora constituísse, durante boa parte da nossa existência de quatro centúrias a camada numericamente dominante da população, o negro desenvolveu exatamente aquelas potencialidades lógicas que lhe restavam como cultura truncada e submetida a uma pressão dominial sem qualquer contrapartida. Desenvolveu, por exemplo, um sentido de irresponsabilidade individual ante o grupo — que se encontrava, aliás, sob outras formas, no português. Refugiou-se na sua "música dolente" e nas suas "dancas sensuais", conforme notou, desde há muito, e nisso abundou, a nossa literatura. Dissolveu, por outro lado, na relação com o sobrenatural, a interferência orgânica do coletivo, do grupo. Através de uma série de processos de pensamento mítico que seria longo ver aqui, desenvolveu a idéia (já existente, aliás, na lógica mágica da sua cultura) de uma série de intermediários individuais com o sobrenatural, sobrenatural que não se confundia com o complexo ético-religioso do cristianismo senão que, pelo contrário, independia por completo do projeto do sobrenatural cristão e a êle se mostrava, de fato, hostil. Os "espíritos", os "caboclos", atendem a seus protegidos individuais contra qualquer ética do grupo. Faz-me "macumba", "mandinga", "despacho", coisa feita para conquistar a mulher de outrem, sair bem num negócio excuso, causar um mal, mesmo doença ou morte, como para conseguir um fim tão lícito quanto curar-se ou lograr um bom casamento. A hagiologia contribui com a sua boa parte para o esquema de relações interindividuais entre o plano

do destino pessoal e do sobrenatural (recorde-se, aliás, o fenômeno até certo ponto similar ocorrido com o celta), à margem da "legislação de Roma", isto é, do império dogmático. Vive-se na mais absoluta inconseqüência, com a aceitação simultânea de formas exteriores católicas completamente acríticas — o Brasil foi, aliás, e ainda é, extremamente pobre em matéria de pensamento religioso de certa qualificação — e formas de origem mágica, marcadas pela reação regressiva de um grupo espoliado e marginalizado, que intervém no cotidiano, e regulam, em termos singularmente paraéticos, as relações interindividuais. A idéia de dever, função transcendente do projeto, é dissolvida dentro de uma difusa ética de eficácia em que os fatores polares são "azar" e "sorte", sujeitos a intervenções mágicas dentro de toda a gama de transações que teriam de reputar-se imorais à luz do projeto externa e socialmente dominante. "Caiporice" é quase que o correspondente ético do estado de pecado. A mandinga, o uso da figa e dos amuletos ganham uma significação muito mais ativa e direta do que a que tinham os símbolos religiosos exteriores do culto cristão, os quais, embora ligados a processos de pensamento mágico do mesmo gênero, haviam sido progressivamente idealizados e depurados pelo mais alto pensamento religioso.

Neste ponto o aporte do negro foi, em termos relativos, muito mais importante do que o do português, já que este dispunha de um magnífico instrumento, polido pela contribuição total da cultura ocidental, ao passo que o negro trazia de meios muito mais pobres, inclusive quanto à mera lógica verbal.

Acreditamos que a importância deste fator no desenvolvimento da atitude geral do "a-finalismo", na carência de projeto e de responsabilidade nas relações do indivíduo com as estruturas em que está inserido, haja sido capital. Isso não exclui, evidentemente, a ação convergente de todos os outros fatores, sem exceção dos meramente físicos. É possível, por exemplo, que uma topografia predominantemente de grandes planícies aráveis e férteis, a abundância de outros fatores de produção e meios energéticos e a menor expressão das tendências niveladoras no puro equilíbrio ecológico tivessem preparado o terreno para o florescimento de outras atitudes vitais e que estivéssemos, neste momento, como um "Estados Unidos" latino. Repetimos, aqui, a propósito da lógica interna das culturas, que não lhe atribuímos uma natureza imanente, extrínseca ao plano da liberdade senão que, ao contrário, tomamos a cultura como a própria atualização deste plano. Mas como a liberdade, por sua vez, não se exerce no Nada, mas dentro da cultura e é limitada pelo contorno mundano, só há, dentro de cada cultura como "objeto dado", em cada mo-

mento da história, um repertório limitado de possibilidades objetivas, embora a condição da pura possibilidade do sujeito não conheça fim e seja, por sua vez, fator de criação de cultura.

Daí a significação extraordinária do conceito de projeto, instrumento da opção, que pode funcionar eficazmente como modeladora do destino histórico.

Quanto ao problema da lógica interna da cultura matriz, não nos resta muito por dizer, suposto o critério severamente limitativo adotado no presente trabalho, além do que foi visto a propósito do *weltanschauung* luso.

Vale ressaltar, mais uma vez, o importantíssimo papel do limitado repertório de expectativas de domínio das coisas — de conforto, de consumo — e a fome de grandeza, o sentido heróico da vida — sentido que é objetivo, projetado para fora, exterior, e que por isso se diferencia do problemático, voltado para dentro, que é o sentido trágico do espanhol — que marcam agudamente o ser português e que são raízes principais do nosso próprio ser. Esse repertório de expectativas do português estava, certamente, confrontado por grandes inibições no que diz respeito às possibilidades de geração de processo auto-induzido de desenvolvimento industrial. Em outras palavras, não tinha em si o germe do contemporâneo. É notável a unanimidade de cronistas, viajantes e observadores, qualificados ou não, quanto à carência total de facilidades, e a desnecessidade que delas mostrava mesmo aquela parte mais abastada da população. As cidades sórdidas, as fazendas sem confortos elementares, a vida sem horizontes. Na escala do consumo o imediatamente seguinte ao mínimo de subsistência tomava um tom de conspícuo, e ainda hoje é sensível a falta de gradações específicas na ordem do consumo e pobreza das expectativas de conforto de quase todas as classes, exceto, naturalmente, naquelas áreas mais fortemente europeizadas ou americanizadas. De qualquer modo, porém, a experiência direta tende a indicar-nos que a ampliação das expectativas de consumo se deve à difusão de padrões culturais claramente alienígenas.

As instituições trazidas pelo português, ou formadas no Brasil pelo jogo dos fatores genéticos são, pela sua lógica própria, a negação de uma cultura do tipo capitalista industrial. Agricultura de base, do regime da *plantation* mas de índole claramente espoliativa — a verdade é que, de modo geral, é, inclusive, uma agricultura errante, subsistente à custa do saque sucessivo de novas áreas — orientada dentro de uma expectativa muito mais de “senhoria” do que de empresa, não poderia suportar a constante implantação de novas técnicas nem o seu desenvolvimento no sentido da empresa capitalista, por meio do máximo aproveitamento

de fatores, acumulação de capitais e reinvestimento destes para fins de aumento da produtividade ou de melhor rendimento final da produção.

A pobreza quase sórdida dos horizontes vitais, unida à visão do destino como grandeza — quase sempre, contudo, entrevista muito vagamente — a marginalização total das estruturas matrizes em relação ao destino histórico do Ocidente, a crescente pressão dos membros das classes que detinham o poder e que estavam cada vez mais carentes de oportunidades de simplesmente ser tinham de levar — supostas, ademais, as outras condições vistas neste estudo — ao estabelecimento de uma complicada, onerosa e internamente absurda rede estrutural no âmbito das relações com o poder, dotada de uma inércia quase invencível, pela generalizada transformação de todas as eventuais estruturas-meio em estruturas-fim, e pelo desenvolvimento de uma perspectiva ética de irresponsabilidade.

O cartório, o coronel, o bacharel, o “funcionário público” são símbolos bastante exemplificativos de categorias próprias do ser brasileiro que encontram a sua origem no fenômeno acima descrito.

A título meramente ilustrativo, podemos deter-nos, um instante, no processus cartorial do Brasil, que em estudos de há vários anos consideramos índice dos mais significativos e que tem sido brilhantemente analisado pelo sr. Hélio Jaguaribe em recentes trabalhos. A cartorialização tem algo de similar à mandarinização na China, embora, neste caso, houvesse um fenômeno de esgotamento, por fatores que é excusado examinar, de repertório de possibilidades de uma velhíssima e esplêndida cultura, ao passo que no nosso caso particular pode estabelecer-se uma razoável analogia com um processo de carência ou de raquitismo.

Que caracteriza, objetivamente, esse processo cartorial? Em primeiro lugar, a criação de privilégios, a abertura de espaços vitais em proveito de indivíduos colocados, por meras circunstâncias, ou por condições de classe, em posição de “agarrar” esse privilégio. Em segundo lugar, a total incompatibilidade, às vezes da mais elementar lógica, entre as estruturas ou instituições através das quais se distribui o sistema de privilégios, e as finalidades expressas e as condições de eficiência dessas mesmas estruturas ou instituições. Em terceiro lugar, a total irresponsabilidade dos indivíduos que detêm o privilégio em relação ao projeto social — mesmo, em certos casos, em termos de simples ética pessoal dentro dos padrões dominantes — e em relação às próprias condições mínimas e finalidades previamente convencionadas ou definidas dessas estruturas ou instituições. Em outros termos, e resumindo,

papel, particularmente dado ao espírito de que veio, de modo geral, imbuído, e as idéias gerais da época. Ao mesmo tempo marginalizado e livre diante das estruturas vigentes, o imigrante teria de reacender naquele horizonte de expectativas do "paulista" a chama das suas potencialidades iniciais. Mas o ciclo das bandeiras e, mais tarde, a expansão dos tropeiros para o Sul, e ainda o surto do café, a partir de meados do século XIX indicam que não houve, na verdade, com a imigração, a sementeira de novas plantas mas a ressemeadura das que já antes estavam.

Também o fenômeno não menos extraordinário da entrada do nordestino na floresta amazônica, na fase efêmera da hévea, e das migrações internas para as áreas de possibilidades não deprimidas significa que as potencialidades internas do brasileiro não estão limitadas *a priori* por fronteiras necessárias de "trópico", "raça", etc.

Não obstante a consideração dos nossos "feitos exemplares", que realmente o são, força é reconhecer que o Brasil é o milagre. Uma fenomenologia da nossa realidade cotidiana tem de levar-nos às portas da antinomia. A carência total de relações de responsabilidade entre a estrutura institucional e o seu funcionamento de fato, a permanente falsidade, inautenticidade na correspondência entre as expectativas convencionais e expressas do corpo social e a conduta efetiva, o permanente "faz-de-conta", a a-finalidade, a an-eticidade, teriam de levar-nos, forçosamente, à admissão do absurdo da nossa existência. Ainda mais, embora de modo geral (com a ressalva do que é inteiramente característico nosso) esse fenômeno de amoralismo e falta de finalidade seja comum a todos os estados de crise social profunda e, em particular, ao que se chama hoje de "subdesenvolvimento", é justo reconhecer que, entre nós, êle chega a um extremo absurdo, especialmente diante do fato de que, ao menos vegetativamente, existe uma grande força e um crescimento espontâneo se processa, e que, sobretudo, o projeto funciona amplamente em termos da ação individual.

Seria lícito dizer, do Brasil, e *pur si muove*. A deterioração do processo quando chega ao social pode explicar-se por uma dialética de fatores à frente dos quais colocamos de modo intencional, os de ordem meramente imanente.

Mas tal acentuação dos fatores meramente imanentes não cerca, como vimos, as perspectivas da comunicação com o plano da liberdade. Ao contrário. Descobre-se, aqui, uma contradição fundamental do marxismo que, com uma intuição filosófica profunda da liberdade como tomada de consciência, como pensamento autêntico ante a ordem necessária, julga possível a sua intervenção

para acelerar a marcha da História submetida esta, porém, a um processo de necessidade imanente. Ora, se a liberdade funciona como um vetor no sistema do homem, não é compreensível porque só poderá orientar-se na mesma direção que tinha, sem este novo vetor, a resultante. A opção que pode apressar pode retardar e desviar.

Examinar em teoria certos problemas fundamentais, em particular o da liberdade, não é o nosso objeto. Mas é impossível permanecer inteiramente fora das questões teóricas quando estão em jogo problemas de destino, como é o nosso caso. No estudo da gênese da nossa condição vimos um grupo discreto de fatores representativos que nos permitem explicar tendências. Porque propende o nosso ser brasileiro em determinadas direções, porque nos é difícil optar de determinadas maneiras, porque o Brasil enquanto *field*, enquanto contínuo histórico e cultural, está submetido a determinado processo e não a outros que poderíamos considerar preferíveis por *n* razões. Mas a possibilidade da opção está aberta para nós, neste momento mais do que nunca, porque neste momento tomamos consciência de que o Brasil está diante de algo assim como uma duplicata histórica a prazo certo. Temos de resgatá-la ou deixaremos de ter um destino, entraremos a viver na voz passiva, seremos situação, apenas, volver-nos-emos objetos da História, em vez de sujeitos dela.

ÍNDICE

	PÁGS.
Panorama Nacional	
<i>A Sucessão Presidencial</i> (H. J.)	1
<i>Situação Econômica do Brasil</i> (J. O. G.)	24
<i>Política do Petróleo</i> (H. L. R.)	35
<i>Problemas do Comércio com o Leste</i> (I. R.)	57
<i>Semana de estudos do Teatro Experimental do Negro e</i> <i>Declaração de Princípios</i>	69
Panorama Internacional	
<i>A Política dos Estados Unidos</i> (J. R. L.)	72
Artigos	
<i>Significação do Nacionalismo</i> (Hermes Lima)	85
<i>A Ideologia da "Jeunesse Dorée"</i> (Guerreiro Ramos)	101
Noticiário do IBESP	
<i>Mensagem ao povo brasileiro</i>	113
Informe	
<i>Análise Existencial da Realidade Brasileira</i> (Oscar Lo- renzo Fernandez)	118